

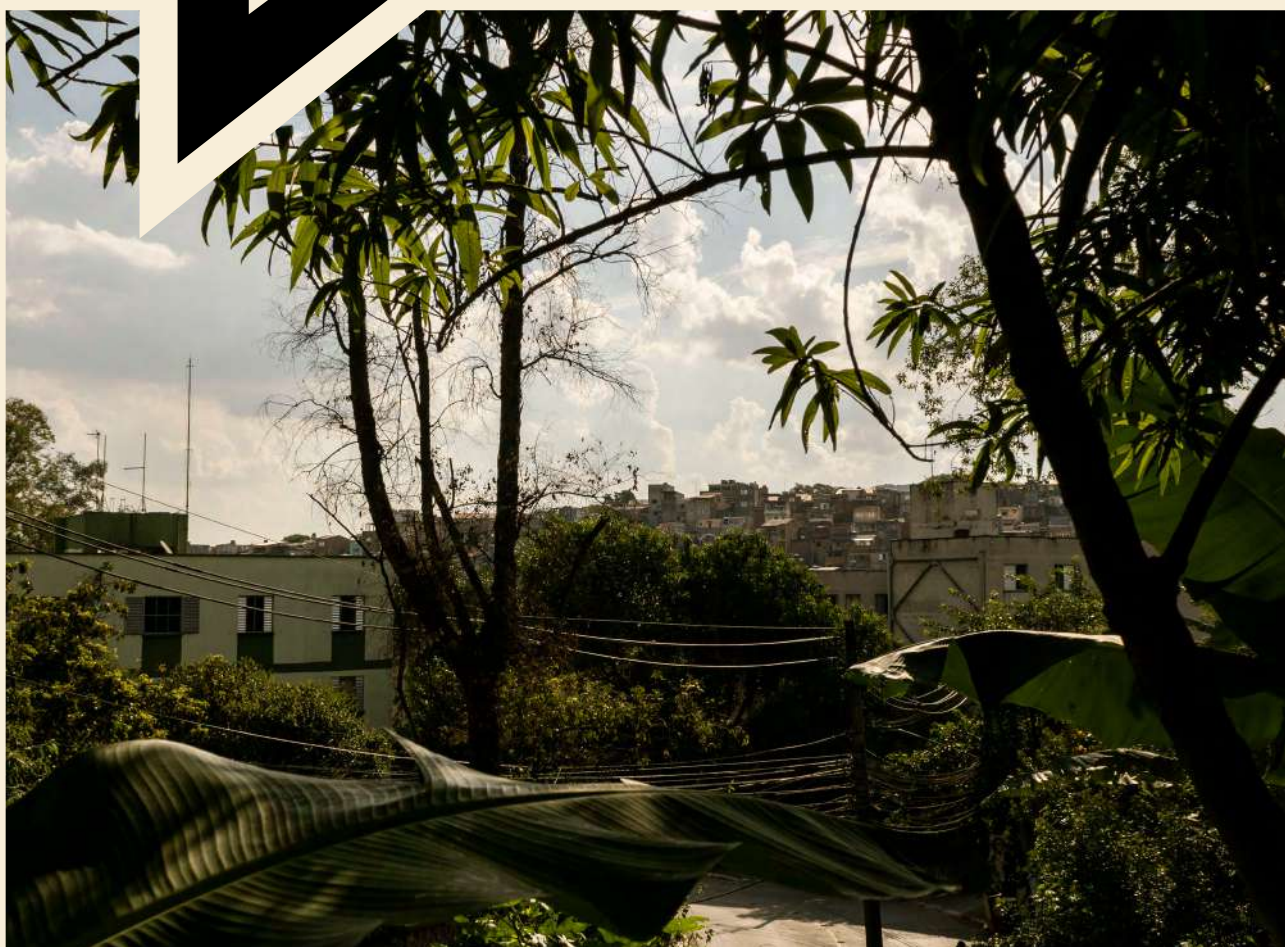
v. 09 A. 2026

EDIÇÃO 26



DIALOGOS

SOCIOAMBIENTAIS



EDITORES CONVIDADOS
PEDRO ROBERTO JACOBI
LEANDRO LUIZ GIATTI
LETÍCIA STEVANATO RODRIGUES
ARIADNE DALL'ACQUA AYRES

Jovens e TERRITÓRIOS



DIALOGOS

SOCIOAMBIENTAIS

V. 09 A. 2026

EDIÇÃO 26

JOVENS e TERRITÓRIOS

EDITORES CONVIDADOS
PEDRO ROBERTO JACOBI
LEANDRO LUIZ GIATTI
LETÍCIA STEVANATO RODRIGUES
ARIADNE DALL'ACQUA AYRES

Este número da Revista Diálogos Socioambientais teve apoio do Centro de Pesquisa em Resiliência a Crises e Desastres Climáticos (CLIMARES), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil, processo n°. 2024/00949-5. Esta publicação também contribui ao projeto FAPESP n°. 25/03579-7, intitulado “Nexos urbanos de clima e saúde: ampliando a resiliência e a equidade na saúde através da ciência cidadã, da modelação de sistemas dinâmicos e da inovação em políticas”.



CLIMARES

CENTRO DE PESQUISA EM RESILIÊNCIA
A CRISES E DESASTRES CLIMÁTICOS

EXPEDIENTE

Esta publicação é uma produção do Grupo de Acompanhamento e Estudos de Governança Ambiental (GovAmb), sediado no Instituto de Energia e Ambiente (IEE/USP), e do Laboratório de Planejamento Territorial, sediado na Universidade Federal do ABC. Ela nasceu vinculada ao Projeto Temático FAPESP 2015/03804-9 “Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à Variabilidade Climática (MacroAmb)”, parte do Programa FAPESP Mudanças Climáticas Globais, coordenado pelo professor Pedro Roberto Jacobi (IEE/IEA/USP), reunindo docentes da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal do ABC (UFABC), do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e da Universidade São Judas Tadeu. Com o título “Diálogos Socioambientais na Macrometrópole” foram publicados 12 números. Com o término do projeto temático, o projeto editorial passou a tratar de novos territórios e temas e isso resultou em uma mudança de título. A partir do número 13, a revista passou a se chamar Diálogos Socioambientais.



Editores

Luciana Travassos
Paulo A. Sinisgalli
Pedro R. Jacobi
Sandra (San) Momm
Silvana Zioni

Assessoria Editorial

Beatriz Milz
Hugo S. Carlos
Igor M. S. Chaves
Lyvia N. C. Fischer
Marcelo Aversa

Conselho editorial

Carolina M. D. de Pinho
Célio Bermann (*in memoriam*)
Edmilson D. Freitas
Fernanda G. Cardoso
Gilberto M. A. Rodrigues
Klaus Frey
Leandro L. Giatti
Mariana Menzio
Sylmara L. F. G. Dias

Publicação Trimestral
ISSN 2596-2183



CONTATO

✉ dialogos.socioambientais@ufabc.edu.br

🌐 periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais

Attribution-NonCommercial 4.0
International (CC BY-NC 4.0)



SIGA-NOS



EDI- TO- RIAL



- 05** PESQUISAR DESDE OS TERRITÓRIOS:
PROTAGONISMO JOVEM E A
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
SOCIOAMBIENTAL

CON- TEXTO



- 08** PESQUISAR COM O TERRITÓRIO:
O QUE A CIÊNCIA PRECISA APRENDER
COM QUEM JÁ ESTÁ LÁ
- 11** MULHERES EXTRATIVISTAS E SUAS
TRAJETÓRIAS NOS TERRITÓRIOS DAS
RESERVAS EXTRATIVISTAS
- 14** CAATINGA: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E SABERES
TRADICIONAIS JOVENS DO QUILOMBO PEDRA
D'ÁGUA
- 19** O HIP HOP É SUA CASA: JUVENTUDE, CURA
E CIRCULARIDADE NOS ENCONTROS DAS
FLORESTAS
- 23** JUVENTUDE EXTRATIVISTA E DESAFIOS DE
VIVER E PERMANECER NA RESEX ALTO JURUÁ
- 26** CRIANÇAS E O RACISMO AMBIENTAL EM
PERIFERIAS URBANAS

ENTRE- VISTAS



- 30** AS LEMBRANÇAS COLETIVAS
DE UM TERRITÓRIO
- 35** ALDEAR A CIDADE: A PERSPECTIVA
DE ANA PANKARARU PARA UMA ARQUITETURA
DO DIÁLOGO E DA VIDA

JOVENS QUE PES- QUISAM



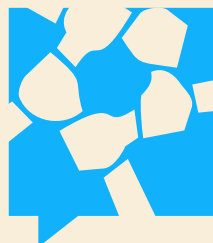
- 41** PROTAGONISMO DE JOVENS
ESTUDANTES KAIINGANG: SER E
TRABALHAR COM O TERRITÓRIO
- 44** JUVENTUDE, FLORESTA E FUTURO:
RESISTIR AO AVANÇO DA PECUÁRIA E
PRESERVAR IDENTIDADES
- 47** JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:
A EXPERIÊNCIA DE PESQUISA SOBRE
ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA EM HELIÓPOLIS
- 51** DIÁLOGOS CARTOGRAFADOS E O
PROTAGONISMO DA JUVENTUDE
PARA IMPULSIONAR A AÇÃO CLIMÁTICA
DESDE O TERRITÓRIO

INTER- DISCI- PLINAR



- 56** EDUCAÇÃO PARA JUSTIÇA CLIMÁTICA:
A CONSTRUÇÃO DA FERRAMENTA PEDAGÓGICA
DETECTIVE CLIMÁTICO NO VALE DO RIBEIRA
- 61** A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE RISCOS
SISTÊMICOS COM JOVENS PESQUISADORES EM
CONTEXTO DE POLICRISE
- 65** A REVOLUÇÃO DO PERTENCIMENTO:
JUVENTUDE CLIMÁTICA E CONSCIÊNCIA PLANETÁRIA

EN- GAJA- MENTO



- 68** CIÊNCIA CIDADÃ, APRENDIZAGEM SOCIAL E
MOBILIZAÇÃO INFANTOJUVENIL FRENTE À
EMERGÊNCIA CLIMÁTICA
- 71** ALOQUIMISTAS DO TEMPO ECOLÓGICO:
PERTENCIMENTO, MEMÓRIA E AÇÃO
CLIMÁTICA JUVENIL

ARTES



- 76** ENTRE O QUE SE VIVE E O QUE
SE EXPRESSA: ARTE E DIÁLOGOS
SOCIOAMBIENTAIS NOS TERRITÓRIOS

SUMÁRIO





Terra Indígena Mangueirinha,
Paraná,
Ariadne D. Ayres, 2025.



PESQUISAR DESDE OS TERRITÓRIOS: PROTAGONISMO JOVEM e a PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOCIOAMBIENTAL

DOI: <https://doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1644>

por:

Pedro Roberto Jacobi
Leandro Luiz Giatti
Letícia Stevanato Rodrigues
Ariadne Dall'acqua Ayres

Este número da Revista Diálogos Socioambientais, dedicado ao tema Jovens e Territórios, reúne textos produzidos por jovens e com jovens pesquisadora(e)s, lideranças comunitárias, ativistas e educadora(e)s de diversos territórios do Brasil: aldeias indígenas Kaingang e Pankararu, quilombos da Caatinga paraibana, comunidades do Vale do Ribeira, Reservas Extrativistas da Amazônia e favelas e bairros periféricos de São Paulo. O fio comum entre os trabalhos é a articulação entre juventude, território e questões socioambientais, com destaque para a emergência climática, a justiça ambiental e a produção compartilhada de conhecimento.

Ao abordar este tema, buscamos (re)afirmar a importância da juventude em diferentes contextos territoriais como produtora de conhecimento. Ademais, reivindicamos o (re)conhecimento da diferença entre pesquisar sobre juventudes em territórios e pesquisar com as juventudes desde seus territórios. Com isso, distanciamos-nos de dois enquadramentos analíticos que avaliamos problemáticos: o que considera a juventude como expressão de “déficit” e “risco” e o que romantiza seu protagonismo como resistência redentora. Ambos compartilham uma visão que pretendemos deslocar: tratar a juventude como ob-

jeto, seja de tutela, seja de admiração, em vez de sujeitos epistêmicos plenos. Este posicionamento demarca uma diferença política, ética e epistemológica da pesquisa com juventudes e territórios. Ao acolher diferentes formas de produção e comunicação de conhecimento, buscamos tensionar a seguinte questão: o que conta como conhecimento legítimo sobre os territórios e quem está autorizada(o) a produzi-lo?

Os textos estão organizados em seis seções temáticas. A seção de abertura, intitulada Contexto, reúne seis artigos que situam relações entre juventude, território e questões socioambientais em diferentes geografias, abordando práticas de pesquisa colaborativa, hip hop como ferramenta política, vivências quilombolas, reservas extrativistas e racismo ambiental. O Contexto opera como protocolo de leitura para os blocos seguintes e afirma que a fala situada da juventude é marco contextual indispensável para o (re)conhecimento do território.

A seção Entrevistas mobiliza dois textos construídos a partir da escuta de jovens ativistas-pesquisadoras de comunidades urbanas e indígenas, refletindo sobre memória coletiva, ativismo e práticas pedagógicas territoriais.

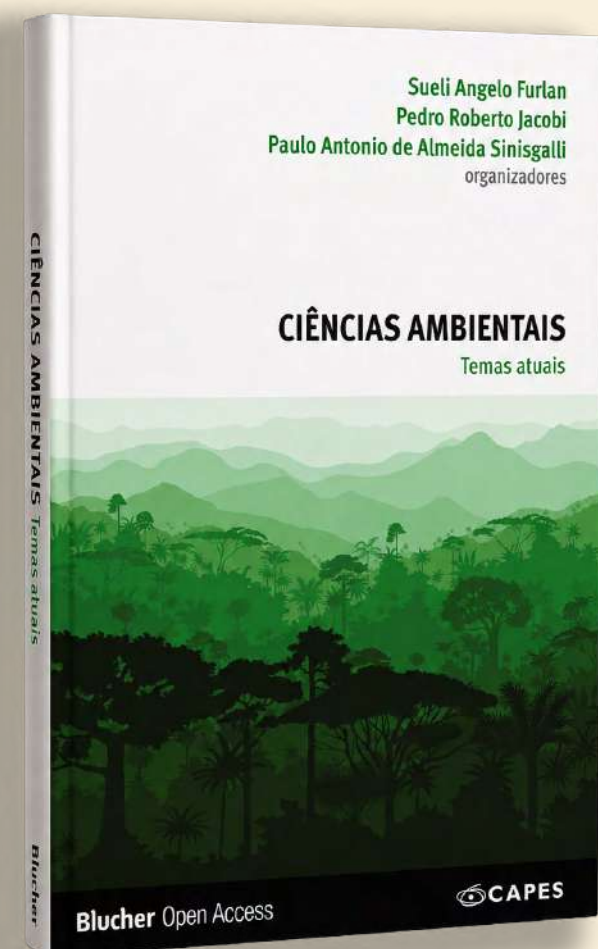
A seção Jovens que Pesquisam apresenta quatro artigos escritos por jovens pesquisadoras e pesquisadores que investigam seus próprios territórios, demonstrando como o lugar de fala e a vivência conformam novas epistemologias da pesquisa científica.

A quarta seção, intitulada Interdisciplinar, reúne três artigos que articulam diferentes campos do saber para pensar a educação climática, a avaliação de riscos sistêmicos em contextos de policrise e a juventude climática como movimento de reconstrução de consciência planetária.

A seção Engajamento entrelaça duas experiências de mobilização comunitária e infanto-juvenil frente à emergência climática: a atuação do Instituto Alana no Jardim Pantanal e a articulação periférica do Instituto Perifa Sustentável.

A seção final, Arte, aborda a reflexão sobre o papel do ativismo e das expressões culturais como caminhos de sensibilização, resistência e construção de diálogos socioambientais nos territórios periféricos.

Este número da Revista Diálogos Socioambientais é fruto do trabalho do Eixo 9 - Transformação Social face às Mudanças Climáticas, do Centro de Pesquisa em Resiliência a Crises e Desastres Climáticos (CLIMARES/FAPESP). Os textos aqui reunidos (re)conhecem a diversidade de vozes, métodos e conhecimentos dos territórios brasileiros, com o protagonismo das juventudes que pesquisam, criam, resistem e reinventam seus lugares no mundo. Com essa demarcação política, ética e epistemológica, acreditamos que este número possa contribuir para o debate acadêmico brasileiro junto às juventudes e territórios.



A edição deste número da Revista Diálogos Socioambientais coincide com o lançamento do livro Ciências ambientais: temas atuais (Blucher Open Access / Capes, 2026), organizado por Sueli Angelo Furlan, Pedro Roberto Jacobi, Paulo Antonio de Almeida Sinisgalli – nossos colaboradores e editores executivos. Nele, é possível encontrar o aprofundamento dos muitos temas tratados nesta edição da revista, embasando o entendimento dos desafios ambientais e ressaltando como a ciência possibilita entender a luta por justiça, sustentabilidade e sobrevivência.

por **Editores e Conselho Editorial**





Terra Indígena Mangueirinha,
Paraná,
Ariadne D. Ayres, 2022.



Ariadne Dall'Acqua Ayres

Universidade de São Paulo



Crizian Naori Carneiro

Kaingang

Universidade Estadual do Centro-Oeste



PESQUISAR COM O TERRITÓRIO: O QUE A CIÊNCIA PRECISA APRENDER COM QUEM JÁ ESTÁ LÁ

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1649

Quando uma equipe de pesquisa chega a um território, carregando gravadores, formulários, protocolos e termos aprovados por comitês acadêmicos, algo fundamental pode dar errado, antes mesmo de a primeira pergunta ser feita. Principalmente em se tratando de pesquisas com comunidades vulnerabilizadas, as pesquisas vêm sendo cada vez mais regulamentadas, em vias de proteger e respeitar os participantes da pesquisa. A pesquisa científica em territórios indígenas e comunidades tradicionais acumula décadas de extração: dados colhidos, artigos publicados, e nenhuma semente plantada de volta no chão de onde tudo brotou.

Este texto nasce de outro lugar. Foi construído entre duas perspectivas e duas formas de conhecer: a da prática acadêmica da pesquisadora que atua em campo e a da vivência indígena da jovem que conhece esse campo como casa. Nossa intenção é direta: apresentar boas práticas que tornam uma pesquisa não apenas embasada cientificamente e rigorosa metodologicamente, mas ética e respeitosa. Não traremos uma lista de autorizações formais necessárias, e sim, tópicos para guiar o planejamento e a conduta em campo.

Comunidades locais e povos indígenas participam ativamente de pesquisas científicas há muito tempo, seja como informantes, acom-

panhantes de campo ou sujeitos de pesquisa. Recentemente, ganharam espaço formatos colaborativos, como a pesquisa transdisciplinar, que prioriza a colaboração entre atores acadêmicos e não acadêmicos, a integração de diferentes sistemas de conhecimento e busca gerar impacto real no contexto onde é realizada. Sua condução requer uma nova postura dos pesquisadores, visando conciliar sua própria expertise com as demandas trazidas pelo grupo com que se deseja trabalhar e diferentes sistemas de conhecimento (Brandt et al., 2013). Aos pesquisadores que advêm de áreas das Ciências Exatas ou Naturais, o desafio posto pode ser amplo quando envolvem incertezas e conflitos nos territórios. Beber de aportes teórico-metodológicos das Ciências Sociais (ex.: Bernard, 2006), bem como de referenciais decoloniais (ex.: Smith, 2018) traz aprofundamento teórico para o desenvolvimento de pesquisas mais sensíveis ao contexto. Além da fundamentação científica, esse formato requer planejamento, engajamento genuíno, escuta ativa e abertura para aprender com quem já habita o território.

Relação pesquisador-comunidade: posicionalidade e transparência

Toda pesquisa é feita a partir de uma lente. Ao chegar a um território, o pesquisador carrega

uma trajetória acadêmica construída em instituições que, em grande parte, ignoraram ou subalternizaram os saberes das comunidades que agora querem estudar. Nomear isso não é fraqueza, é rigor e reflexividade. É examinar como a posição do pesquisador influencia o processo e os resultados da pesquisa, componente essencial das pesquisas em ciências sociais e ambientais.

Na prática, a posicionalidade significa: apresentar-se à comunidade antes de iniciar a pesquisa, explicar seu interesse no território, quem financia o trabalho, o que se espera produzir e quais são os limites do que pode ser feito. Significa estar disposto a ouvir que aquela proposta não interessa, ouvir quando alguém diz que não entendemos os desafios – e considerar que talvez seja verdade. Significa alinhar expectativas antes de coletar qualquer dado.

Pesquisar em território é prática de comunicação e relacionamento. Respeito multicultural, a pluralidade de pensamentos e ao tempo do outro não é condescendência, nem substituição do conhecimento científico pelo local: é o reconhecimento que existem outras formas legítimas de entender o mundo. Comunicar com clareza inclui devolver o conhecimento produzido em formatos adaptados ao contexto, com linguagem acessível, em assembleias ou pequenos grupos, disponibilizando dados e garantindo que os resultados não sejam apenas publicados em revistas internacionais de acesso restrito, mas devolvidos àqueles que contribuíram para sua construção.

O tempo no território é outro ponto crítico. Prazos e limites de financiamento raramente respeitam os momentos das comunidades. Uma boa prática exige cronogramas que incluam períodos intencionais de presença sem coleta: tempo de estar, de escutar, de construir confiança antes de pedir qualquer coisa. Pesquisas baseadas em visitas breves, nas quais o pesquisador entra no território, coleta informações e se retira rapidamente, são insuficientes para apreender a complexidade da vida comunitária e reproduzem dinâmicas de extração de conhecimento, que podem resultar em dados superficiais, sem a confiança que garante profundidade e contexto.

Protagonismos e relações de poder: refletir antes de publicar

Nenhum dado vale mais do que a segurança de quem o forneceu. Em territórios atravessados por conflitos fundiários, disputas políticas ou vulnerabilidades históricas, a exposição indevida de uma liderança, de uma prática cultural ou de uma localidade pode ter consequências graves e irreversíveis. O anonimato previsto aos participantes de pesquisa pelos comitês de ética precisa ser garantido de forma robusta, não apenas com troca ou supressão de nomes, mas com atenção a todos os elementos que poderiam identificar uma pessoa ou um grupo. O consentimento informado deve ser real: explicado, discutido e, se preciso, refeito ao longo da pesquisa. Essa proteção vale tanto para ameaças externas, quanto para possíveis tensões internas ao próprio território.

A propriedade intelectual coletiva e a proteção do conhecimento tradicional são questões centrais e cada vez mais debatidas pelas comunidades ao decidir se autorizam ou não a entrada de pesquisadores em seus territórios, que já foram palco de diversas investidas antiéticas, extrativistas e, até mesmo, de biopirataria. Cabe questionar: qual o limite entre documentar práticas, conhecimentos e extrair dados sensíveis? Os próprios membros da comunidade é que devem esclarecer essas dúvidas, garantindo que o pesquisador não prejudique o território e as pessoas que estão colaborando com a construção da pesquisa.

Existe uma injustiça silenciosa que atravessa décadas de pesquisa científica em territórios: o conhecimento nasce na comunidade, é colhido pelo pesquisador externo, e publicado com um único sobrenome: o dele. Como garantir que membros da comunidade sejam reconhecidos como co-produtores do conhecimento, não apenas “sujeitos” ou “informantes”? Os membros da comunidade que explicaram o funcionamento de uma prática, que guiaram expedições, que traduziram não apenas línguas mas cosmologias inteiras aparecem, quando aparecem, nos agradecimentos. Raramente como coautores. Isso não é apenas uma questão de justiça simbólica. É uma questão de poder. Quando esse poder

se concentra fora do território, a comunidade perde a autonomia sobre a própria história. Boas práticas exigem mudanças concretas: discutir autoria no início da pesquisa e incluir colaboradores locais como coautores quando sua contribuição intelectual for justificada (ex.: Ayres et al., 2023).

Uma vez que o pesquisador escolhe se colocar em campo e consegue estabelecer relações de confiança e reciprocidade com membros da comunidade, um aspecto que destacamos é a abertura para que os próprios participantes da pesquisa conheçam mais o trabalho de um pesquisador. Qual o olhar com o qual se entra em uma floresta, por que se interessa em conhecer mais sobre determinada espécie ou prática, por que conversar com os anciões ou com os jovens, por que é importante ouvir diferentes perspectivas sobre um mesmo assunto? Esse fator é muitas vezes ignorado. Em muitos territórios, jovens estão ingressando em universidades e desenvolvendo interesse por pesquisa, inclusive sobre seus próprios territórios e vivências. A pesquisa deve fortalecer a capacidade da própria comunidade de monitorar e produzir conhecimento sobre si mesma. A postura da equipe de pesquisa no território pode influenciar o florescimento de pesquisadores locais onde antes havia apenas pesquisados.

Conclusão

Pesquisar em território é um ato de relação. Exige presença, reciprocidade e humildade diante do que ainda não se conhece. Pesquisar com o território é uma escolha epistemológica. Significa reconhecer que o conhecimento produzido em parceria é mais profundo,

mais justo e, no limite, mais científico do que aquele extraído à distância. As boas práticas apresentadas aqui não são obstáculos ao fazer científico: são o próprio caminho para uma ciência que se pretende relevante, honesta e duradoura. Quando a pesquisa fortalece quem participou dela, quando os dados retornam ao solo de onde brotaram, quando o nome de quem ensinou aparece ao lado do nome de quem publicou – aí, talvez, a ciência esteja cumprindo o que sempre prometeu: produzir conhecimento que transforma. O que a ciência tem a ganhar com isso é muito mais do que imagina, e o que pode perder é a própria legitimidade do conhecimento que produz.

Referências

- Ayres, Ariadne D.; Caetano, A. L.; Silva, C. S.; Brando, F. R. Co-Construindo Diálogos Sobre Conflitos Territoriais Entre Povos Indígenas E Pesquisadores Não Indígenas Por Meio Da Língua. In: Nelson Russo de Moraes et al. (Org.). Povos originários e Comunidades tradicionais. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2023, v. 12, p. 18-37.
- Bernard, H. R. (2006). Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches (4th ed.). AltaMira Press.
- Brandt, P., Ernst, A., Gralla, F., Luederitz, C., Lang, D. J., Newig, J., Reinert, F., Abson, D. J., & von Wehrden, H. (2013). A review of transdisciplinary research in sustainability science. *Ecological Economics*, 92, 1–15.
- Smith, L. T. (2018). Descolonizando metodologias: Pesquisa e povos indígenas (R. G. Barbosa, Trans.). UFPR.



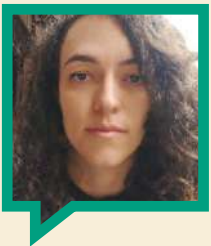
Maria Renilda Santana da Costa

Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade

Laiane Costa dos Santos

Jovem Liderança

Reserva Extrativista Chico Mendes



Kailane da Silva Souza

Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade

Karla Sessin-Dilascio

Instituto Fronteiras



MULHERES EXTRATIVISTAS E SUAS TRAJETÓRIAS NOS TERRITÓRIOS DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1648

Este conjunto de relatos de experiência (Mussi et al., 2021) reúne narrativas de lideranças femininas de duas Reservas Extrativistas: Resex Riozinho da Liberdade (abrangendo os municípios acreanos de Tarauacá, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Cruzeiro do Sul-AC) e Resex Chico Mendes (abrangendo os municípios acreanos de Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri).

Entre jovens e mulheres mais experientes, os relatos apresentam diversas perspectivas de uma mesma situação social: moradoras de Reservas Extrativistas, e de áreas subjacentes, e sua relação com o território, suas práticas culturais, desafios e atividades econômicas. A marca cultural dos processos econômicos é clara, por todas perpassam a experiência da extração de produtos não-madeireiros, como a produção da borracha e da Castanha do Brasil.

As falas revelam práticas de subsistência e formas de organização comunitária baseadas na coletividade e na luta por direitos, com destaque para o protagonismo das mulheres na valorização cultural e na defesa dos territórios. Também expõe desafios como o acesso limitado à educação, à infraestrutura e às políticas públicas. Nesse contexto, destaca-se a situação da juventude, marcada por dilemas entre permanecer ou sair e pelo risco de perda

de identidade cultural, apontando a necessidade de fortalecer o pertencimento e a continuidade das práticas extrativistas como forma de resistência.

O primeiro relato de Maria Renilda Santana da Costa, conhecida como Dona Branca, apresenta sua experiência como mulher extrativista da Resex Riozinho da Liberdade. Além de liderança reconhecida regional e nacionalmente, Branca é presidente da Associação Feminina Força da Mulher Rural (MulherFlor), criou a marca de produtos extrativistas da sociobiodiversidade “Mãos da Floresta”, foi presidente em dois mandatos da associação concessionária da Resex do Riozinho da Liberdade, a Associação da Resex do Riozinho da Liberdade (ASAREAL), conselheira no Conselho Deliberativo da Resex Riozinho da Liberdade e membro-titular da Câmara Temática de Mulheres, do SISA/AC.

O segundo relato de Laiane Costa dos Santos, relata a experiência de uma jovem que cresceu nas franjas da Resex Chico Mendes, engajada na luta pela terra e o direito dos assentados, Laiane é liderança jovem proeminente da região do Purus. Coordenadora da regional do Acre do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Laiane conduz o programa Territórios da Floresta que assegura o direito à terra para populações extrativistas que moram em áreas de florestas públicas não desti-

nadas. Além de liderança do CNS, Laiane exerce papel de facilitadora do Coletivo Varadouro que se propõe mobilizar e atrair a juventude extrativista a conhecer sua ancestralidade de luta pelos territórios já reconhecidos, mobilizando-os a partir da carta de Chico Mendes intitulada “Jovens do Futuro”, para caminhos florestais.

Kailane da Silva Souza é liderança jovem do Comitê Chico Mendes, atua como ativista para causas extrativistas, de proteção da floresta e justiça social. Compõe o Coletivo Varadouro e está à frente de ações de mobilização de jovens extrativistas para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

DA SERINGA À LIDERANÇA: VIVÊNCIA E LUTA FEMININA NA FLORESTA

*Por Maria Renilda Santana da Costa
(Dona Branca)*

Sou Maria Renilda Santana da Costa, conhecida por Branca. Sou moradora da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, na comunidade Morro da Pedra. Tenho 52 anos e, desde que nasci, resido nessa referida comunidade. Ainda pretendo viver aqui por muitos anos. Pretendo viver aqui porque temos tranquilidade. Temos terra para plantar, temos rio para pescar, temos onde criar nossas galinhas. Temos muitos produtos nativos na nossa floresta, de onde tiramos a nossa sustentabilidade. A nossa vivência na reserva é tranquila, calma. Não pretendo sair.

Por sermos extrativistas, filhas de seringueiros, e pensando nas futuras gerações que vem, nossos netos, filhos e bisnetos, buscando o bem-estar para todos eles, queremos resgatar a cultura dos nossos antepassados, mas também transformar os produtos nativos em renda familiar, para valorizar a nossa floresta, de forma que possamos tirar dela a nossa sustentabilidade e também nossa renda. Organizamos e criamos a organização feminina para que pudéssemos lutar pelos direitos das famílias, pelo empoderamento feminino e para resgatar a nossa cultura, como o saber das benzedadeiras, das parteiras, as plantas medicinais utilizadas, e outros saberes.

Hoje, a produção da reserva é principalmente a farinha. Isso ocorre porque é onde temos

mais mercado. Queremos também transformar os produtos extrativistas que temos na nossa reserva em fontes de renda, dos produtos nativos da nossa floresta.

A vivência da mulher aqui no território, em uma área de conservação, começa cedo. Eu, por exemplo, desde os 12 anos cortava seringa, ajudava meu pai a trabalhar no roçado e ajudava a procurar alimentação para os meus irmãos. Os meus irmãos são, em sua maioria, mulheres, e minha mãe teve apenas um filho homem. Com isso, passamos a assumir os papéis da casa. Pescávamos, caçávamos, cortávamos seringa e trabalhávamos no roçado. Fui crescendo na companhia do meu pai, trabalhando dessa forma e ajudando como podia.

Comecei a estudar já depois de casada, com filhos. Me alfabetizei no Alfa Cem, depois estudei na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, em seguida, fui professora do Alfa Cem. Não cheguei a concluir o ensino médio, por falta de oportunidades. Existia escola, mas eu não tinha condições de chegar até ela, pois precisava cuidar dos filhos e garantir que eles estudassem.

Continuei trabalhando na roça, como podia, mantendo as pescas e buscando alimento para os meus filhos. Passei também a representar a comunidade. Foi quando comecei, depois de compreender melhor, a participar da associação, representando a comunidade como um todo, levantando a mão e defendendo os nossos direitos.

A vivência da mulher no nosso território é lutar, defender e cuidar da nossa floresta.

DA LUTA AO ESQUECIMENTO: JUVENTUDE E IDENTIDADE NA FLORESTA

Por Laiane Costa dos Santos

A Resex Chico Mendes é organizada por seringais e colocações¹ (Sousa, 2023), como o Seringal Pinda, colocação São Pedro, seguindo

1 - “Nos seringais, as colocações eram as suas unidades produtivas e podiam estar localizadas nos centros, no interior da floresta, ou nas margens do rio. Vários(as) antropólogos(as) (Almeida 1992, 2012; Pantoja 2001; Martini 2005, 2019; Costa 2010; Rezende 2016, 2017) pontuaram que numa colocação moravam em média três grupos domésticos ligados por parentesco do tipo consanguíneo, por afinidade e/ou compadrio (simbólico).” (Sousa, 2023).

a mesma organização da época dos seringalistas. Esses espaços são organizados em núcleos de base. Cada seringal tem um ou dois núcleos, dependendo do seu tamanho. Esses núcleos respondem à associação de moradores, que é a associação daquele município, podendo ser de um município ou de uma reserva. Como a Resex Chico Mendes, que passa por sete municípios, cada município com uma associação de moradores responsável pela gestão da reserva naquele território.

A juventude, em si, não participa muito dos processos dos núcleos de base e associações atualmente. Antes, a juventude participava bastante na época das tomadas e dos embates, mas hoje, como essa história não foi transmitida, essa luta não foi passada de geração para geração. Não foi contada.

Um dos maiores gargalos atualmente é a perda de identidade. O Coletivo Varadouro, junto com o Comitê Chico Mendes e alguns sindicatos, atua justamente para resgatar essa ancestralidade que a juventude está perdendo e para mostrar que a cultura da floresta, do seringal, também precisa ser valorizada. Muitos jovens não têm conhecimento do porquê aquele território existe, o que aconteceu para ele existir, quem foram os grandes nomes responsáveis por essa conquista. Hoje, a vivência do jovem no território está muito em risco, porque muitos estão saindo em busca de outras oportunidades na cidade ou estão sendo aliciados pelos fazendeiros, pela ideia do agronegócio.

Poucos jovens têm a cultura extrativista, do seringal, não porque não quiseram, mas porque os antepassados não transmitiram para as próximas gerações. Esse é um dos grandes problemas que estamos enfrentando: a perda de identidade e de cultura.

Nem todo jovem sabe como era a casa do seringal, quais eram as alimentações, os tipos de música e de dança. Muito disso se perdeu. O que ainda permanece é a cultura do extrativismo, a prática de extrair o látex e colher a castanha. Poucos fazem uso de outros tipos de extrativismo para venda ². A maior parte

do que se extrai, além da borracha e da castanha, destina-se ao consumo próprio, como o cipó, usado para fazer vassouras ou paneiros. Mas mesmo esses saberes vêm se perdendo, afinal, hoje é possível comprar esses produtos na cidade.

VIVÊNCIA TRADICIONAL E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Por Kailane da Silva Souza

A vivência tradicional no território envolve o modo de vida e as culturas da comunidade. O trabalho é voltado ao extrativismo, principalmente do látex e da castanha, além dos roçados, onde são feitas as plantações de arroz, feijão, milho, mandioca, banana e vários outros alimentos que garantem a sobrevivência das famílias que vivem nas Reservas Extrativistas.

A união faz a força, desde a organização das comunidades até a realização das tarefas do dia a dia, que muitas vezes são feitas por mutirões ou trocas de dias de trabalho, prática em que uns ajudam os outros para que o trabalho aconteça mais rápido e de forma menos cansativa. A organização dos núcleos de base e as parcerias com a cooperativa do município, o sindicato e a prefeitura também são muito importantes para a reivindicação de direitos e políticas públicas dentro do território.

Referências

Mussi, R., Flores, F., & Almeida, C. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, 17(48), 1–18.

Sousa, T. (2023). *Da seringa à farinhada: produção e modo de vida na Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, Vale do Juruá – Acre* [Dissertação]. Universidade Federal do Pará.

sociobiodiversidade mais proeminentes na região da RESEX Chico Mendes. No entanto, há a possibilidade de desenvolver outras cadeias da sociobiodiversidade que ainda não são exploradas, como óleos (copaíba, andiroba, buriti), vinhos (açai, buriti, patoá), entre outros ainda não explorados comercialmente.

² - Neste caso a autora enfatiza a produção de borracha e castanha do Brasil como as cadeias produtivas da



Pollyanna Kécia Cordeiro Granjeiro

Universidade Federal de Campina Grande

Ângela Maria Cavalcanti Ramalho

Universidade Estadual da Paraíba

José Irivaldo Alves Oliveira Silva

Universidade Federal de Campina Grande

CAATINGA: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E SABERES TRADICIONAIS JOVENS DO QUILOMBO PEDRA D'ÁGUA



DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1662

A comunidade Quilombo Pedra D'Água está situada no município de Ingá no Agreste da Paraíba, o nome foi atribuído devido às fontes de água que surgem em abundância entre as rochas no período de chuvas e dão nome ao rio que banha a comunidade. Em 19 de abril de 2005, a comunidade recebeu a certidão de auto reconhecimento, lavrada e extraída pela Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, da Fundação Cultural Palmares.

Em 18 de julho de 2008, por meio do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID a área foi delimitada em 132,4 hectares. A portaria foi assinada pelo então presidente do INCRA, Celso Lacerda, em 10 de janeiro de 2012, reconhecendo a Comunidade Pedra D'Água como terras da comunidade remanescente quilombola. Em 5 de dezembro de 2013, através de decreto, a Presidente da República declara de interesse social para fins de desapropriação dos imóveis rurais abrangidos pelo Território Quilombola Pedra D'Água, em Ingá, Paraíba (Neabi-UFPB, 2024).

A origem da Comunidade Pedra D'água remonta à figura de um ancestral, o Sr. Manuel Paulo Grande, o primeiro a se estabelecer no local e comprar as terras em que hoje habitam os seus descendentes na região, após fuga devido à sua participação no movimento Quebra Qui-

los – revolta ocorrida no Nordeste brasileiro no final do século XIX, que se opunha à implantação de um novo sistema métrico que substituiu as medidas tradicionais. No Relatório Antropológico da Comunidade e na narração de alguns moradores do quilombo, Manoel Paulo Grande, obedecendo ordens de um fazendeiro do local, participou ativamente da querela do Quebra-Quilos e passou a ser perseguido pelas autoridades que buscavam coibir os revoltosos (Neabi-UFPB, 2024).

A cooperação é a forma coletiva de desenvolver as atividades. Constata-se que a comunidade quilombola toma por base os saberes tradicionais ancestrais africanos e afro-brasileiros, centrados na relação com a terra, território e cultura ancestral. Esses conhecimentos incluem técnicas agrícolas sustentáveis como a coivara, roça de toco, manejo sustentável, para conservar a biodiversidade e reduzir os desmatamentos.

As representações sociais contidas no passado da comunidade contribuem para a (re)construção da sua identidade, esteio da memória coletiva do grupo especialmente em datas como o Dia da Consciência Negra, sendo considerado como um momento de conscientização e reflexão sobre a importância da cultura e natureza. Também nos aspectos políticos, sociais, gastronômicos e religiosos, celebram a ancestra-



Figura 1 - Entrada do Quilombo Pedra D'água na cidade de Ingá/PB

Fonte: Instagram da Comunidade Pedra D'água, 2026



Figura 2 - Imagem territorial

Fonte: Instagram da Comunidade Pedra D'água, 2026

lidade, além da cultura voltada para preservação das tradições, reconhecendo a sabedoria e perpetuando os conhecimentos para as novas gerações (BENICIO, 2022).

Diante dos cenários e suas tessituras, o estudo objetiva analisar como os saberes tradicionais transmitidos para os jovens da Comunidade Quilombola Pedra D'água têm contribuído para a preservação do Bioma Caatinga diante do contexto de mudanças climáticas com previsões para intensificação da aridez, escassez de chuvas, desmatamento, clima quente e seco, desertificação e outros fenômenos socioambientais, e as estratégias de resistência e convivência do sertanejo com o semiárido, baseado em técnica de manejo sustentável da vegetação nativa, valorização da cultura, além da biodiversidade local.

Jovens da Comunidade Quilombola Pedra D'água: Saberes e Práticas Tradicionais e Mudanças Climáticas

Os impactos socioambientais resultantes das mudanças climáticas evidenciam a emergência por políticas públicas voltadas para conservação e adaptação, além, evidentemente, da aplicação de práticas tradicionais das comunidades. Considerando que os efeitos das mudanças climáticas são sentidos no âmbito local, o que sinaliza para a necessidade do estabelecimento de metas de resiliência dos territórios traçadas pelas comunidades, o que pode potencializar práticas coletivas de preservação e conservação ambientais.

No semiárido nordestino, extremos climáticos como secas prolongadas, calor e chuvas irregulares reduzem a agricultura e o artesanato, bases da renda do quilombo Pedra D'água, PB. Diante dessa “sindemia” (crises sociais e climáticas simultâneas), vozes de resistência surgem, destacando-se o protagonismo da juventude como esperança na preservação do território na busca por justiça climática.



Figura 3 - Artesanato feminino

Fonte: Instagram da Comunidade Pedra D'água, 2026

Diante do contexto, a realização da pesquisa sistemática está voltada para compor a dissertação de mestrado e analisa como os saberes tradicionais transmitidos para os jovens da comunidade quilombola Pedra D'Água têm contribuído para a preservação do bioma Caatinga diante do contexto de mudanças climáticas. O público-alvo da pesquisa foi um coletivo de jovens da Comunidade Quilombola Pedra D'Água. Como metodologia, utilizamos a roda de conversa, que proporcionou a construção coletiva e o diálogo horizontal, além da troca de experiências e a escuta ativa, cristalizando um espaço estratégico de percepção dos significados, identificação de valores, crenças e sentimentos. Além de expressão de resistência, memória, oralidade e afirmação política em defesa de direitos territoriais.

Registramos um elenco de falas do grupo de jovens sobre a história, saberes, costumes e práticas de aprendizagem tradicionais perpetuados através das gerações que norteiam a estrutura social.

“Os primeiros escravos eram vigiados dentro do Federal (referindo-se à vigilância da polícia). Eles vieram do outro lado do mundo... Meu avô falou que foram os escravos que fugiram das grandes embarcações de João Pessoa e andaram muito atrás de se esconder... e eram bem jovens.”

(Fala de jovem da Comunidade Pedra d'água, em 15 de abril de 2026).

Nas falas está expresso que a juventude associa a condição de jovem quilombola a um orgulho coletivo e identidade cultural, porém com um significado maior de resistência. A identidade não aparece apenas como pertencimento territorial, mas como superação de barreiras enfrentadas pelas gerações anteriores (BENICIO, 2022). Os jovens depositam esperança na educação, acesso à escola, à universidade e a novos espaços sociais, sendo compreendido como conquista coletiva da comunidade.

“A nossa vida na comunidade representa um símbolo de quebra de ciclo, porque muitos dos nossos familiares não tiveram essa oportunidade de estar aqui (na escola)... Dá orgulho! E continuar o legado é inspirador.”

(Fala de jovem da Comunidade Pedra d'água, em 15 de abril de 2026).

As falas revelam que os antepassados significam referência moral, histórica e política. Os jovens entendem que existe uma herança que precisa ser preservada e transmitida às próximas gerações. O passado de luta fortalece sentimentos de pertencimento e responsabilidade sobre o território.

Sobre as questões socioambientais no quilombo, os jovens demonstram percepção concreta das mudanças climáticas. O clima é descrito como instável, imprevisível e diferente do passado. As referências temporais dos mais velhos reforçam a ideia de que antes havia regularidade sazonal, enquanto hoje predominam secas prolongadas e chuvas desordenadas.

“Mudou bastante... Antes ele dizia que tinha o dia certo da chuva. Eles já plantavam porque sabiam que na época tal ia chover e hoje eles não conseguem mais ter essa previsão.”

(Fala de jovem da Comunidade Pedra d'água, em 15 de abril de 2026).

Os idosos são percebidos como guardiões da memória ambiental. Ainda, com relação às mudanças climáticas e as práticas de prevenção, destacam a vivência dos ancestrais como protetores da biodiversidade, ao mesmo tempo em que sofrem com os impactos ambientais. Na visão dos jovens, eles interpretam o presente como tempo de desequilíbrio ecológico e recordam épocas de maior fartura, regularidade hídrica e previsibilidade agrícola.

“O clima não está mais equilibrado como era antes... Diziam: — Hoje eu vou queimar porque amanhã vai chover... e realmente amanhã chovia.”

(Fala de jovem da Comunidade Pedra d'água, em 15 de abril de 2026).

Está expresso nos gestos e nas falas a ideia de uma relação integrada com a natureza. Os mais velhos eram agricultores, cultivavam alimentos, manejavam o solo do território e mantinham forte vínculo afetivo com a terra. A natureza era parte da vida cotidiana e do sustento familiar.

A água aparece como elemento central da experiência comunitária. Constatam-se muitas melhorias estruturais recentes, como cisternas e dessalinizador, poços artesianos na

região; porém, a maioria das residências possui água encanada. Contudo, permanecem na memória os longos deslocamentos e dificuldades históricas de acesso à água em períodos de escassez crítica. As mulheres, de modo geral, fazem questão de lembrar a seus filhos e netos a “saga de um pote de água na cabeça”.

Os saberes tradicionais são narrados como patrimônio transmitido por sucessivas gerações familiares, especialmente pelas mulheres, as mães, avós e bisavós. Trata-se de uma pedagogia do diálogo, da oralidade, do saber cuidar e do afeto. O aprendizado juvenil ocorre através da participação nas práticas do cotidiano comunitário: plantio, manejo da terra, convivência com animais e respeito ao ambiente por meio do fazer diário e da experiência vivida com suas famílias e com a comunidade em geral. Assim, a conexão com a ancestralidade é a fonte de todo conhecimento, respeito e honra aos ancestrais, reconhecendo a sabedoria dos que vieram antes, perpetuando os conhecimentos acumulados para as novas gerações.

Considerações Finais

Ao analisar os relatos orais dos jovens, foi possível compreender como as memórias são primordiais nos processos identitários, sendo possível identificar o aprendizado como processo que constrói não só o conhecimento, mas também atores sociais protagonistas e autônomos nas práticas cotidianas e identidade coletiva, que vivem dentro de grupos e comunidades étnicas.

A memória cultural confere linguagens, saberes e práticas condizentes com a conservação e a preservação da natureza (LE GOFF, 2003). As práticas ancestrais são a fonte de todo conhecimento; são uma ponte que liga o passado e o presente de modo a ajudar a entender as origens, crenças, costumes, culturas e identidades. Respeitar e honrar os ancestrais significa perpetuar os conhecimentos para novas gerações.

Diante das reflexões apresentadas no artigo, sugere-se ampliar e reposicionar o lugar de fala dos jovens das comunidades quilombolas e demais identidades nos debates sobre as questões climáticas, para a redefinição de modo peculiar do replanejamento de ações voltadas para resiliência e adaptação.

Referências

- BENÍCIO, Marciane S. Ambrosio. “Quilombola Sim”: o processo identitário na Comunidade Quilombola Pedra D’Água em Ingá-PB. Campina Grande: UEPB, 2022.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
- NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: quilombos e movimentos. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI-UFPB). João Pessoa: UFPB, 2024.



Engel Rodrigues de Lima

Universidade Federal de São Carlos

Universidade de Birmingham

Susanne Börner

Universidade de Birmingham



O HIP HOP É SUA CASA: JUVENTUDE, CURA E CIRCULARIDADE NOS ENCONTROS DAS FLORESTAS

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1659

EEH EEH TUWEHARUPI ZAGAR WIKO Wá¹

Há um lugar onde o tambor não se cala. Onde a roda se abre no asfalto como terreiro e jovens negros, periféricos, quilombolas e ribeirinhos se encontram para fazer o que a cidade lhes nega: existir com intensidade, com orgulho, com gritos de reconhecimento. Esse lugar é o Hip Hop. Este artigo nasce dentro dele e fala a partir dele. A partir de uma autoetnografia pluriversal (Querejazu 2025), percorremos três biomas para argumentar que o Hip Hop opera como encruzilhada (Martins 2021): locus dinâmico onde o visível e o invisível, o ancestral e o presente, o corpo e o território convergem e se transformam. Argumentamos que a pluriversalidade como metodologia ou cosmopraxis abre espaço para a coexistência relacional, além da singularidade de narrativas dominantes (Querejazu 2026). Em tempos de erosão das sociabilidades espontâneas e supremacia das plataformas digitais, reflorestar a mente tornou-se imperativo político (Krenak 2022) — repovoar os horizontes cognitivos, afetivos e políticos com os saberes e cosmovisões dos povos que o capitalismo colonial insiste em silenciar. O Hip Hop é um dos principais vetores desse reflorestamento.

A narrativa parte de um jovem nascido em

1997 em barraco de madeirite de dois cômodos, na periferia extrema de uma metrópole brasileira, às bordas da Mata Atlântica. O corpo que conhece é inseparável do território que o constitui. Nesse território de ausências, a floresta vizinha era sala de aula e quintal. As redes de vizinhança, tecidas por mulheres, trabalhadores, cozinheiras, catadores e militantes, configuravam uma ecologia do cuidado que precedia qualquer política pública. Foi nessas redes, e nas reuniões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que o jovem teve o primeiro contato com militantes do Hip Hop: corpos que se destacavam pela racionalidade criativa e pela afirmação da identidade negra periférica. O Hip Hop tornou-se sua casa porque, onde quer que chegasse — da Mata Atlântica ao Cerrado, do Cerrado à Amazônia —, foi sempre recebido como se já fizesse parte há muito tempo. Cada cômodo dessa casa tem suas particularidades; todos os rios levam à convergência.

A cura promovida pelo Hip Hop começa no coletivo e atinge o individual. Ela não opera como remédio prescrito em horário fixo: opera por transmutação — da dor em rima, do sofrimento em performance, do luto em passo de dança. A ressaca colonial (Milstein 2023) nomeia os impactos cumulativos, materiais e simbólicos, que populações colonizadas continuam absorvendo geracionalmente. Superá-la exige transcender os binarismos que o

1 - Esse título foi retirado de um trecho do refrão dessa música: Cantos Dos Ancestrais: https://youtu.be/gAzU48kRbuw?si=ttvUvV_MeV635hmk

colonialismo sedimentou nos modos de ser: humano e natureza, corpo e território, arte e política, sagrado e cotidiano (Milstein et al. 2023; Querejazu 2026). A Biblioteca Comunitária Zumbi dos Palmares, articulada por militantes do Hip Hop e movimentos de esquerda, materializou esse processo num bairro periférico: rapper ensinava coral para crianças, pixadores traziam pastas de desenhos, jovens mandavam seus salves pelas rádios comunitárias. O festival — breaking, coral, MC's, grafites nos muros — foi uma encruzilhada performática (Martins 2021) onde passado ancestral e futuro de esperança habitavam um único espaço-tempo. Quando a prefeitura demoliu tudo com apoio policial, as memórias resistiram. A cura não estava nas paredes.

A encruzilhada — mpamba, na tradição filosófica banto — é o locus onde múltiplos planos da existência convergem: o visível e o invisível, os vivos e os mortos, o humano e o divino. Leda Maria Martins articula a partir daí o tempo espiralar: temporalidade não linear que enlaça diferentes momentos históricos, fazendo do passado ancestral força atuante no presente e projetando-o em futuros possíveis (Martins 2021; Krenak 2022). A roda de rima e a batalha de breaking são encruzilhadas onde essa gira acontece no asfalto com a mesma potência sagrada do terreiro. O Hip Hop opera como canal de acesso à ancestralidade: o tio do jovem — homem negro, filho de caçador e pescador — transmitiu, ao trazer fitas do Espaço Rap, um ethos que articulava floresta, ritmo e comunidade. As caminhadas pela Mata Atlântica, com estilingue e canções em voz baixa para não espantar a caça, eram a pedagogia da encruzilhada. O encontro do visível e do invisível não é metáfora nesses territórios: é a encantaria que desce nos versos dos MCs amazônicos, o caboclo que fala pela boca do rapper, a mata que sussurra nos beats. Sonhar é aqui ato político — sonhar junto, sonhar o território, ser sonhado pela floresta.

Da Mata Atlântica ao Cerrado, e do Cerrado à Amazônia, cada bioma acrescentou camadas ao entendimento do Hip Hop como método e como morada. O ativismo juvenil emerge como experiência de experimentar, pertencer e agir no ambiente local (Börner et al. 2021):

práxis encarnada onde o corpo que rima é o mesmo que habita, sofre e resiste. O encontro das florestas através do Hip Hop revela que as diferenças são pontes — cada expressão local tem sua particularidade, mas os rios convergem no ritmo e nas pautas da terra, das ruas e das águas. O projeto Amazônia Vive, da Produtora Ver-o-Som (Belém, PA), materializa essa encruzilhada: reúne MCs de territórios amazônicos distintos em composições audiovisuais com produção profissional. O volume 1 reuniu GBM, Nero Devon, Pelé do Manifesto, Cachalote, FLEXA, PJO e Daniel BackDan (prod. GBM); o volume 2 reuniu Dudu Ubd, Bunnin, Bruno Rdgz, Rick D, Nego Rod e Bruno BO (prod. GBM); o volume 3, Daniel ADR, Moraes MV, Bené, Ruth Clark, Xico e Bruna BG (prod. NAVI BEATZ). Cada voz traz seu corpo-território para a cena; as perspectivas convergem sem se apagar. A floresta aparece como sujeito enunciativo: os versos falam dos rios, das matas, dos povos, das ameaças e da resistência a partir de dentro.

‘Então bota um tambor no rap que eu vou sem dó / Alquimista da quebrada no beat de carimbó / Sou cabano moderno, poeta e freestaleiro / Mistura de Malcom X com Antônio Conselheiro’

(Pelé do Manifesto, Rima com Farinha).

Nesses quatro versos condensa-se o argumento deste artigo. O tambor do carimbó — herança viva da Amazônia negra e indígena — reorienta a batida temporalmente: o passado ancestral das casas de Mina e das encantarias entra na frequência do presente urbano. É o tempo espiralar em ação (Martins 2021). O alquimista da quebrada transmuta a dor em rima — operação coletiva que atinge o sujeito de dentro para fora. O cabano moderno inscreve seu corpo-território numa genealogia de resistência secular: aquele que nasceu na beira do rio e, na Cabanagem de 1835, levantou-se contra o poder colonial com a floresta como aliada. Nomear-se cabano no rap é ato do tempo espiralar: o passado insurge no presente como identidade política e cosmovisão. A síntese Malcom X com Antônio Conselheiro é a encruzilhada encarnada em um verso — dois continentes, dois séculos, uma luta.



Pelé do Manifesto, Nic Dias e artistas convidados do álbum Quebrada 91 em cena. A vegetação tropical no palco enuncia a floresta como presença viva, não como cenário.

Figura 1. Encerramento do show da Mamba Produtora na reinauguração do Mercado de São Brás (Belém, PA, dez. 2024)

Fonte: acervo da pesquisa.

A Figura 1 registra o encerramento do show da Mamba Produtora na reinauguração do Mercado de São Brás (Belém, PA, dezembro de 2024), evento em que o álbum *Quebrada 91*, de Pelé do Manifesto, foi apresentado ao público com a participação ao vivo dos artistas convidados do disco. Os corpos reunidos no palco — abraçados, emocionados — carregam a memória imediata de um show de super produção que foi lindo e deu certo. *Quebrada 91* reúne um artista de cada bairro periférico de Belém em colaboração com Pelé do Manifesto, no ritmo do drill amazônico. Cada voz é um corpo-território: uma perspectiva singular que, ao se juntar às demais, compõem uma Belém plural, relacional e criativa. Os sonhos ali partilhados são coletivos — assim como as lutas e as vitórias que tornaram aquele palco possível. A vegetação tropical, os corpos negros e periféricos, o Mercado de São Brás como espaço histórico do Hip Hop paraense desde 1993: tudo converge numa encruzilhada (Martins 2021) onde o ancestral e o presente se tocam, onde a floresta e a cidade se reconhecem, onde o que foi sonhado se faz visível.

Considerações Finais

O Hip Hop constitui uma casa epistemológica: espaço de cura, pertencimento e produção de saberes que opera nas encruzilhadas entre floresta e cidade, ancestralidade e presente, sonho e ação. A autoetnografia pluri-versal afirma que todo conhecimento é situado e relacional — que o corpo

que pesquisa é o mesmo corpo que rima, que caminha na mata, que perdeu parentes na pandemia e seguiu em frente amparado pelos parceiros do movimento. O reflorestamento das mentes é prática coletiva (Krenak 2022): exige muitas vozes, muitos rios e muitas florestas. O tempo espiralar não permite que o passado seja abandonado — a cada roda de rima, o ancestral se faz presente como força de transformação. O Hip Hop foi a casa que abrigou esse jovem sem teto. Que este texto seja convite para que outros encontrem, nas encruzilhadas das florestas – mesmo que de concreto e aço – os caminhos de suas próprias casas.

Referências

BÖRNER, S.; KRAFTL, P.; GIATTI, L. L. Blurring the ‘-ism’ in youth climate crisis activism: everyday agency and practices of marginalized youth in the Brazilian urban periphery. *Children’s Geographies*, v. 19, n. 3, p. 275–283, 2021.

KRENAK, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MILSTEIN, T.; THOMAS, M. O.; HOFFMANN, J.; CARR, J. “Even I am a Part of Nature”: unraveling the human/nature binary to enable systems change. *Environmental Communication*, v. 17, n. 4, p. 421–436, 2023.

MARTINS, L. M. *Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

QUEREJAZU, A. Pluriversality as methodology. *Third World Quarterly*, v. 47, n. 3, p. 629–640, 2026.



Terra Indígena Manguaírinha,
Paraná,
Ariadne D. Ayres, 2022.



Orleir Moreira da Cunha

Reserva Extrativista do Alto Juruá
ASAREAJ

Karla Sessin-Dilascio

Instituto Fronteiras



JUVENTUDE EXTRATIVISTA E DESAFIOS DE VIVER E PERMANECER NA RESEX ALTO JURUÁ

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1646

Tendo como base o relato de experiência (Mussi, Flores e Almeida, 2021) de Orleir Moreira da Cunha, jovem liderança da Reserva Extrativista do Alto Juruá (Resex Alto Juruá) e presidente da Associação Concessionária da Resex do Alto Juruá (ASAREAJ). Sendo a primeira Reserva Extrativista do Brasil, criada em 23 de janeiro de 1990. Ao longo dos anos 90 e início dos anos 2000, a Resex Alto Juruá foi palco efervescente de pesquisas e financiamentos multilaterais responsáveis por criar a base da estrutura física, social e institucional da Resex para os anos a seguir (Almeida, 1992). A Resex foi palco de diversas pesquisas socioambientais conduzidas pelos pesquisadores Manuela Carneiro e Mauro Almeida, que resultou na importante publicação nomeada “Enciclopédia da Floresta”, assim como a formação de jovens pesquisadores que viriam a ocupar posição de professoras no curso de Licenciatura Indígena na Universidade Federal do Acre, Campus Floresta; vale destacar Mariana Pantoja (autora de “Os Milton”) e Andrea Martini (autora de “Tecendo Limites no Alto Rio Juruá”) (Almeida, 1992; Carneiro da Cunha e Almeida, 2002; Martini, 2019; Pantoja, 2008).

Após grandes investimentos, a Resex hoje recebe apoios do Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que atua como órgão gestor da unidade em colaboração com a associação concessionária, a Associação da Resex do Alto Juruá (ASAREAJ),

na qual Orleir é presidente, e o Conselho Deliberativo da RESEX. Além dos recursos de manutenção das operações do ICMBio o órgão conta com o apoio financeiro do programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), gerenciado financeiramente pelo Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) e financiado com recursos de doadores nacionais, internacionais e dos governos federal e estaduais (Filho, 2009).

Este relato de experiência expõe as reflexões sobre a realidade de quem ficou no território após anos de sua criação, com foco no olhar da juventude. A partir da vivência no território, são abordadas questões como acesso à educação, conectividade, mobilidade e governança, além das limitações econômicas e dos impactos ambientais que afetam o cotidiano das comunidades. Ao mesmo tempo, evidencia-se o forte sentimento de pertencimento da juventude, que busca permanecer no território, fortalecer suas formas de organização e garantir melhores condições de vida sem renunciar a sua identidade e cultura.

Desenvolvimento

Sou Orleir Moreira, sou uma jovem liderança aqui da Reserva Extrativista do Alto Juruá, hoje estou presidente da Associação da Resex do Alto Juruá (ASAREAJ), a associação con-

cessionária da primeira reserva do país, que é a Resex do Alto Juruá.

O que é ser um jovem hoje na Resex? O que é a juventude hoje na Resex? Quais são as expectativas de futuro? O que nós pensamos? São muitas coisas, são muitas situações que nós, enquanto extrativistas, juventude desse território tão peculiar, tão singular que é a Resex, poderíamos classificar, adjetivar. Mas, tentando resumir um pouco, nós hoje vivemos num momento em que a conectividade, o acesso à internet podemos dizer que é um pouco amplo para nós, mas quando se trata da questão do estudo, ainda precisamos melhorar em algumas coisas.

Temos aqui a nossa Resex, o acesso é 100% por via fluvial, de barco, que nos deslocamos. E, na questão do ensino, só temos o ensino público dentro da unidade e não temos pólos, universidades ou institutos que atuem além das escolas estaduais e municipais dentro da Resex. Quando vamos para a questão do ensino superior, a modalidade que temos é a EAD, que é o ensino à distância. Não temos outro polo presencial onde possamos realizar estudos, pesquisas relacionadas ao nosso território, à nossa grade curricular enquanto estudantes, enquanto universitários.

Pegando pelo lado do estudo, é isso: precisamos ter polos de ensino, pois não temos polos dentro da unidade onde possamos fazer pesquisas de campo, formar turmas para estudar dentro da unidade. A nossa juventude hoje se forma fora. Aqueles que têm a coragem de sair das suas comunidades se formam fora e saem. De 99% que saem, arrisco dizer que 95% não retornam para prestar serviço à comunidade, à Resex. As oportunidades são muito limitadas. Estamos em um município de difícil acesso, no Alto Juruá, no estado do Acre, e temos toda essa singularidade na questão do ensino no nosso território.

Sobre a conectividade, em algumas comunidades conseguimos, por meio de parceiros, instalar kits de internet. Algumas pessoas já relatam o quanto isso foi benéfico para estudar, fazer avaliações e melhorar o ensino.

Pegando a governança do nosso território, precisamos melhorar em muitas situações.

Temos diálogo com o ICMBio enquanto associação, mas ainda precisamos avançar muito, porque muitas decisões não são comunicadas previamente, não são consultadas com a gente.

A entrada na Resex hoje não tem controle efetivo por parte do órgão fiscalizador, que é o ICMBio. Não temos essas barreiras de controle, até porque o polo do NGI, Núcleo de Gestão Integrada, fica em outra cidade, Cruzeiro do Sul, que fica a mais de um dia de viagem, dependendo da embarcação. Isso dificulta o monitoramento. Precisamos melhorar nesse quesito de governança e controle de quem entra e sai da unidade.

Nossa relação com as comunidades é muito boa. As comunidades nos procuram, e nós nos colocamos à disposição para apoiar na organização e nas demandas. Aquilo que é de competência dos governos, municipais, estaduais e federais, repassamos por meio de documentos ou incidência direta em ministérios e secretarias.

Demandas como acesso a políticas públicas, cestas básicas, créditos do INCRA, fomentos e internet são encaminhadas às instâncias responsáveis.

Na questão econômica, a base da economia da Resex é a agricultura familiar: farinha, feijão, arroz e criação de pequenos animais. Isso sustenta cerca de 70% do município de Marechal Thaumaturgo. A Resex tem uma importância fundamental nesse processo econômico.

O extrativismo praticado é, em grande parte, de subsistência. Muito pouco gera renda, embora seja uma reserva extrativista. Precisamos fortalecer essa atividade com parcerias. A criação de animais, inclusive gado, também é voltada para subsistência, pois a caça está escassa e o peixe diminuiu nos rios.

Nos períodos de estiagem, enfrentamos grandes impactos. Os rios ficam intrafegáveis, dificultando o escoamento da produção e o deslocamento. Isso gera prejuízos econômicos, com produtos que chegam estragados, afetando comerciantes e extrativistas.

Quem revende produtos dentro do território

sofre diretamente esse impacto. No período de seca, o custo de transporte aumenta e há variação de preços, prejudicando o pequeno produtor, que muitas vezes não consegue vender pelo valor justo.

Falando da juventude, somos pertencentes, somos raízes, somos a história desse território. Nós, que nascemos nos anos 90, crescemos no período pós-criação da Resex, uma das maiores conquistas das últimas décadas, que garantiu terra, cultura e liberdade.

Carregamos esse pertencimento e queremos mais acesso à internet, fortalecimento da economia, do extrativismo e do turismo de base comunitária, para não precisarmos sair do território. Queremos ensino de qualidade, inclusive superior, sem precisar sair, não apenas EAD, mas presencial.

Queremos continuar vivendo na Resex com qualidade de vida, com oportunidades semelhantes às de outras regiões, sem perder nossa cultura e identidade. Queremos que o ensino seja adaptado à nossa realidade, valorizando nossa ancestralidade.

Em nome da juventude, deixo um sentimento de gratidão pela luta dos nossos antepassados. Somos uma juventude feliz dentro do nosso território, apesar das dificuldades. Conseguimos atuar na política, nos movimentos sociais e na gestão da Resex.

Vivemos um tempo de reeducar a juventude, levando o conhecimento da história da luta da Resex do Alto Juruá. Muitos desconhecem esse processo, e precisamos manter vivo esse pertencimento.

Nossa missão é dar continuidade à luta dos nossos antepassados. Somos uma juventude aguerrida, comprometida, mas precisamos de estrutura, apoio das universidades, institutos e do governo federal.

Queremos um futuro melhor, com mais oportunidades, mais engajamento da juventude e fortalecimento da governança e da incidência política.

Referências

ALMEIDA, M. W. B. Rubber tappers of the upper Juruá river, Brazil. The making of a forest peasant economy. PhD. Dissertation, Cambridge, University of Cambridge, 1992.

CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. B. DE. Enciclopédia da Floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

FILHO, B. S. Redução das emissões de carbono do desmatamento no Brasil: O papel do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). 2009.

MARTINI, A. Tecendo limites no Alto Rio Juruá.

MUSSI, R.; FLORES, F.; ALMEIDA, C. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, v. 17, n. 48, p. 1–18, 1 set. 2021.

PANTOJA, M. C. Os Milton: cem anos de história nos seringais. 2ª ed. Rio Branco: Edufac, 2008.



Mariana Pereira Dermindo

Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo



CRIANÇAS E O RACISMO AMBIENTAL EM PERIFERIAS URBANAS

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1652

O racismo ambiental expressa a forma desigual como riscos climáticos, impactos socioambientais e condições ambientais se distribuem entre diferentes grupos sociais. Pode ser definido como o reconhecimento da dimensão racial no contexto da crise climática, abrangendo não apenas populações negras, mas também indígenas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, quilombolas, moradores de favelas e encostas, além de mulheres, mães solas e jovens (DUTRA, 2022). Em territórios historicamente marginalizados, a exposição a enchentes, ondas de calor e colapsos de infraestrutura não é mero acidente, mas acompanha a forma como esses espaços foram produzidos, quem foi empurrado para ocupá-los e a quem o Estado decidiu não proteger.

Compreender o racismo ambiental exige, portanto, deslocar o olhar dos eventos isolados para os processos que organizam o território e definem quem se expõe mais, quem se protege e onde as possibilidades de resposta são mais restritas. Nesse ponto, uma dimensão permanece sistematicamente ausente da análise: a infância. Crianças vivem nas periferias urbanas, circulam por pelos espaços, acumulam experiências sobre o que é seguro e o que ameaça, constroem sentidos sobre o lugar onde habitam. O que a convivência cotidiana com a precariedade e a instabilidade socioambiental produz nas crianças? Este texto não busca oferecer respostas, mas se

propõe a abrir um campo de questões e argumentar que, sem a infância como perspectiva, a compreensão do racismo ambiental permanece incompleta.

Racismo Ambiental e produção do território

O racismo ambiental não é resultado de escolhas aleatórias ou de descuidos pontuais da gestão pública. Pelo contrário, ele opera na produção do território; nos processos históricos e arranjos institucionais que articulam desigualdades raciais, econômicas e espaciais, estruturando aonde se chega o saneamento e a coleta de lixo e onde os riscos se concentram. Ao apontar que os impactos climáticos incidem de maneira desigual, acompanhando marcadores sociais como raça, gênero e classe, Louback (2021) evidencia que a vulnerabilidade não é natural, mas socialmente produzida.

Nos grandes centros urbanos, essa dinâmica se materializa em assentamentos precários instalados em áreas de várzea e encostas, em bairros que convivem com córregos poluídos e ruas sem pavimentação, em comunidades que enfrentam as enchentes sem redes de proteção suficientes. Eventos climáticos extremos, com cenas recorrentes de enchentes, deslizamentos, ondas de calor passam a compor a experiência cotidiana de determinados territórios. Esse caráter repetido e acumulado

não se trata, no entanto, de uma crise passageira, mas de uma condição que se instala no cotidiano e vai desgastando, ainda mais, as condições de vida de quem vive nesses espaços.

Essa violência tem uma característica que dificulta seu reconhecimento público, já que sua ação se dá de forma gradual e, eventualmente, sem a espetacularidade do desastre visível, mas com efeitos igualmente devastadores sobre os corpos e as subjetividades. Vive-se sob a ameaça permanente de perder a casa, de ter a escola alagada, de não saber se o caminho até o posto de saúde estará transitável. É uma experiência que atravessa a constituição de quem se é e do modo como se aprende a habitar o mundo; nesse sentido, a desigualdade ambiental age sobre a forma como os corpos aprendem a se mover, a confiar, a pertencer e, para as crianças, a se reconhecer como sujeitos de direito ou como habitantes de um território negligenciado.

A infância nos territórios marcados pelo racismo ambiental

Se o território produz condições desiguais de vida, a infância se constitui nessas mesmas condições. Como propõem Abramowicz e Rodrigues (2014), as infâncias são plurais e se constituem nos contextos em que se produzem, o que implica reconhecer que diferentes territórios configuram modos distintos de viver e de se relacionar com o mundo. Não há, nessa perspectiva, uma infância universal, mas sim infâncias, marcadas pela raça, pela classe, pelo território e pela forma como o Estado decide, ou não, protegê-las.

Para crianças que crescem em territórios atravessados pelo racismo ambiental, o mundo se apresenta desde cedo marcado pela percepção de que o lugar onde vivem não recebe o mesmo cuidado que outros espaços, mesmo que isso não seja nomeado. Por isso, é importante problematizar que a desigualdade, quando vivida desde os primeiros anos de vida, pode parecer algo natural, parte do cotidiano, e não o resultado de escolhas políticas e processos históricos que produzem essas diferenças.

Esse é o ponto em que a análise do racismo ambiental precisa ir além da distribuição de riscos e tocar a constituição subjetiva. Crianças em territórios precários convivem com a falta e elaboram sentidos sobre ela, aprendem, desde muito cedo, que há um mundo onde as coisas funcionam e um mundo onde as coisas falham, e que pertencem ao segundo. Esse aprendizado atravessa a autoestima, a percepção de direitos, a capacidade de imaginar futuros. O racismo, quando opera desde os primeiros anos de vida sobre a constituição do sujeito, não deixa apenas marcas externas, ele se inscreve na interioridade, comprometendo os sentidos de dignidade e reconhecimento que sustentam a saúde mental (FANON, 2008).

Os efeitos da exposição contínua a ambientes insalubres e socialmente vulneráveis sobre o desenvolvimento infantil têm sido documentados pela literatura científica internacional, que aponta impactos sobre funções cognitivas, desenvolvimento emocional e saúde mental ao longo da vida (FORD, 2024). Ainda assim, a infância permanece subrepresentada nas análises sobre racismo ambiental, tratada, quando aparece, como dado demográfico e não como perspectiva analítica.

Escutar as crianças como método

Se o território produz condições desiguais Reconhecer a infância como perspectiva analítica é uma escolha ética e, em nossa tese, uma exigência metodológica. Crianças que crescem em territórios atravessados pelo racismo ambiental produzem conhecimento sobre esses territórios, elas conhecem os caminhos, os riscos, os ritmos das enchentes, os espaços que o poder público ignora e os que a comunidade cuida. E esse conhecimento raramente entra nos diagnósticos técnicos ou nos planos de gestão urbana.

As metodologias participativas têm, diante desse cenário, importância precisamente por criarem condições para que esse conhecimento apareça sem precisar ser traduzido imediatamente pela linguagem adultocêntrica ou técnica. Ao desenhar, fotografar, narrar e caminhar pelo território, as crianças elaboram

sentidos sobre o ambiente em que vivem e indicam caminhos possíveis para pensar cuidado, pertencimento e transformação. Não se trata de pedir que ofereçam soluções, já que isso poderia reproduzir a lógica que as sobrecarrega com responsabilidades que cabem ao Estado e à sociedade, mas se trata de reconhecer que suas percepções são dados qualificados sobre a realidade, capazes de revelar dimensões que outros instrumentos não alcançam: Quais são os afetos ligados ao lugar, as narrativas sobre o que falta, sobre o que resiste? Quais formas de imaginação que emergem de quem ainda não aprendeu que certas coisas são impossíveis?

Escutar as crianças, portanto, não significa acrescentar um ponto de vista ao final da análise. Significa reorganizar o campo de questões a partir de quem vive o problema de dentro, desde o início, com o corpo inteiro. E isso, talvez, seja um dos elementos que falta nas pesquisas e nas políticas públicas voltadas às periferias, a disposição de partir de quem já sabe, porque vive. Se o racismo ambiental produz territórios de “descarte”, escutar quem cresce nesses becos e nessas vielas parece ser um passo fundamental para transformá-los.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 461–474, 2014.

DUTRA, Andressa. Racismo ambiental: justiça climática é justiça racial. In: BELMONT, M. (org.). *Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil*. São Paulo: Oralituras; Instituto de Referência Negra Peregum, 2022.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FORD, Allison. Where we live, learn and play: environmental racism and early childhood development in review. *Early Childhood Research Quarterly*, v. 69, supl., p. S71–S81, 2024.

LOUBACK, Andréia Coutinho. Como o racismo se revela na crise climática e afeta a infância? *Lunetas: múltiplos olhares sobre a infância*, 2021.

Terra Indígena Mangueirinha,
Paraná,
Ariadne D. Ayres, 2024.



ENTRE- VISTAS

AS LEMBRANÇAS COLETIVAS DE UM TERRITÓRIO

por: Beatriz Damásio Penteado
Giulia Mariano Machado
e Ana Carolina Cordeiro Barbosa

Jova Rural,
Zona Norte de São Paulo
Rafaela Neves, 2025.

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1664

Os fazeres coletivos guardam em si a memória do espaço-tempo. O vínculo com o território, com o chão, com o que é palpável, perpassa as lembranças junto das histórias de caminhos possíveis. A forma como se encontram, se relacionam, dos planos vividos e dos sonhos possíveis de reinventar, tudo é atravessado pelas forças e pelas políticas neste trajeto. São nos cultivos que se entende quais passos é possível dar nesses caminhos de alianças, mas que muitas das vezes encontram-se em disputas. Algumas das formas de se produzir sentido na vida são mapeando as existências, para se estabelecer redes. É a partir dos convívios e afetações que se marca o espaço com um outro uso dele. Quais são os nossos movimentos e apostas nos encontros com os territórios vivos?

Neste mesmo tempo-memória, os territórios enfrentam diferentes barreiras no acesso à uma moradia digna e de políticas públicas que potencializam e estruturam os ritos cotidianos. As pessoas que estão nas disputas pelo território são as mesmas que são afetadas pela falta. A falta de água, energia, mobilidade e saúde. Essa história é antiga, estar em busca dos direitos faz parte da memória, do fazer coletivo de querer entender e permanecer cotidianamente. Junto. A luta é diariamente coletiva e falar das vivências abre espaço para o cuidado na comunidade.

Este ensaio parte das experiências de pessoas que estão em comunidade, que pensam outros mundos e constroem nas lutas e jornadas dos caminhos rotineiros. Neste ensaio foram entrevistadas duas ativistas que residem na cidade de São Paulo. Elas trouxeram a reflexão de como alguns territórios estão mais expostos à insegurança, à ausência e a projetos que atingem populações negras e periféricas de uma forma desigual. A chuva não cai igual para todo mundo! Ela se encontra com a falta de estrutura e com a presença dela, quando a hierarquia colonial atravessa o tempo, as casas e os corpos. O estranhamento de quem recebe mais os impactos e menos os recursos também movimenta um olhar crítico para o que acontece na vida. É onde começa a questionar o que não é por acaso, e o olhar crítico articula as redes que sustentam as vivências e faz com que se coloque em um outro lugar de mobilização, o ativismo.

Falar dos (des)encontros é difícil. A memória às vezes carrega uma certa dor, ansiedade e angústia das incertezas, que também fazem parte da rotina de pessoas que estão em territórios marginalizados. Se perceber no ativismo é ser afetado pelas diversas violências que se conectam, é manter um pensamento crítico e um olhar atento ao se colocar na conquista de direitos. É conhecer o território em que se está para saber o que é necessário para se viver ali.

Ana e Giulia trazem em seus relatos as lembranças de histórias atravessadas pelas (im) possibilidades das diferentes forças que se encontram nos caminhos, que impactam nas formas que vivenciam o mundo. Ana Carolina Cordeiro Barbosa é jovem ativista-pesquisadora no Observatório De Olho na Quebrada em Heliópolis e fala como desde criança já tinha contato com o ativismo através de sua mãe, que trabalhava na União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS). Giulia Mariano Machado também é uma jovem ativista-pesquisadora de uma organização de juventudes, o Engajamundo, que mostra como o ativismo traz outras percepções de mundos para que se pense o seu território e de sua família no Jardim Miriam, região Sul de São Paulo, de forma menos solitária.

Há 4 anos, Ana Carolina trabalha no Observatório De Olho na Quebrada, um projeto idealizado pela UNAS Heliópolis e Região. Junto de juventudes, é realizado o processo de Geração Cidadã de Dados, com vivências dos próprios moradores. O resgate das histórias locais potencializa outras formas de discutir sobre o território. Ana está nos processos formativos dos grupos que se fortalecem localmente, e esse movimento é reflexo de experiências vividas em caminhadas de lutas. Percorrer caminhos de percepção crítica do que é vivido no cotidiano de seu bairro, também foi feito por Giulia. Crescida em Itanhaém - SP, sempre morou perto de cachoeiras, rios, praias e manguezais, tendo outra forma de viver a cidade. Ao ir para São Paulo, morou em diversas casas no Jardim Miriam, sempre com a vista para a Represa Billings. Ela reforça uma relação com o corpo d'água muito diferente da que tinha quando morava em Itanhaém. Em seus ca-

minhos vivenciados para ir à Escola Técnica Estadual, e depois na faculdade, Giulia teve um importante encontro com outros jovens ativistas do Engajamundo, onde teve outras oportunidades de ocupar espaços de discussão e de criar redes de cuidado.

Diante das forças que tensionam e distanciam, o acesso aos espaços é acompanhado de disputas e muito cansaço. Levar 3 horas para chegar no centro de São Paulo, pegar diferentes transportes públicos para fazer um caminho, esperar horas em filas para ter acesso ao cuidado e ainda trabalhando numa escala 6x1. Para além do que impacta cotidianamente as dinâmicas no território, atravessado pelas diferentes forças de violências, o racismo ambiental se materializa nas incertezas que as enchentes e as ilhas de calor trazem, na falta de saneamento, na ausência de áreas verdes para lidar com os eventos climáticos intensificados e em não saber o que vai acontecer consigo e com a comunidade. É adoeceador estar dia a dia em contato com as fumaças das termelétricas, passar por um grande corpo d'água poluído, sujo e com um cheiro insuportável de sentir todos os dias.

Como é possível fortalecer redes no território?

“Toda vez que a termelétrica era ativada, a gente conseguia ver pelas chaminés, e era muito adoeceador, era muito visível as pessoas adoecendo. E ali eu já comecei ver algumas coisas estranhas, e que me chamava muito atenção porque é um contraste muito grande de onde eu cresci na minha adolescência” — Giulia

“Então, além dessa carga de não saber se vai conseguir acessar algum equipamento de educação, de saúde, se vai conseguir ir pro trabalho por conta da chuva, todo esse estresse, mas também essa questão de não saber se vai conseguir, se as outras pessoas vão conseguir sair bem dessa. Como as outras pessoas estão dentro da comunidade, tem esse senso de coletividade, então, quando o outro também tá enfrentando desafios, acaba impactando na vida de todos.” — Ana

rio? A memória dos fazeres coletivos constrói possibilidades de futuros diante das preocupações e da exaustão que a imprevisibilidade carrega. O contexto periférico de não estar assegurado quando faz muito calor e frio ou chove intensamente, é vivido o tempo inteiro. O território está num contexto de disputas, de violações e resgates, vivendo em governanças de forças que querem se desfazer da memória vivida. O lugar de se estar é de constante permanência e contradição. Num sistema que obriga a fazer o contrário, numa perspectiva individual e que responsabiliza quem é afetado pelo o que acontece, os cenários mostram o esforço de se manter e de resgatar redes e coletividades. Pensar o território é acessar como era a vida daquele lugar antes mesmo de se estar nele, é rememorar de onde se veio para saber qual caminho seguir. Saber mais do território permite envolver, conectar e entender.

“Eu acho que a informação também é uma forma de cuidado. Informações que eu posso usar no meu cotidiano para me ajudar” — Ana

“Tinham coisas que eu não sabia e só procurei saber tentando entender melhor meu território já estando dentro do ativismo.” — Giulia



Nos lugares que os jovens ocupam de diferentes formas, a irregularidade do tempo faz necessário estar sempre próximos às redes de cuidado. Ter alguém próximo para lidar com as imprevisibilidades, fortalecer e compartilhar as dificuldades é preciso para se estar junto. Se sentir sozinha e desvalorizada no que se faz enquanto jovem no território, desmobiliza. E esse projeto de exaustão cotidiana, se sustenta quando, a partir da escuta e das trocas, se produz sentidos de vida e de permanecer. O encontro com o coletivo é conectar outras forças dentro dele mesmo, de não esquecer e de ser possível sonhar, perceber a diferença do que se é construído no cotidiano, que aumenta e amplia na comunidade, junto da ancestralidade que percorre esse caminho. Com o fortalecimento da rede nas relações e



nas comunicações com o lugar, pode-se também criar um vínculo comunitário, porque a memória atravessa e se aproxima dos saberes e dos espaços compartilhados.

“Eu tive que ir atrás de outras pessoas que estivessem mais ou menos nas mesmas condições que eu e foi dentro do ativismo que eu encontrei essas pessoas. Acho que o ativismo também trouxe uma outra rede para mim que foi muito importante em outro lugar, mas muito importante também.” — Giulia

”

A construção é cansativa, caminhamos em terras desmatadas e nadamos em águas poluídas todos os dias. A produção de territórios com exclusividade, construídos e explorados pelo mercado, faz com que se tenha outras prioridades: a de trabalhar, de colocar comida na mesa, de pagar aluguel. Os contextos políticos trazem a sensação de impotência, num conflito de estar entre o que se vive e o que se deseja, daquilo que é direito! Por isso, é fundamental que nesse momento se esteja fortalecido com o que faz sentido e seja construído em coletivo.

“Mas eu acho que o principal é você poder trabalhar com algo que vê que vai fazer diferença no lugar que você mora. Então, é aquele sonho do seu lugar ser um lugar melhor, aquele sonho das pessoas conseguirem ter mais acessos. Você vê que no seu dia a dia você tá construindo, aos pouquinhos, essa realidade tão almejada pelas pessoas.” — Ana

“O ativismo com essas pessoas me faz acreditar, sabe? Que algumas coisas podem mudar e vem mudando. A gente faz muitas coisas que têm resultados muito interessantes, vendo outros movimentos, fazendo várias coisas. Eu acho que dá vontade de viver mesmo, eu acho que traz de volta uma alegria que a gente perde nessa rotina exaustiva e muito solitária. Então eu acho que o ativismo tem todo esse papel na minha vida.” — Giulia

”

O encontro permite que se olhe o que possibilita sonhar. Talvez um sonho ainda acordado e em terras áridas da realidade, mas com respingos de um mergulho mais profundo na fluidez do tempo-memória, permitindo caminhos. Trazer a memória numa perspectiva de palavras germinantes. Esse envolvimento da terra, dos saberes, das pessoas e de outros seres é o que produz sentido de futuros, porque existe o compartilhamento. Muito do que é normalizado ao se atravessar a cidade, apaga as relações com as águas e com a terra. A necessidade de reinventar caminhos é cansativa, mas o encontro com pessoas que se interessam em discutir sobre o território, os impactos e forças que o atravessam, dá a possibilidade de vínculos de confiança. Que o que nos resta de possibilidades seja potência para que se tenha um pouco de otimismo, que mobilize o que se constrói no caminho.

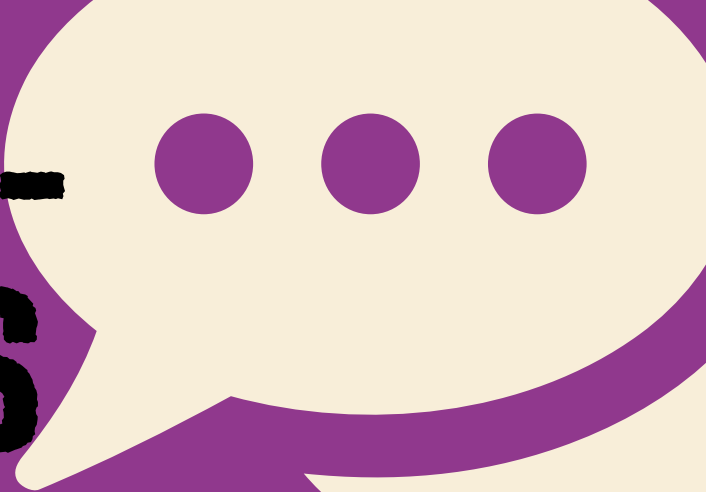
a INFORMAÇÃO
TAMBÉM É
UMA FORMA DE
CUIDADO...

”



Jova Rural,
Zona Norte de São Paulo
Rafaela Neves, 2025.

ENTRE- VISTAS



ALDEAR A CIDADE: A PERSPECTIVA DE ANA PANKARARU PARA UMA ARQUITETURA DO DIÁLOGO E DA VIDA

Jova Rural,
Zona Norte de São Paulo
Rafaela Neves, 2025.

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1660



Ana Ferreira Pankararu

Indígena Pankararu e presidente do Instituto Oca Flor & Ser – Lugares de Saberes Ancestrais



por: Riciane Pombo

O ENCONTRO ENTRE A ANCESTRALIDADE E A PRÁTICA PROFISSIONAL

A trajetória de Ana Pankararu na arquitetura é uma potente narrativa de ruptura e tecitura de pertencimento. Arquiteta indígena, Ana vivenciou durante oito anos o mercado de trabalho convencional, um ambiente onde o fazer arquitetônico é reduzido a métricas, orçamentos e uma relação utilitarista com o cliente. Em um diálogo sensível com a Guajava Arquitetura da Paisagem e Urbanismo,

ela revela como essa prática — que chama de “arquitetura do adoecimento” — a levou a um estado de depressão profunda. Foi através do letramento étnico-racial que Ana compreendeu a raiz de seu desconforto: os espaços urbanos e os sistemas construtivos atuais foram desenhados por e para corpos dominantes, negligenciando fluxos vitais e a memória ancestral. Hoje, sua prática afasta-se do rigor técnico-projetual ocidental para se tornar um exercício de memória coletiva, buscando recuperar tecnologias de habitar que foram descontinuadas pela colonização.

REGISTRO DO DIÁLOGO

Riciane Pombo: Como tem sido a sua trajetória como mulher indígena e arquiteta? Quais são as principais dificuldades que você tem enfrentado na sua prática profissional?

Ana Pankararu: Eu me formei em arquitetura há oito anos e, no início, fui para o mercado de trabalho com aquela romantização da profissão: fazer projetos, orçamentos e lidar com clientes. Mas comecei a perceber que esse padrão ocidentalizado não me apetecia. Como mulher indígena, meu mundo foi atravessado pelo mundo ocidental; nossas tecnologias e modos de habitar a terra foram interrompidos, e eu precisei me refazer num mundo que não me pertencia. Essa atuação profissional convencional começou a me adoecer. Por meio do letramento étnico-racial, percebi que os espaços e o sistema foram criados para cor-

pos dominantes. Entendi que não quero ser uma “arquiteta projetual”, até porque a Terra já está muito construída. Hoje, o que orienta minha pesquisa é a pergunta: como seriam as cidades hoje se a arquitetura indígena tivesse sido continuada?

Riciane Pombo: Você mencionou uma preocupação com o modo como a arquitetura ocidental tem avançado sobre os territórios indígenas. Por que isso está acontecendo e como impacta as aldeias?

Ana Pankararu: A economia das aldeias tem mudado com a entrada de mais recursos e políticas públicas, e há uma influência midiática muito forte. A internet e a televisão replicam o tempo todo que o modelo ocidental é “bom” e “luxuoso”, o que transforma o imaginário das pessoas. Por falta de letramento sobre a materialidade dos próprios espaços tradicionais, há um distanciamento da nossa base an-



cestral em busca de referências de fora. É triste ver, por exemplo, o programa Minha Casa, Minha Vida construindo casas de 50 metros quadrados dentro da aldeia. São casas fechadas, que precisam de ar-condicionado, sem acessibilidade, que substituem nossas casas tradicionais, feitas com ventilação cruzada e varandas para nossas redes. Ouvi um morador dizer que essa nova construção é que é a “casa boa”, o que mostra como os modelos externos são absorvidos como superiores.

Riciane Pombo: Diante dessa perda de referências e da imposição de modelos inadequados, o que a arquitetura pode trazer como solução, tanto para os povos indígenas quanto para a população urbana?

Ana Pankararu: Nós precisamos nos tornar a nossa própria referência. Eu chamo isso de “arquitetura do diálogo”. Não dá para demolir tudo e reconstruir, pois a quantidade de lixo gerada seria imensa, mas podemos construir juntos a partir da escuta atenta das neces-

sidades de quem vai habitar o espaço. É um trabalho de formiga, que começa pela educação e por, como diz Ailton Krenak, reflorestar o nosso imaginário com outras possibilidades (KRENAK, 2019). Precisamos resgatar o entendimento de que uma árvore e um rio também são vidas com direitos. Temos que compreender que não estamos dissociados do meio; se a natureza não existe, a nossa vida também não existe.

Riciane Pombo: Esse distanciamento da natureza gera um impacto direto na saúde e nos recursos naturais. Como você avalia a relação da arquitetura convencional com esses ciclos naturais?

A ARQUITETURA OCIDENTAL PRODUZ O QUE EU CHAMO DE UMA “CADEIA DE MORTE”

”

Ana Pankararu: Um exemplo muito claro é o rompimento do ciclo de saneamento: ao jogarmos nossos efluentes em estruturas de cimento, impedimos que a terra faça a decomposição natural daquela matéria orgânica, que antes gerava energia. Em vez disso, tentamos limpar esses banheiros de concreto usando produtos químicos, como cloro e água sanitária, que vão direto para as águas. Assim, nós nos intoxicamos e adoecemos os rios. A gente rompe com o ciclo da terra e produz morte de forma contínua, simplesmente pela falta de consciência sobre outras vidas e outros mundos dentro do nosso mundo.

Riciane Pombo: Em suas falas, você menciona muito o conceito de “aldear a cidade” como uma alternativa para os centros urbanos. O que isso significa na prática e como podemos superar o vazio das cidades modernas?

Ana Pankararu: O conceito de “aldear” é trazer

o ritmo, a alma e a saúde da aldeia para a cidade. Nas aldeias não existe essa correria constante; há tempo para o vínculo. As casas até podem ser distantes umas das outras, permeadas por natureza, mas as pessoas convivem de verdade. Já na cidade, vivemos em espaços amontoados, um vizinho encostado no outro, mas somos isolados em nossas bolhas, sem sequer nos falarmos. O antropólogo Marc Augé chama isso de “não lugares”: espaços onde todos estão reunidos fisicamente, mas estão vazios de alma e de relação (AUGÉ, 1994). Aldear a cidade significa recuperar a produção de vida e de afeto, transformando esses “não lugares” em espaços de encontro e convivência comunitária, como as ricas conversas que temos ao redor de um fogão a lenha.

Riciane Pombo: Como a arquitetura contemporânea tem contribuído para esse isolamento e para o que você chama de “não lugares”?

Ana Pankararu: A arquitetura se tornou muito responsável por esse afastamento ao focar na construção de muros em vez de pontes. Hoje, há um grande medo do outro; não nos reconhecemos mais como comuns, mas como inimigos dos quais precisamos nos proteger o tempo todo. Esse medo se reflete fisicamente: construímos muros até ao redor de áreas verdes e colocamos grades e guarda-corpos nos rios para proibir a aproximação. A ideia de que a natureza e o outro são ameaças fez com que nosso cérebro também construísse muros no imaginário. No fim, a própria arquitetura produz e reforça essa separatividade, como aborda Henri Lefebvre (2001) em sua crítica à fragmentação do espaço urbano moderno.

Riciane Pombo: Essa visão de separação afeta diretamente a nossa relação com o meio ambiente. Como você analisa o modo como a cidade enxerga a natureza hoje?

Ana Pankararu: O mundo ocidentalizado passou a enxergar a natureza apenas como um lugar de “servir”. Usamos termos como “recursos naturais” ou “serviços ecossistêmicos”, como se a Terra e as águas tivessem que se curvar e dizer “sim, senhores” ao ser humano. É uma visão puramente egóica: o ego se sobrepõe a tudo e o que não nos serve diretamente é tratado como ameaça e precisa ser afastado. Nós nos esquecemos de que a água

que usamos para nos limpar e beber vem desses mesmos rios que muramos.

Riciane Pombo: Você cita que essa arquitetura ocidental é contraditória e reforça dinâmicas de poder. Como essas desigualdades e o ego se manifestam nos espaços urbanos?

Ana Pankararu: A arquitetura ocidental legítima o poder e cria rupturas sociais absurdas. O indivíduo quer que sua moradia represente e legitime seu poder, então se muda para condomínios fechados, como Alphaville, onde a arquitetura é totalmente diferenciada. A contradição está em vermos o poder público, por exemplo, justificar a construção de um muro ao redor de um rio por questões de “segurança”, enquanto nas periferias as calçadas mal existem. Um idoso cai numa calçada esburacada na periferia porque não há acessibilidade, e isso gera um custo absurdo de saúde depois. O verdadeiro perigo não está lá na natureza, o perigo está nas inadequações da própria construção humana.

Riciane Pombo: Para concluir, como reverter essa “cadeia de morte” que você citou antes, e mudar o paradigma da nossa convivência com os ciclos naturais?

Ana Pankararu: Nós precisamos reconectar o fio que cortamos na nossa relação com a Terra. Nós complicamos tudo: ao invés de devolver nossos efluentes para a terra, onde ocorre a decomposição natural, jogamos em louças brancas e banheiros de cimento. Depois, tentamos limpar isso com produtos químicos fortíssimos, como o cloro, que matam, dão câncer e poluem os rios, e logo em seguida voltamos a beber dessa mesma água. Precisamos dar alguns passos para trás e retornar ao caminho da simplicidade, entendendo que precisamos dar espaço para a natureza fazer o trabalho que ela já sabe fazer. O objetivo final de tudo isso é, como dizemos na pesquisa, “permeabilizar o concreto”, não só o da cidade, mas também o das consciências, promovendo uma real mudança de paradigma, em diálogo com Milton Santos (2006) e sua compreensão crítica da relação entre técnica, espaço e sociedade.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

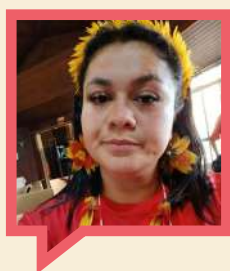
O PERIGO
não está na
natureza,
está nas
inadequações
da construção
humana

”



Terra Indígena Mangueirinha,
Paraná,
Ariadne D. Ayres, 2022.

Protagonismo de jovens estudantes Kaingang: ser e trabalhar com o território



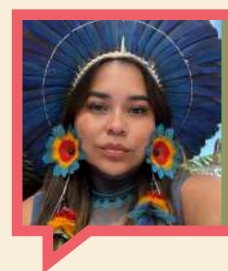
Ana Caroline Neres

Kaingang
Universidade Federal Tecnológica do Paraná



Regina Kosi S. de Quadros

Kaingang
Universidade Estadual de Maringá



Vanessa Fè Há Neres

Kaingang
Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1651

A presença indígena nas universidades tem se tornado mais comum no Brasil ao longo dos últimos anos, fruto de políticas de inclusão. Os jovens Kaingang destacam-se em cursos de graduação e pós-graduação e ocupam as universidades como retomada de território (Ayres et al., 2023). O presente artigo apresenta um panorama geral acerca da relação entre jovens indígenas e suas aldeias, incluindo as perspectivas de três pesquisadoras que as habitam. A primeira discussão será trazida por Vanessa, apontando o papel das terras indígenas para os povos indígenas. Em seguida, Ana Caroline compartilhará a visão crítica de quem mora e pesquisa sua própria aldeia, baseada na experiência vivida. Por fim, Regina aponta para a impor-

tância da educação intercultural para o fortalecimento dos povos indígenas, apresentando seu trabalho com a juventude em seu território.

“A terra é o corpo dos indígenas e os indígenas são o espírito da terra”

Diferente da visão não indígena, que muitas vezes enxerga a natureza como um “recurso” a ser explorado, para nós indígenas a terra é mãe. Ela é quem nos alimenta, nos cura, fornece as ervas para fazer remédios e oferece a matéria-prima para nossas casas e artes. A aldeia não é apenas um lugar onde moramos; é onde residem nossos espíritos e onde nossos antepassados estão enterrados. Cada rio, cachoeira ou árvore antiga tem um significado espiritual. Exis-

te um senso de reciprocidade: nós cuidamos da terra porque ela cuida de nós.

Acreditamos que o território é habitado por seres que guardam a floresta. Nossa espiritualidade está conectada ao ciclo das chuvas, das colheitas e do tempo da terra. Sem o território, nossa cultura padece, pois não temos onde realizar nossos ritos de passagem, nossa identidade está amarrada ao chão que pisamos. Quando um indígena é afastado de sua aldeia, ele perde parte de sua alma. Infelizmente, nossa relação com o território é também uma relação de resistência. O marco temporal e as invasões de garimpeiros e madeireiros ameaçam esse equilíbrio. Lutar pela terra não é apenas lutar por hectares, “é lutar pelo direito de existir e de manter o mundo em pé”.

O próprio território como objeto de pesquisa

Minha trajetória está diretamente vinculada à minha vivência no território, às relações com minha comunidade e ao compromisso com o fortalecimento dos saberes ancestrais do meu povo. Minha pesquisa – “Conhecimentos ancestrais e práticas culturais Kaingang em uma perspectiva decolonial” –, foi construída dentro da terra indígena, não como alguém que observa, mas como alguém que vive, participa e compartilha dessas práticas. Assumir o papel de pesquisadora no próprio território indígena implica ocupar um lugar atravessado por múltiplas dimensões: política, afetiva, epistemológica e ética.

Enquanto indígena e moradora da aldeia minha pesquisa não se constitui como um olhar externo sobre uma realidade distante, mas um processo de escuta, vivência e reflexão a partir de minha própria experiência enquanto parte do território. Essa posição – ser indígena moradora e pesquisá-lo – tensiona os modelos acadêmicos tradicionais, que historicamente situaram os povos indígenas como objetos de estudo, e não como sujeitos produtores de conhecimento. Ao me reconhecer como pesquisadora, compreendo que meu trabalho está comprometido com as relações que constituem minha comunidade. Isso implica responsabilidade na forma como os saberes são compartilhados, respeitando limites, tempos e significados que nem sempre podem ou devem ser traduzidos para a lógica acadêmica. Assim, pes-

quisar não é apenas produzir conhecimento, mas também cuidar das relações, preservar memórias, valorizar conhecimentos ancestrais, reconhecer práticas culturais e fortalecer a identidade coletiva.

Ao refletir sobre essas práticas a partir de uma perspectiva decolonial, é possível reafirmar a legitimidade dos saberes Kaingang frente às estruturas hegemônicas de conhecimento, abrindo espaço para que narrativas historicamente silenciadas ganhem visibilidade dentro e fora da academia. Um exemplo foi o desenvolvimento de oficinas de cestaria com crianças da comunidade ao longo de seis meses. Essa atividade foi proposta como uma forma de fortalecimento cultural e de transmissão de saberes intergeracionais, para analisar essas ações e seus impactos. Essa experiência reforçou, na prática, a importância de criar espaços contínuos onde a cultura possa ser vivida no cotidiano, especialmente entre os mais jovens.

No Território Indígena Mangueirinha, um dos principais desafios para o fortalecimento dos saberes ancestrais está na ausência de espaços contínuos e estruturados para o trabalho com as questões culturais. Essa lacuna não é recente, mas de um processo histórico de colonização que produziu profundas marcas de desapropriação cultural e que, ainda hoje, não foram reparadas. Ao contrário, permanecem abertas como feridas que evidenciam a continuidade desses processos no presente. Entre essas marcas, destaca-se o enfraquecimento da lín-

gua materna, da cestaria, dos grafismos e da conexão com a natureza – elementos centrais para a continuidade cultural do povo Kaingang. A presença de não indígenas no território, associada a processos institucionais pautados por uma lógica eurocêntrica, contribuiu para a desvalorização desses saberes, fazendo com que, muitas vezes, os próprios indígenas passem a se perceber de forma inferiorizada. Trata-se de um efeito direto da colonialidade, que não atua apenas de forma externa e violenta, mas também de maneira sorrateira e silenciosa, operando nos modos de pensar, sentir e valorizar os próprios conhecimentos.

Educação como ferramenta de luta e resistência

Na atualidade, nós, povos indígenas, estamos vendo o impacto da educação para reafirmar nosso direito à terra, à educação, à saúde e à língua materna, tomados em 1500, quando os portugueses chegaram nesse território. Partindo desse contexto, decidi trabalhar com o ensino de História Indígena, entendendo que é um compromisso desconstruir estereótipos e valorizar o protagonismo dos povos originários. O ensino deve tratar esses povos não como “personagens do passado” ou “vítimas passivas”, mas como sujeitos políticos e culturais ativos que continuam moldando o Brasil. É essencial combater a ideia genérica do “índio” (singular e estereotipado). Os territórios indígenas cumprem essa função, uma vez que nossos próprios

alunos estavam acostumados com os estereótipos reproduzidos, principalmente o termo “índio”, perpetuado até pelos professores não indígenas nas escolas do território.

A Lei 11.645/2008 representa um avanço nesse sentido, por ser o pilar jurídico que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. Apesar de representar um avanço, é importante notar a evolução histórica. Em 2003, a Lei 10.639 focava apenas na temática afro-brasileira. Só cinco anos depois, incluiu formalmente os povos indígenas. Essas leis refletem o reconhecimento de que a identidade brasileira é fundamentada em um tripé – indígena, africano e europeu –, ainda que os dois primeiros tenham sido sistematicamente silenciados nos currículos. Isso não é um acidente histórico, mas parte de um projeto político de apagamento que se manifesta na educação, na mídia e nas leis. Destaco que a inclusão dessa temática só é obrigatória no ensino básico, deixando de lado as universidades, responsáveis em formar professores.

Escrever sobre a educação como uma forma de resistência exige apontar as causas da invisibilidade e caminhos práticos para a mudança. Infelizmente, o apagamento não está somente na sociedade branca, mas também dentro das comunidades, portanto trabalhar essa temática colabora com a formação da juventude indígena. Hoje vejo uma crescente no número de universitários no

meu território, um reflexo da importância da valorização de nossas próprias vozes, na criação de condições e disposição para que a sociedade não-indígena aprenda a nos ouvir.

Considerações finais

Ser pesquisadora no próprio território é um ato de resistência e afirmação. É reivindicar o direito de narrar a própria história, de produzir conhecimento a partir de outras epistemologias. Trata-se de um caminho que exige responsabilidade, mas abre possibilidades para uma prática de pesquisa mais ética, situada e comprometida com a vida coletiva.

Diante do contexto colonial nos territórios indígenas, os impactos não são apenas culturais, mas também sociais e políticos, especialmente no que diz respeito à juventude. A ausência de políticas públicas efetivas voltadas ao fortalecimento cultural e à criação de espaços de formação e pertencimento contribui para a falta de perspectivas e de inserção dos jovens em atividades que dialoguem com sua realidade. Entendemos que, se o Estado historicamente contribuiu para a produção dessas desigualdades e para o enfraquecimento da história indígena, é também sua responsabilidade atuar na sua reparação. A cultura e a educação apresentam-se como caminhos potentes para o fortalecimento da comunidade e para a construção de alternativas para a juventude. Mais do que um elemento identitário, o território se constitui como prática de resistência, de continuidade e de reexistência.

Organização e Edição do texto:
Ariadne Dall’acqua Ayres

Referências

AYRES, A. D.; BRANDO, F. R.; AYRES, O. M. Presença indígena na universidade como retomada de território. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, p. 1-19, 2023.

Juventude, floresta e futuro: resistir ao avanço da pecuária e preservar identidades



Sâmila Marçal de Souza
Comitê Chico Mendes



Karla Sessin-Dilascio
Diretora do Instituto Fronteiras

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1645

Tendo como base o relato de experiência (Mussi et al., 2021) de Sâmila Marçal de Souza, jovem liderança na luta pela Reserva Extrativista Chico Mendes, que compõe o grupo de colaboradores do Comitê Chico Mendes, grupo de ativistas fundado em 1988 após o assassinato do líder seringueiro e ativista ambiental Francisco Alves Mendes Filho (Chico Mendes), em 22 de dezembro de 1988. O Comitê surge como estratégia de mobilização da sociedade civil que aconteceu inicialmente através de encontros promovidos anualmente, desde o assassinato de Chico, a chamada: “Semana Chico Mendes”¹.

¹ - <https://www.comitechicomendes.org/>

Como ativista no Comitê Chico Mendes, e artesã do Ateliê Gal, Sâmila relata sua experiência como mulher que cresce entre o rural e o urbano, e sua reconexão com sua ancestralidade a partir da luta dos extrativistas. Sâmila relata a pressão cultural que associa a pecuária e ao conceito de progresso disseminado na RESEX Chico Mendes, além de gargalos estruturais como a precariedade do acesso à educação, que expulsa os jovens do território, e o isolamento geográfico que dificulta o escoamento da produção e ameaça a saúde das famílias. Atualmente, organiza as mulheres no projeto Rede de Mulheres da Floresta, combatendo o machismo nos espaços de decisão, e defende que

a proteção da Amazônia depende da valorização e da permanência dos jovens no território para manter vivo o legado de Chico Mendes.

Desenvolvimento

Meu nome é Sâmila Marçal de Souza, tenho 24 anos, trabalho como assistente de projetos no Comitê Chico Mendes e nasci na cidade de Xapuri, cidade que carrega o nome e a luta histórica de Chico Mendes. Nasci e vivi meus primeiros anos no contexto rural, onde o ritmo da floresta ditava a vida, mas ainda na infância iniciei um processo comum a tantas famílias extrativistas: o deslocamento para a zona urbana. Meus pais, buscando melhores oportunidades e condições de vida que o campo ainda não oferecia,

decidiram se mudar para a cidade.

Nesse período de urbanização, acabei mergulhando na lógica da cidade. Percebi, com o tempo, um vazio preocupante: mesmo morando na cidade de Chico Mendes, a escola e o cotidiano urbano não nos ensinavam o valor real das reservas e do modo de vida dos extrativistas. Crescemos sem uma consciência clara do potencial positivo do extrativismo para a manutenção da floresta em pé, da nossa cultura, e dos nossos direitos sobre o território. Para muitos jovens que saem do território, a reserva acaba se tornando invisível ou é vista apenas como um lugar de atraso.

Durante minha adolescência em Xapuri, observei como o desinteresse pelo modo de vida tradicional crescia entre os jovens. No Acre, a pecuária não é apenas uma atividade econômica, ela se transformou em um símbolo de status e poder. Estar ligado ao universo do boi acaba determinando o prestígio social. Existe uma pressão cultural imensa que empurra a juventude para a lógica do desmatamento e do pasto, sob a ilusão de que a pecuária traz um retorno financeiro rápido e moderno. Lutar contra essa mentalidade é um dos nossos maiores desafios, pois precisamos provar todos os dias que a floresta em pé tem mais valor e futuro do que o modelo do boi, que tenta apagar nossa identidade extrativista.

Minha reconexão com a minha essência aconteceu por meio do convite para o projeto Jovens Protagonistas da Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes. Mesmo não sendo moradora direta da reserva naquele momento, a formação foi o meu divisor de águas. Foi ali que vi uma procura, ainda que tímida e cercada de desafios, de jovens que queriam entender seu papel político no território. O projeto me tirou da posição de espectadora e me transformou em ativista. Entendi que ser jovem na reserva é uma posição de vanguarda e resistência. Essa formação me deu a base para trabalhar com a conscientização social e política de outras pessoas, transformando o ativismo em meu principal instrumento de ação.

A permanência do jovem no território hoje em dia é um ato de resistência. Enfrentamos gargalos estruturais que expulsam nossas

lideranças para a cidade.

A educação, por exemplo, é uma barreira constante. O acesso ao ensino médio e superior é extremamente precário. A vivência de uma colega ilustra bem essa luta de uma turma inteira que começou o ensino médio na reserva, apenas ela e mais um conseguiram concluir. Hoje, ela cursa graduação em Administração de forma remota, lutando contra a distância e a qualidade da internet. Ouvimos muitos relatos sobre a criação de escolas de ensino médio adaptadas à realidade da juventude extrativista dentro do território, para que ninguém precise sair de casa para estudar. Porém, isso ainda não é realidade. Quando o jovem sai para estudar na cidade, raramente retorna, e o território perde a chance de se renovar com pessoas capacitadas, que conhecem de fato a realidade dos territórios.

Somado à falta de acesso à educação, os desafios de acesso aos territórios são grandes. Viver na Resex é enfrentar estradas que, no inverno amazônico, tornam-se intransitáveis. Nosso solo de taboca que gruda em nossos pés descalços, aliado à ausência de pedras e pedregulhos, tornam as travessias difíceis para carros, motos e até mesmo tração animal. O isolamento geográfico dificulta o escoamento da produção extrativista, encarece o custo de vida e, o mais grave, coloca a saúde em risco. A falta de transporte adequado e a precariedade dos ramais fazem com que qualquer emergência médica se torne uma situação de vida ou morte. Esse medo do isolamento e da falta de assistência básica é o que muitas vezes força as famílias a abandonarem suas colocações na floresta para morar na periferia das cidades.

Atualmente, meu trabalho ganha força na organização das mulheres no projeto Rede de Mulheres da Floresta. Dentro da Resex, ainda vemos uma predominância masculina muito forte nos espaços de poder. As mulheres raramente são consultadas ou participam das decisões que definem o rumo das associações e conselhos. Esse projeto atua para quebrar esse silêncio. Trabalhamos a autonomia e a formação política de jovens mulheres para que ocupem espaços de decisão. Nossas lideranças mais velhas estão partindo e há um vazio geracional perigoso. Se a juventude, especialmente as

mulheres jovens, não assumirem o controle político do território agora, o movimento extrativista corre o risco de desaparecer.

Minha trajetória do rural à cidade, e da cidade de volta ao ativismo no território, mostrou-me que a proteção da Amazônia passa obrigatoriamente pela valorização do jovem. Atuar junto à juventude da Resex Chico Mendes hoje é lutar para que a nova geração entenda que o território é lugar de oportunidade e inovação. Resistir ao avanço da pecuária, ao machismo estrutural e ao descaso do Estado com a educação é a nossa missão. O legado de Chico Mendes só continuará vivo se as mãos dos jovens estiverem preparadas para conduzir o destino da nossa floresta.

Referências

Mussi, R., Flores, F., & Almeida, C. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, 17(48), 1–18.

Terra Indígena Mangueirinha,
Paraná,
Ariadne D. Ayres, 2023.

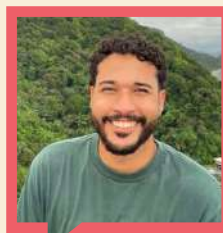


Juventude e participação política: a experiência de pesquisa sobre adaptação climática em Heliópolis



Júlia do Nascimento de Sá

Centro de Estudos da Favela



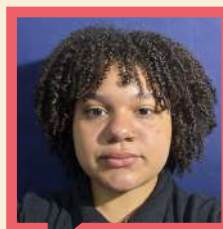
João Victor Cruz

Observatório De Olho na Quebrada da UNAS Heliópolis e Região



Ana Luiza Vieira Gonçalves

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP



Maria Eduarda Miranda

Observatório De Olho na Quebrada da UNAS Heliópolis e Região

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1655

O Observatório de Olho na Quebrada é fruto de um projeto iniciado em 2018 pela União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS), contando à época com o apoio da War Child de 2023 a 2025 e da Open Society Foundations desde 2018. Nele, um grupo de jovens desenvolvem pesquisas a partir de um processo de Geração Cidadã de Dados (GCD) - conjunto de metodologias e ações práticas a partir do qual os dados são gerados de forma coletiva, visando um objetivo político -, se contrapondo aos discursos do senso comum acerca de favelas e comunidades urbanas, resgatando histórias locais e construindo a pesquisa a partir do discurso

dos próprios moradores. São muitas as frentes de pesquisa desenvolvidas pelos jovens, cujos temas, em geral, são definidos a partir das questões trazidas pelos próprios pesquisadores e questões do território. A frente de pesquisa que é foco do presente texto se dedicou a compreender a percepção dos moradores de Heliópolis acerca das mudanças climáticas, visando a construção de estratégias de adaptação justa para a região.

A pesquisa teve início com um projeto do Insper, que tinha o objetivo de avaliar o estresse térmico em Heliópolis, a partir de um conjunto de medições de temperatura e da percepção de moradores acerca do aumento das temperaturas na

região. A ampliação da pesquisa e deslocamento para o tema das adaptações às mudanças climáticas se deu por um entendimento dos pesquisadores do Observatório de Olho na Quebrada de que seria importante lidar com o tema para além da dimensão das ondas de calor e altas temperaturas, considerando também a recorrência de outros eventos extremos, como o aumento de chuvas e inundações.

Embora as mudanças climáticas ocorram em escala global, parte-se do entendimento de que elas não são neutras e imparciais, estando vinculadas a relações socioambientais e de poder desiguais, assim como engendram impactos diferentes, em função da dimensão

espacial e interseccional – classe, raça e gênero –, com maior incidência nas comunidades no Sul Global (Sultana, 2022). Ou seja, as mudanças climáticas se configuram não somente como uma questão ambiental e científica, mas sobretudo, como uma questão fundamentalmente social (Borras, 2016).

A adaptação da população aos efeitos das mudanças climáticas tem ganhado reconhecimento diante desse contexto desigual. Quando tratamos de sistemas humanos, a adaptação é “um processo de ajuste ao clima real ou esperado e aos seus efeitos, com o objetivo de reduzir danos ou aproveitar oportunidades que podem ser facilitadas por intervenções humanas benéficas” (IPCC, 2023, p. 2.915, tradução nossa).

A principal ferramenta usada para a realização da pesquisa

foi o mapeamento colaborativo, realizado em oficinas com estudantes e lideranças de Heliópolis, além de trabalhos de campo para observar as informações mapeadas no núcleo Lagoa na mesma região. A escolha desse método se deu em razão do alcance dos objetivos da pesquisa relacionados à compreensão da percepção dos moradores sobre os impactos das mudanças climáticas em Heliópolis. Dentre eles, destacamos a ocorrência de problemas de alagamentos e inundações, aumento do calor e frio e ausência de áreas verdes no território. Da mesma forma, foram mapeados outros elementos no território que têm contribuído aos efeitos negativos da crise climática, como acúmulo de resíduos, produção de novos imóveis que tem intensificado a verticalização, sobrecarregando a infraestrut

tura local, além da ausência de áreas verdes na favela de Heliópolis.

Mapeamentos colaborativos: os impactos das mudanças climáticas estão chegando em Heliópolis?

Para uma leitura dos impactos das mudanças climáticas, foram realizados mapeamentos colaborativos com lideranças e jovens do território. O primeiro mapeamento, realizado na sede da UNAS na região, contou com a participação de 8 lideranças locais (Figura 1). Já na segunda atividade, participaram cerca de 26 alunos de uma escola local, na faixa etária de 12 e 13 anos, que se dividiram em 4 grupos.

As duas experiências foram iniciadas pela identificação dos espaços voltados para moradia e as infraestruturas urbanas,



Figura 1 - Mapeamento colaborativo com lideranças de Heliópolis, realizado em 17 de junho de 2025

Fonte: Acervo pessoal de Júlia Sá, 2025.

como espaços públicos e coletivos, saúde, educação, lazer e áreas verdes. Ao longo das atividades, os jovens demonstraram dificuldades na leitura do mapa, com limitações para localizar suas casas e a própria escola. Além dos espaços de moradias e trabalho, as lideranças indicaram a presença de áreas contaminadas, o acúmulo de resíduos e locais mais suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas, conforme ilustra a Figura 2. Enquanto as crianças destacaram a ausência de espaços de lazer, apontando as ruas como principal alternativa. A arborização se mostrou escassa no território, porém pequenas aglomerações de árvores foram consideradas como áreas verdes para os estudantes e moradores locais.

As percepções sobre os efeitos climáticos mapeados dizem respeito a espaços de moradias e de infraestruturas identificados. Enquanto os estudantes apresentaram certa dificuldade com o tema das mudanças climáticas, a maioria das lideranças conseguiram perceber os impactos no cotidiano. Os mapas construídos coletivamente apresentaram diferentes leituras sobre os impactos das mudanças climáticas em Heliópolis, porém problemas de drenagem, como alagamentos e inundações, além de altas temperaturas, foram os principais efeitos destacados, especialmente com concentração nos núcleos lagoa e mina da região.

Ao longo das atividades com as lideranças locais, outras dinâmicas do território recentes que atravessam e intensificam as mudanças climáticas e seus impactos no território foram

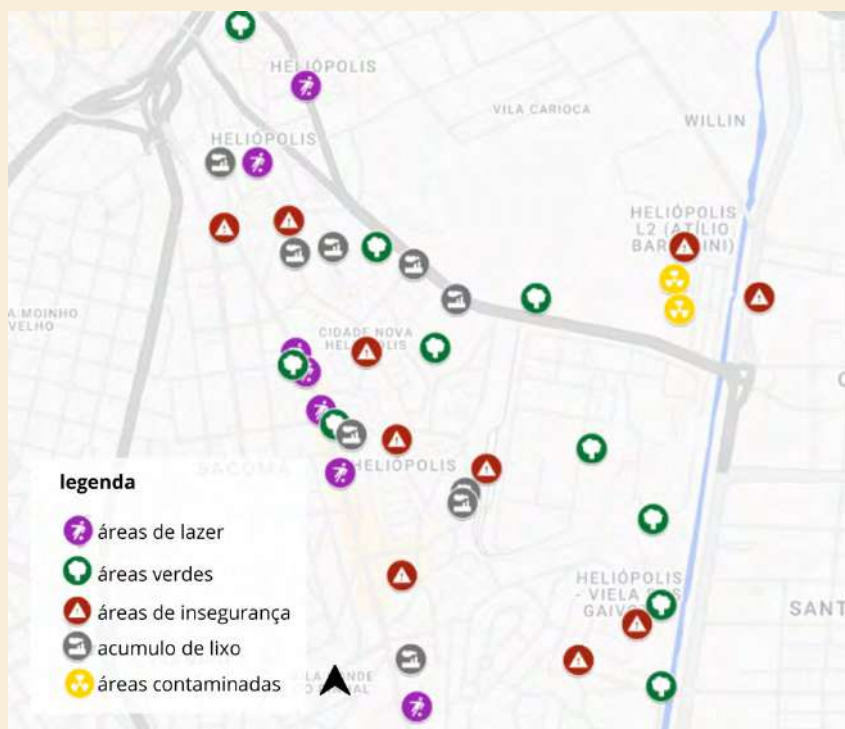


Figura 2 - Cartografia participativa realizada com as lideranças

Fonte: Ana Luiza Vieira Gonçalves, 2025.

destacadas. A percepção de alguns efeitos, incluindo a temperaturas extremas, seja pelo calor ou frio excessivo, por exemplo, vem sendo intensificada pela verticalização na favela, gerando impactos não só pelo adensamento, mas pela forma como esses prédios vem sendo construídos. Como observado em outra pesquisa dos jovens do Observatório de Olho na Quebrada (Moroni et al., 2025) e em campo, essa verticalização vem provocando problemas nas infraestruturas, como a sobrecarga nas redes de saneamento e drenagem, resultando em infiltrações e alagamentos, assim como impactos na ventilação e sensação térmica, tanto de frio ou calor extremo.

A discussão dos resultados das atividades com os jovens do Observatório de Olho na Quebrada evidenciou a ausência de priorização de investimentos na favela de Heliópolis. Os pesquisadores também frsaram que os moradores precisam mobilizar recursos próprios para atender demandas que são de responsabilidade do poder público. Esses resultados iluminam como a desigualdade também está presente no planejamento da adaptação pelo poder público, pois além de favorecer espaços privilegiados, também geralmente desconsidera a inclusão da população e de baixa renda mais afetada nos processos de tomadas de decisão (Anguelovski et al., 2016). O acúmulo das pesquisas desenvolvidas pelo Observatório, em especial a pesquisa sobre as enchentes, evidenciou como a dimensão territorial é invisibilizada até mesmo nas pesquisas governamentais. Como consequência, a população não se entende como parte do processo de adaptação, ainda que sinta os impactos das mudanças climáticas no seu cotidiano.

Reflexões finais

A pesquisa buscou mostrar que as mudanças climáticas já estão presentes em Heliópolis, uma vez que as favelas e população periférica são afetadas desigualmente pelos seus impactos em relação a outras regiões na cidade. O aumento de eventos climáticos extremos contribui com a frequência de fortes chuvas e temperaturas extremas, além de situações de alagamentos, como observado nessa e em outras pesquisas do Observatório de Olho na Quebrada. Soma-se a isso, outras questões do território que contribuem negativamente a esses efeitos, como a verticalização, a ausência de áreas verdes, problemas de infraestruturas como de drenagem e do saneamento básico, criando um cenário que compromete diretamente a qualidade de vida dos moradores.

Ainda que as mudanças climáticas seja um assunto que vem sendo a cada dia mais debatido publicamente, os mapeamentos colaborativos revelaram que parte da juventude ainda não possui domínio sobre o tema em seu cotidiano. Os mapeamentos elaborados com a participação das lideranças, estudantes e pela equipe em trabalho de campo, levantaram dados sobre alguns impactos das mudanças do clima na quebrada, sobretudo associados à temperatura, como calor e frio excessivo, além de alagamentos e inundação no local. Por outro lado, também evidenciaram outros problemas ambientais urbanos no território que se relacionam e contribuem com os efeitos negativos dessas mudanças do clima, especialmente o acúmulo de lixo, saneamento precário, ausência de áreas verdes e a verticalização.

Todavia, diante da complexidade do tema, observamos a necessidade e a importância de mais pesquisas para compreender mais profundamente os impactos da crise climática em Heliópolis, assim como para discutir a adaptação justa na favela. A ausência de investimentos e políticas públicas adequadas mantém um ciclo de improvisos e soluções provisórias, deixando a população exposta a diversos riscos.

Referências

ANGUELOVSKI, I.; SHI, L.; CHU, E.; GALLAGHER, D.; GOH, K.; LAMB, Z.; REEVE, K.; TEICHER, H. Equity Impacts of Urban Land Use Planning for Climate Adaptation: Critical Perspectives from the Global North and South. *Journal of Planning Education and Research*, v. 36, n. 3, p. 333–348, 2016.

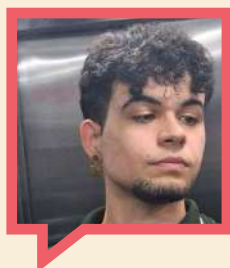
BORRÀS, S. Movimientos para la justicia climática global: replanteando el escenario internacional del cambio climático. *Relaciones Internacionales*, n. 33, p. 97–119, 2016.

SULTANA, F. The unbearable heaviness of climate coloniality. *Political Geography*, v. 99, 2022a.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC) (org.). *Climate Change 2023: Synthesis Report*. Cambridge University Press, 2023.

FELIPPE, Moroni Henrique de Holanda; MARINO, Aluizio; SANTOS, Sabrina Oliveira. Su-
biu mais um “predinho”: produção habitacional intensiva de empreendimentos verticais em Heliópolis, São Paulo. *Anais do XXI Encontro Nacional da ANPUR*. Campina Grande: Realize Editora, 2025.

Diálogos cartografados e o protagonismo da juventude para impulsionar a ação climática desde o território



Luiz Guilherme Ferreira Pires

Instituto de Energia e Ambiente
da Universidade de São Paulo



Yasmim Araujo Lopes

Gestora Ambiental



Victoria Caroline de Souza Alves

Juventudes On

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1653

A emergência climática tem atingido grupos sociais em diferentes proporções com intensificação de desastres e amplificação de riscos (Sultana, 2022), especialmente para as juventudes. Segundo o Índice de Risco Climático para Crianças do United Nations Children's Fund (UNICEF) (2021), a crise climática é a crise dos direitos infanto-juvenis, visto que 2,4 bilhões (99%) de crianças e jovens estão expostos a pelo menos um risco ambiental e climático. Apesar do contexto de vulnerabilidade, incerteza e pessimismo, as juventudes estão se organizando e criando estratégias locais para enfrentar esses desafios e tornar possível a vida para as comunidades. Considerando

a teorização por justiça climática crítica de Farhara Sultana (2022), o presente artigo busca discutir sobre o protagonismo da juventude frente à crise climática a partir da experiência do Programa Adapta Keraciaba nos bairros Jardim Keralux e Vila Guaraciaba, localizados na Zona Leste do município de São Paulo (SP).

Iniciativa da juventude desde a periferia paulistana: o Programa Adapta Keraciaba

A criação do Programa Adapta Keraciaba em 2020 parte da iniciativa de jovens estudantes da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), num esforço de mobilizar e engajar os grupos sociais vizinhos à

universidade na gestão de riscos de desastres (GRD) e na adaptação climática (AC). O território na periferia paulistana é marcado pela mobilização pelo direito à moradia, pela suscetibilidade às inundações e pelo solo contaminado, configurando um cenário dual de vulnerabilidade diante da crise climática e do engajamento comunitário.

A conexão entre comunidade e jovens universitários gera distintos desdobramentos para o Programa e, dentre as atividades desenvolvidas pelo Adapta Keraciaba nos últimos cinco anos, o projeto "Diálogos Cartografados" se destaca pela sinergia de saberes e conhecimentos intergeracionais e territoriais.



Figura 1 - Mapeamento participativo das potencialidades e fragilidades do Jardim Keralux e da Vila Guaraciaba

Fonte: Dias et al., 2022.

Com uma equipe envolvendo universitários e moradoras e moradores integrantes da associação local Instituto União Keralux (INKER), o projeto resultou em um mapeamento participativo de potencialidades e fragilidades do território (Figura 1) e construção de memória sobre os bairros através das histórias orais de residentes.

Esses produtos cartográficos demonstram a capacidade dos jovens do coletivo de atuar no conhecimento sobre o território a partir dos saberes comunitários e construir coletivamente estratégias que visam lidar com problemas complexos. Em consonância com Oliveira et al. (2021), essa identificação adentra a prática da resiliência climática, valorizando os saberes dos

territórios para incidir em políticas públicas e mobilizar em prol da melhoria da qualidade de vida da população. Os diálogos territoriais revelaram que as potencialidades estão ligadas ao protagonismo da população e as fragilidades adentram a inação ou irregularidade na atuação do poder público, uso e ocupação do solo e as dinâmicas que tornam os efeitos dos eventos hidrometeorológicos mais danosos para o território (Dias et al., 2022).

Ação climática a partir da co-construção de conhecimentos

A primeira ação desenvolvida a partir dos resultados foi o projeto “Chuvas de Verão”. O projeto ocorre entre os meses de novembro e fevereiro, período

de maior incidência de inundações, e consiste em uma campanha de Redução de Riscos de Desastres (RRD), desenvolvendo materiais físicos, áudios e vídeos de orientação para situações de extremos climáticos. Além desses produtos, foi realizado um evento educativo-cultural com distribuição de protetores solares, uma demanda vinda da população dada a inaccessibilidade financeira a esse item essencial para prevenção em ondas de calor.

O diálogo com a população antes da campanha permitiu desenvolver ações adequadas à realidade dos territórios, com a colaboração dos jovens residentes. A escuta da população trouxe elementos que demonstram que iniciativas locais incidem, de fato, na realidade do território.

rio por envolver as pessoas na sua própria reflexão e atuação para GRD e AC. Nesse sentido, foi realizado um encontro para aproximar a Defesa Civil e as comunidades durante o primeiro Chuvas de Verão, resultando em discussões sobre problemas de infraestrutura hídrica e medidas para prevenção de Riscos de Desastres (RD). No mesmo ano, elaboramos uma carta de reivindicações de melhorias para os bairros junto com moradoras e moradores, enviada ao Ministério Público do Estado de São Paulo e à Defensoria Pública.

Em 2024 e 2025 foi desenvolvido um projeto para ampliar o conhecimento sobre Gestão de Riscos de Desastres em colaboração com o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden). Foram realizadas quatro atividades com a população: duas voltadas para construção de pluviômetros de garrafas PET com o público atendido pelo Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) e adultos do Movimento de Alfabetização de São Paulo (MOVA SP), uma reunião de planejamento com a população sobre estratégias para RRD e a divulgação do programa. A experiência evidencia a mobilização da juventude com diferentes gerações para promover reflexões sobre o cotidiano diante de riscos de desastres socioambientais.

Também foi desenvolvida a ação “A Praça que Plantamos, o Futuro que Colhemos”, com foco na recuperação ambiental e no fortalecimento do vínculo da população com os espaços públicos. A juventude do Programa foi capaz de adentrar ações de infraestrutura e

diálogo sobre uso e ocupação dos espaços públicos diante de eventos hidrometeorológicos extremos.

Por fim, na articulação dos jovens entre a escala global e local, no último ano foi desenvolvido o projeto “Tecendo soluções Climáticas”, financiado pelo Global Fund for Children. A iniciativa promoveu diálogos sobre o ciclo de gestão de desastres. As oficinas lúdico-pedagógicas e de sensibilização socioambiental promoveram a integração de saberes na atuação da juventude na ação climática nos bairros, pensando no futuro das crianças e adolescentes dos bairros.

Protagonismo da juventude diante do mapeamento participativo

O mapeamento participativo permitiu diversos desdobramentos protagonizados pela juventude do Programa. O quadro abaixo apresenta as relações entre as ações desenvolvidas pelo Adapta e as potencialidades e fragilidades mapeadas no contexto dos Diálogos Cartografados.

Nota-se que todos os pontos mapeados foram atingidos em determinado grau, entretanto, a continuidade das atividades varia conforme a articulação com os parceiros. Os equipamentos públicos presentes nos bairros oscilam entre abertura ao diálogo, ações com múltiplos atores e distanciamento que exige a retomada do contato com os estágios iniciais de articulação. Outro fator que pode

ser explorado nas próximas atividades do Programa é o direcionamento para a infraestrutura e diálogo com o comércio local no contexto de desastres socioambientais e adaptação climática. Por outro lado, algumas fragilidades mapeadas extrapolam a capacidade do Programa, representando desafios para a atuação da juventude: problemas com resíduos, debilidade na infraestrutura e regularização fundiária são pontos que influenciam a qualidade de vida, exigindo a atuação de múltiplos atores, principalmente do poder público.

Dessa forma, as medidas não estruturais focadas na GRD adotadas pelo Adapta Keraciaba se baseiam em princípios e abordagens educativas e de mobilização e engajamento comunitário. Dentre os aprendizados desenvolvidos por meio do diálogo com a população e na prática do Programa se destacam: i) a utilização de áudios e linguagem simplificada na comunicação virtual com a comunidade; ii) a utilização de espaços abertos, sombreados e de uso comum para a realização de atividades; iii) a conexão das atividades de GRD e AC com elementos de lazer e cultura local; e iv) a utilização de metodologias e ferramentas participativas que facilite o diálogo e a tro-

Potencialidades Mapeadas	Fragilidades Mapeadas	Ações Desenvolvidas
Mobilização social Articulação com equipamentos públicos Infraestrutura local de comércio	Enchentes e inundações Animais vetores de doenças Insegurança alimentar	Projeto Chuvas de Verão (anual)
Articulação com equipamentos públicos	Enchentes e inundações Má infraestrutura e equipamentos públicos Falta de regularização fundiária	Encontro comunidades e Defesa Civil
Mobilização social Luta pela regularização fundiária Articulação com equipamentos públicos	Enchentes e inundações Descarte irregular de resíduos Má infraestrutura e equipamentos públicos Dificuldade de acesso aos bairros Animais vetores de doenças Insegurança alimentar Falta de regularização fundiária	Carta Aberta ao Ministério Público e à Defensoria Pública
Mobilização social Articulação com equipamentos públicos	Enchentes e inundações Má infraestrutura e equipamentos públicos	Visita ao CEMADEN
Mobilização social Articulação com equipamentos públicos	Má infraestrutura e equipamentos públicos Animais vetores de doenças Enchentes e inundações Descarte irregular de resíduos	Ação "A Praça que Plantamos"
Mobilização social Articulação com equipamentos públicos	Enchentes e inundações Dificuldade de acesso aos bairros Descarte irregular de resíduos	Projeto "Tecendo Soluções Climáticas"

Quadro 1 - Conexão entre as atividades do Adapta Keraciaba com o mapeamento participativo

Fonte: Elaboração própria.

ca de saberes com pessoas de diferentes faixas-etárias. O protagonismo da juventude para a ação climática, portanto, permeia articulação, mobilização e inclusão das pessoas que mais sofrem com a crise climática e a materialização de desastres socioambientais.

Considerações finais

Ao reconhecer o cenário da desigualdade da crise climática, Sultana (2022) reforça que processos históricos reverberam nas ações climáticas, des-

sa forma, se faz necessário um movimento por justiça climática. Crianças e adolescentes em territórios periféricos de países do Sul Global são atravessados por maior vulnerabilidade aos efeitos da crise climática, porém se mobilizam a partir dos seus contextos. A vivência no Programa Adapta Keraciaba evidencia dificuldades nessa mobilização: subfinanciamento, não reconhecimento da juventude como movimento legítimo e sobrecarga dos jovens periféricos ao confrontarem trabalho, estudo e mobilização social. Apesar disso, os jovens

possuem habilidades e conhecimentos múltiplos que endereçam a pauta.

A partir do uso de oficinas cartográficas, as ações climáticas do Programa apresentaram maior proximidade com a realidade do território. As atividades demonstram que a mobilização de jovens preocupados com as populações mais vulnerabilizadas e com o futuro do clima, possibilita caminhar para soluções de longo prazo adaptadas ao contexto, conectando saberes e incorporando soluções, de fato, voltadas para a justiça climática.



Referências

SULTANA, F. Critical climate justice. *The Geographical Journal*, n. 188, p. 118-124, 2022.

UNICEF. *The Climate Crisis is a Child Rights Crisis: Introducing the Children's Climate Risk Index*. New York: United Nations Children's Fund (UNICEF), 2021.

DIAS, S. L. F. G.; RODRIGUES, L. S.; SATO, D. P. (org.). *Caminhos para diálogos cartografados dos riscos socioambientais: um estudo do Jardim Keralux e da Vila Guaraciaba*. São Paulo: Edições EACH, 2023.

OLIVEIRA, S. S. et al. De Nosso Território Sabemos Nós: experiência de cartografia social para emergências e desastres. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 4579-4590, 2021.

Jova Rural,
Zona Norte de São Paulo
Rafaela Neves, 2025.

EDUCAÇÃO PARA JUSTIÇA CLIMÁTICA: A CONSTRUÇÃO DA FERRAMENTA PEDAGÓGICA DETETIVE CLIMÁTICO NO VALE DO RIBEIRA

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1658

Crianças e jovens estão sujeitos a múltiplos riscos relacionados a eventos extremos intensificados pelas mudanças climáticas, especialmente aqueles expostos a múltiplas vulnerabilidades. À medida que os impactos das mudanças climáticas se intensificam, a educação básica é um dos setores mais afetados (UNICEF, 2025). Os eventos extremos ocasionam, por exemplo, a suspensão de aulas, o fechamento das escolas e perdas materiais e imateriais que fragilizam o processo de ensino-aprendizagem. No Brasil, em 2024, os alagamentos foram os que mais causaram prejuízos à educação. Estima-se que mais de 1,2 milhão de estudantes da educação básica tenham sido impactados (UNICEF, 2025).

Neste sentido, ampliam-se as possibilidades de utilização de metodologias ativas que esti-

mulam o protagonismo dos estudantes, para que sejam capazes de relacionar as vivências cotidianas aos conceitos teóricos e experimentais abordados em sala de aula ou fora dela, impulsionados por situações-problema mediadas por seus professores. As escolas são locais fundamentais para a promoção de ações voltadas às transformações socioambientais, como as relacionadas às mudanças climáticas (Vendrametto; Grandisoli; Jacobi, 2019). É importante ressaltar que o empoderamento infantojuvenil é estratégico e fundamental para a promoção da cidadania e da mudança de comportamento da comunidade, uma vez que é indutor de engajamento climático e, quando empoderados, torna-se um agente ativo em seus territórios, promovendo mudanças no status quo (Seballos et al., 2011). Neste caso, o letramento climático pode ser considerado uma estratégia funda-



Ana Beatriz Nestlehner Cardoso de Almeida

Núcleo de Pesquisa em Paisagem/ Iniciativa Climate-U



Amanda Cseh

Instituto de Energia e Ambiente USP



Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias

Escola de Artes, Ciências e Humanidades USP



mental para o estreitamento dos laços com a comunidade local e para o estímulo à participação comunitária na materialização da justiça climática.

No contexto da construção da ferramenta Detetive Climático, o letramento articulou competências e conhecimentos utilizados em “nossa vida cotidiana”, envolvendo a ciência do clima e os saberes populares. Portanto, o letramento climático foi uma estratégia de empoderamento de crianças e adolescentes, para ampliar o entendimento sobre o tema e promover a ação climática em suas comunidades, visando reduzir injustiças socioambientais, climáticas e territoriais. Dessa maneira, a ferramenta educacional Detetive Climático, desenvolvida no âmbito da “Pesquisa Participativa em Ação: Educação para Justiça Climática no Vale do Ribeira”¹, pela equipe do NOSS EACH USP, é um exemplo de ação colaborativa capaz de contribuir efetivamente para a inclusão do letramento e da ação climática a partir das escolas.

1 - O projeto foi aprovado pelo edital de pesquisas participativas ativas em colaboração da iniciativa internacional “Transforming Universities for a Changing Climate” (Climate-U) liderado pela University College London e, implementada na Universidade de São Paulo pelo INCLINE (INterdisciplinary CLimate INvestigation cEnter) (IAG-USP) e foi aplicado como projeto piloto em duas escolas rurais: a Escola Estadual Maria das Dores, que fica no Distrito de Itapeúna, em Eldorado, e a Escola Municipal de Castelhanos, em Iporanga, ambas no Vale do Ribeira, em São Paulo.

“Detetive Climático”: descrição e fundamentos que integraram a proposta pedagógica

O “Detetive Climático” é uma ferramenta de letramento climático que busca contribuir para transformar a escola em um epicentro estratégico para a promoção da justiça climática e do protagonismo estudantil (Dias et al., 2023). O objetivo é inspirar educadores a atuarem como difusores de conhecimento para a ação climática e, assim, inspirar seus alunos a se tornarem agentes centrais na mudança de suas comunidades.

A proposta pedagógica que fundamenta o “Detetive Climático” considera a justiça climática por meio de abordagens da educação dialógica, da aprendizagem significativa e da Ciência Cidadã (Dias et al., 2023). Nesta proposta, o território é adotado como ponto de partida para uma abordagem educacional capaz de co-criar conhecimento e refletir sobre os impactos diferenciados das mudanças climáticas nas escalas locais — casa, bairro, comunidade escolar e município —, possibilitando uma avaliação crítica da realidade em que vivem (Figura 1).

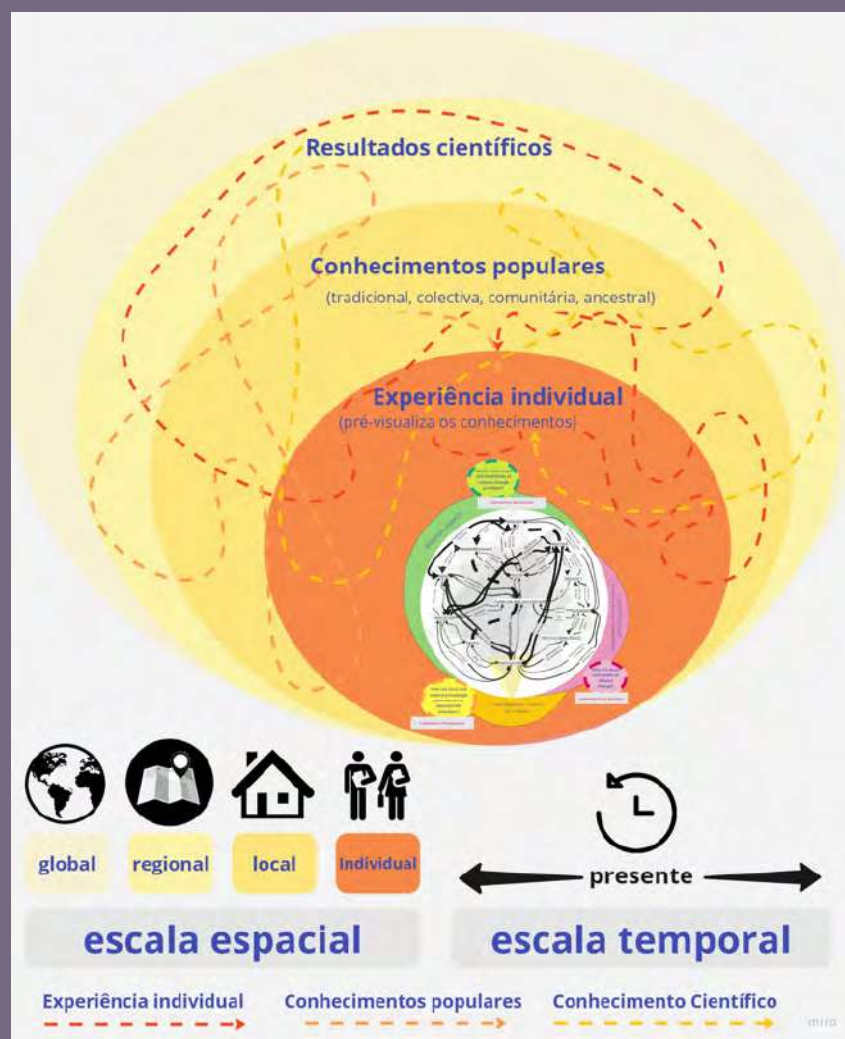


Figura 1 - Modelo Conceitual do Projeto Jardim no Vale do Ribeira

Fonte: Dias et al. (2023)

O projeto foi estruturado em duas abordagens que buscaram: (1) facilitar o contato dos professores com estratégias pedagógicas ativas existentes para abordar a temática das mudanças climáticas, por meio da organização e do oferecimento de um curso de extensão online via USP; (2) cocriar materiais didáticos participativos com estudantes e professores das escolas parceiras.

O trabalho com os professores do ensino fundamental e médio foi iniciado em 2021, durante a pandemia, por meio de interações virtuais

participativas, para entender as demandas e os desafios de abordar a temática em sala de aula. Posteriormente foi desenvolvido um curso à distância oferecido na EACH-USP em agosto de 2022, o curso de extensão “Educação para Ação Climática: abordagens conceituais e metodológicas para professores de educação básica em escolas públicas”. Esse curso visou trazer subsídios teóricos e metodológicos para a introdução do debate sobre as mudanças climáticas em sala de aula. Entre 2022 e 2025 foram desenvolvidas atividades com (e para) os

Ciclo 1 (Alunos do ensino fundamental e médio) Todos os estudantes (150)	1 - Workshop na escola no primeiro dia de aulas (fevereiro de 2022): “Mapeamento Participativo do Terreno”. 2 - Workshop na escola (abril de 2022) “Mapeamento Participativo de Bairros”.
Ciclo 2 (Alunos do ensino médio) Até 40 alunos. Aprofundamento do estudo na disciplina optativa “Inovação e Sustentabilidade” conduzida pelo Professor MC. e Professor JJ.	- Workshop na escola “Colagem participativa” (maio de 2022) - Média de 15 alunos: Desenvolvimento e implementação de exercícios que, posteriormente, compuseram a cartilha “Detetive do Clima” (maio e junho).
Ciclo 3 (Alunos do ensino médio) 1. Cinco embaixadores do Clima 2. Nove alunos de pré iniciação científica com fomento CNPq	1 Durante julho de 2022, cinco Embaixadores do Clima foram responsáveis por auxiliar a equipe do projeto na coleta de dados, apoiar a promoção do conhecimento em suas escolas, bem como trazer propostas de ação para enfrentar as mudanças climáticas em suas cidades. 2. Entre 2022 e 2025, foram desenvolvidos três projetos: Justiça Climática: Leituras sobre os impactos socioambientais no Vale do Ribeira (2022-2023); Educação Climática: capacitação juvenil para a aplicação da ferramenta educacional Detetive Climático para o ensino básico de escolas públicas no Vale do Ribeira -SP (2023-2024); Educação para Ação Climática: atividades educacionais interdisciplinares para ação juvenil em Eldorado (SP) no Vale do Ribeira -SP(2024-2025). Os nove bolsistas envolvidos foram orientados a pesquisar dados sobre as mudanças climáticas na Região do Vale do Ribeira em diferentes linguagens (verbais, não verbais ou mistas), analisar produções acadêmico-científicas, explorar várias linguagens em seus trabalhos de casa e organizar eventos em sua escola para divulgar os conhecimentos adquiridos. Este exercício foi proposto para auxiliar no aprofundamento de conhecimentos científicos dos alunos do ensino médio sobre as mudanças climáticas e seus impactos socioambientais locais, contribuindo para a disseminação de informações sobre o tema na comunidade escolar e em seus bairros.

Quadro 1 - Ciclos de desenvolvimento do Kit Detetive Climático

alunos em três ciclos principais de engajamento com diferentes abordagens metodológicas (quadro 1).

A estratégia metodológica articulada pela equipe de pesquisa demandou métodos de ensino-aprendizagem que estimulasse a aprendizagem significativa e contextualizada de conhecimentos interdisciplinares e complexos, facilitada pela utilização das ferramentas metodológicas do Detetive Climático. Os objetivos centrais foram: (1) apoiar a compreensão dos alunos sobre sua vulnerabilidade territorial e as desigualdades espaciais; (2) potencializar a cocriação do conhecimento científico sobre justiça climática; (3) capacitar comunidades escolares, professores e alunos para agir pela justiça climática; (4) promover práticas de cidadania por meio da ciência cidadã; (5) desenvolver materiais educativos adaptáveis a diferentes situações e localidades; (6) escalonar o potencial de alcance e impacto do projeto piloto.

As atividades do Detetive Climático foram posteriormente aplicadas em mais uma escola rural do Vale do Ribeira, no município de Iporanga. A validação das metodologias foi fundamental para o aprimoramento da linguagem e para o desenvolvimento de outros instrumentos necessários à autonomia e inspiração do educador e dos estudantes. Atualmente, o Detetive Climático está sendo adaptado para a Zona Costeira, visando à sua implementação nas 110 escolas da Rede Municipal de São Vicente.

Por fim, o conjunto de ferra-

mentas que compõem o Kit Detetive Climático é constituído por três componentes educacionais, construídos em colaboração com as comunidades escolares do Vale do Ribeira: (i) curso de extensão “Educação para Ação Climática: abordagens conceituais e metodológicas para professores de educação básica em escolas públicas”; (ii) Guia para inspiração de educadores no formato e-book — Cadernos Detetive Climático (Educador e estudantes) (Figura 2); (iii) Documentário (In)Justiças Climáticas Vale do Ribeira (Figura 3).

Considerações Finais

O Detetive Climático é uma ferramenta didático-pedagógica ativa com possibilidades de ser replicada, adaptada e implementada em outras realidades. Foi estruturado com base nas diretrizes e competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, fomenta a cidadania não apenas pela ciência, mas também pela própria comunidade escolar, ao inserir o

debate sobre as disparidades territoriais nas demais arenas políticas locais. A atividade não se esgota em si mesma; é incremental e, portanto, pode-se considerá-la em constante construção e reconstrução, por ser capaz de engajar instituições e múltiplos esforços, e já impactou cerca de 55.000 pessoas.

A proposta pedagógica do Detetive Climático não se trata de uma ação extensionista na qual a universidade presta um serviço comunitário, mas cria, em conjunto, por meio de experiências, metodologias e instrumentos inovadores, que possam contribuir tanto para novas epistemologias quanto para a mudança social necessária, com impactos multiescolares e interinstitucionais. Essa proposta ainda tem contribuído para a inclusão do tema das mudanças climáticas nos currículos escolares no contexto brasileiro, uma vez que a temática foi inserida na PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal nº 14.926, de 17 de julho de 2024), o que

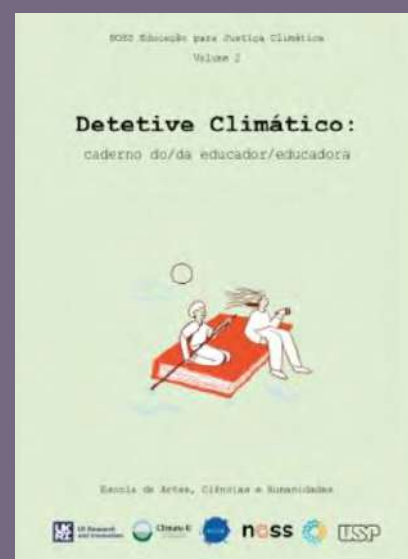


Figura 2 - Cadernos Detetive Climático (educador e estudantes)

Fonte: DIAS & ALMEIDA, 2024..



Figura 3 - Documentário: Injustiça Climática no Vale do Ribeira: Iporanga e Eldorado

Fonte: Dias et al. (2024). (In) Justiça Climática no Vale do Ribeira: Eldorado e Iporanga.

reconhece a relevância do sistema educacional como agente central no enfrentamento da emergência climática.

Desse modo, o novo contexto da política de educação brasileira evidencia e reforça a necessidade de ação conjunta entre universidades, sociedade e poder público para o desenvolvimento de ferramentas capazes de atender às novas necessidades pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem de temas científicos e complexos. Diante disso, o Detetive Climático pretende continuar contribuindo para objetivos nacionais e internacionais na promoção de educação climática que pense o território, fomente a inclusão e o empoderamento dos grupos mais vulnerabilizados, e promova reflexões socioambientais, redução de riscos e ação climática.

Agradecimentos

Ao fomento da “UK Research and Innovation” (UKRI), por meio da rede internacional Climate-U, da University College London, do Centro Interdisciplinar de Investigação Climática da Universidade de São Paulo (INCLINE - USP) e do CNPq, com bolsas de pré-iniciação científica, nos projetos desenvolvidos entre 2022 e 2025 no Vale do Ribeira.

Referências

- DIAS, S. L. F. G.; DE ALMEIDA, A. B. N.; CSEH, A.; CAVACO, I.; GOMES, A. Empowering young students in climate justice: the design, implementation, and outcomes of a ‘Climate Detective’ toolkit. Transforming Universities for a Changing Climate, Working Paper Series No. 21, 2023.
- DIAS, S. L. F. G.; ALMEIDA, A. B. N. C. (org.). Detetive climático: caderno de exercícios.

São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2024. 1 ebook. (NOSS educação para justiça climática, 1). DOI 10.11606/9786588503423.

Disponível em: <https://sites.usp.br/nosseduclima/o-detetive-climatico/>

SEBALLOS, Fran; TANNER, Thomas; TARAZONA, Marcela; GALLEGOS, Jose. Children and Disasters: Understanding Impact and Enabling Agency. Brighton: Institute of Development Studies, 2011.

UNICEF. Learning Interrupted: Global snapshot of climate-related school disruptions in 2024. Nova York: UNICEF, jan. 2025.

VENDRAMETTO, L.; GRANDISOLI, E.; JACOBI, P. R. Educação e Clima. In: JACOBI, P. R.; TRANI, E. (orgs.). Planejando o Futuro Hoje: ODS 13, Adaptação e Mudanças Climáticas em São Paulo. 2019.

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE RISCOS SISTÊMICOS COM JOVENS PESQUISADORES EM CONTEXTO DE POLICRISE

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1654

AS favelas e comunidades urbanas no Brasil, sobretudo nos grandes centros, são produto de um antigo processo de espoliação urbana que alia desproteção social e suscetibilidade ambiental, precarizando as condições de vida e saúde das populações que nelas vivem e exponenciando os riscos a que estão expostas. Em um contexto de policrise (Henig & Knight, 2023), reconhecer como estes riscos se apresentam, se sobrepõem e afetam estas comunidades, bem como de que forma tais comunidades percebem e desenvolvem capacidades de resposta local, são desafios centrais para a promoção da saúde que só podem ser compreendidos por meio da imersão em suas dinâmicas. Nesse contexto, a participação passa a ser entendida

não apenas como componente essencial nas respostas a problemas contemporâneos complexos, mas também como controle crítico da produção e aplicação do conhecimento científico, combinando diferentes perspectivas dos cidadãos potencialmente afetados (Funtowicz e Ravetz, 2025).

O projeto “Jovens Pesquisadores de Heliópolis” explorou a aplicabilidade de um modelo de avaliação de risco sistêmico, desenvolvido pela ASRA – Accelerator for Systemic Risk Assessment (Gambhir et al., 2025), testando-o a partir das perspectivas e conhecimentos de jovens pesquisadores de Heliópolis, a maior favela de São Paulo. Localizado na zona sudeste da cidade, o território abriga aproximadamente 200 mil pessoas, surgiu nas décadas de 1960 e 1970



Luciana Maciel Bizzotto
Faculdade de Saúde Pública da USP

Leonardo Musumeci
Faculdade de Saúde Pública da USP
/ IAB / APSP

Yorman Paredes-Marquez
Faculdade de Saúde Pública da USP

Leandro Luiz Giatti
Faculdade de Saúde Pública da USP

e é marcado por alta densidade populacional, lacunas de infraestrutura urbana e acesso insuficiente a direitos e políticas públicas, condições estas que tornam sua população particularmente exposta a riscos sistêmicos como mudanças climáticas, impactos da Covid-19 e insegurança alimentar. É nesse contexto que atua o Observatório De Olho na Quebrada, grupo vinculado à UNAS (União de Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis e Região), fundada em 1978 no bojo das lutas pela moradia, no qual jovens da própria favela desenvolvem métodos de pesquisa e produzem investigações sobre os problemas urgentes da comunidade. A parceria com o Observatório, iniciada no projeto **PANEX-YOUTH**, foi o ponto de partida para a investigação, que buscou avaliar o modelo da ASRA engajando os jovens na hibridização de conhecimentos técnico-científicos e populares, por meio da identificação de riscos locais e da construção coletiva de respostas ancoradas nas dinâmicas do território.

Partimos do conceito de policrise, que designa a simultaneidade de crises que se aceleram e se inter-relacionam, transcendendo fronteiras de tempo e espaço por camadas sociais, ambientais, políticas e econômicas (Henig & Knight, 2023). A noção tem sido associada à predominância de riscos e incertezas que revelam problemas persistentes do nosso tempo, com forte componente interseccional. Seus severos efeitos em cascata não se distribuem de forma

homogênea: somam-se e agravam situações preexistentes nas periferias urbanas, aprofundando desigualdades estruturais. Ao mesmo tempo, comunidades urbanas têm demonstrado a viabilidade de práticas sociais e saberes comunitários para a promoção da saúde e da sustentabilidade. No entanto, tais conhecimentos são sistematicamente marginalizados, contribuindo para ampliar a incerteza em torno de cadeias complexas de consequências para grupos periféricos (Scoones e Stirling, 2020).

A pesquisa consistiu em um processo de aplicação e reinterpretação, a partir da perspectiva jovem local, da proposta da ASRA (Gambhir et al., 2025), realizado por meio de pesquisa-ação participativa (Wallerstein et al., 2017), envolvendo pesquisadores da Faculdade de Saúde Pública da USP e da Universitat Oberta de Catalunya e nove jovens do Observatório (6 mulheres e 3 homens, entre 17 e 24 anos). Ao longo de onze workshops, realizados entre agosto de 2024 e fevereiro de 2025, mobilizamos ferramentas como círculos de cultura, photovoice, world café e mapas falantes. Complementarmente, aplicamos questionários online via WhatsApp, organizados em dois eixos: o primeiro captou percepções sobre incerteza, mudanças climáticas e insegurança alimentar; o segundo explorou princípios centrais à avaliação de riscos sistêmicos, como justiça, equidade e agência individual e coletiva.



processo



photovoice

Figura 1: Metodologias participativas com jovens do Observatório De Olho Na Quebrada

Fonte: Acervo de pesquisa (2025).

Com base no debate sobre as interseções e os efeitos em cascata das mudanças climáticas, dos impactos da pandemia e das condições crônicas de insegurança alimentar, a avaliação identificou os seguintes riscos, entre outros:

1. Riscos de realizar pesquisas na comunidade: a pesquisa em Heliópolis é atravessada por relações de poder e interesses significativos no território, vinculados tanto à ação do Estado quanto à sua ausência. O fato de os pesquisadores serem moradores da própria comunidade pode expô-los a riscos caso o trabalho seja percebido como denúncia por atores locais.

2. Riscos de incêndios: como outras favelas brasileiras, Heliópolis combina alta densidade populacional, sistemas elétricos precários, calor urbano extremo e crescimento acelerado. As condições urbanísticas, como a estreiteza das vias e a proximidade entre edificações, facilitam a propagação do fogo e dificultam o acesso de bombeiros e serviços de emergência.

3. Racismo ambiental: tema recorrente nas pesquisas do Observatório, as discussões centraram-se no acesso desigual à internet, nas enchentes urbanas recorrentes e na implantação de um conjunto habitacional popular em área de contaminação química — episódio que evidência o descaso público com a favela e impõe aos moradores incerteza sobre os riscos a que estão expostos.

4. Desigualdades e problemas crônicos: déficits persistentes como falta de água e energia, riscos de incêndio, ausência de espaços de lazer e escassez de áreas verdes caracterizam a vida cotidiana em Heliópolis. Além de expressarem a insuficiência histórica da ação estatal, esses problemas foram destacados pelos jovens por seu potencial de agravar e retroalimentar crises maiores, como as mudanças climáticas e a insegurança alimentar.

5. Novas formas de viver e ameaça ao senso de comunidade: o senso de comunidade é um dos recursos mais estratégicos de territórios vulneráveis, por sua capacidade de mobilizar capital social local em resposta a crises. No entanto, esse tecido coletivo vem sendo tensionado por novas formas de habitar a favela, com impactos sobre a agência subjetiva e coletiva dos moradores diante dos múltiplos desafios que afetam Heliópolis.

O mapa de Kernel (figura 2) sistematiza alguns dos riscos identificados pelos jovens ao longo dos workshops. Trata-se de um registro do conhecimento que esses jovens detêm sobre seu território, que é preciso, situado e frequentemente invisibilizado pelas instituições convencionalmente responsáveis pela produção de dados sobre comunidades periféricas. Ao reconhecerem riscos como altas temperaturas, enchentes, vulnerabilidade socioeconômica e incêndios, os jovens pesquisadores de

Heliópolis se afirmam como sujeitos capazes de nomear, analisar, comunicar e agir perante os desafios que enfrentam cotidianamente. Ao posicioná-los como produtores de conhecimento sobre seu próprio território, o projeto questiona a lógica que historicamente reserva às comunidades o papel de objeto, e não de sujeito, da pesquisa e da gestão do risco.

A abordagem híbrida adotada produziu inovações que não seriam possíveis sem o diálogo entre conhecimento técnico-científico e saber comunitário, acrescentando um nível de sofisticação analítica e de diálogo situado com informações inesperadas para a descrição das periferias urbanas. Esse processo permitiu compreender os mecanismos e agências locais que caracterizam as redes de colaboração comunitária, o que os próprios jovens nomearam como “senso de comunidade” e que é um recurso fundamental para a promoção da saúde local.

Para concluir, destacamos algumas das principais lições aprendidas com essa experiência. A avaliação de riscos e capacidades se amplia significativamente quando realizada junto à comunidade, pois revela fatores desconhecidos para avaliadores externos e frequentemente ausentes nos dados produzidos institucionalmente. As respostas ancoradas no senso de comunidade e no capital social local expressam uma diversidade de soluções criativas que apontam para futuros não imaginados pelos modelos convencionais de gestão de risco. Para que esse potencial se realize, é fundamental desenvolver traduções interculturais do conhecimento técnico-científico, produzindo hibridizações que promovam inteligibilidade mútua entre os diferentes atores envolvidos por meio do processo dialógico. Esse processo abre caminhos para identificar e potencializar capacidades locais de adaptação diante das crises, especialmente à luz das intersecções inerentes às mudanças climáticas e aos demais riscos sistêmicos. Tal movimento é fundamental, pois estimula a criação de espaços para o protagonismo de jovens pesquisadores na construção de territórios justos e sustentáveis.

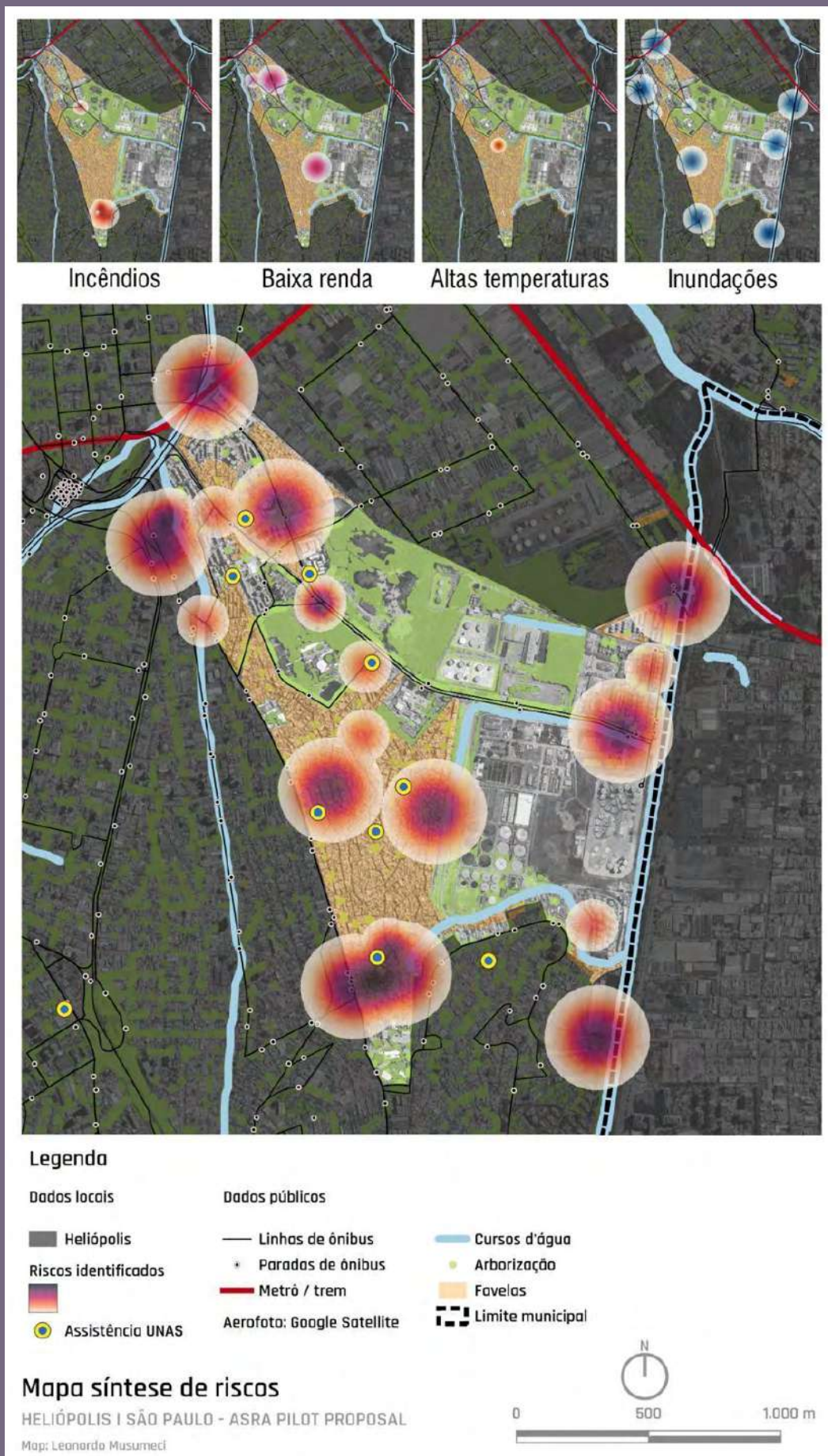


Figura 2 - Mapa de Kernel de percepção de riscos em Heliópolis, São Paulo (SP)

Fonte: Acervo de pesquisa (2025).

Referências

FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. Knowledge, power, and participation in the post-normal age. *Ecological Economics*, 237:108716, 2025.

GAMBHIR, A. et al. A systemic risk assessment methodological framework for the global polycrisis. *Nature Communications*, 16:7382, 2025.

HENIG, D.; KNIGHT, D. Polycrisis: Prompts for an emerging world-view. *Anthropology Today*, v. 39, n. 2, p. 3-6, 2023.

SCOONES, I.; STIRLING, A. The Politics of Uncertainty: Challenges of Transformation. Taylor & Francis, 2020.

URBINATTI, A.; OMORI-HONDA, S.; DE CARVALHO, C.; FREY, K.; JACOBI, P.; GIATTI, L. 'Nexus' Narratives in Urban Vulnerable Places: Pathways to Sustainability via Municipal Health Programs in Brazil. *World*, 4:21-36, 2023.

WALLERSTEIN, N. et al. Shared Participatory Research Principles and Methodologies: Perspectives from the USA and Brazil — 45 Years after Paulo Freire's "Pedagogy of the Oppressed." *Societies*, 7:6, 2017.

A REVOLUÇÃO DO PERTENCIMENTO: JUVENTUDE CLIMÁTICA E CONSCIÊNCIA PLANETÁRIA

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1663

Existe uma pergunta urgente atravessando o nosso tempo: quem será capaz de imaginar novos caminhos diante da crise climática? Em meio ao avanço das enchentes, secas extremas, ondas de calor e ao crescimento da ansiedade coletiva sobre o futuro, emerge uma geração que não precisa aceitar o colapso como normalidade. A juventude climática nasce não apenas como reação à emergência ambiental, mas como uma força capaz de reinventar a forma como nos relacionamos com a vida, com as cidades e com a própria Terra.

A crise climática é frequentemente apresentada como um problema técnico, energético ou econômico. Mas talvez sua camada mais profunda seja existencial. A destruição ambiental revela uma humanidade que se desconectou da percepção de pertencimento ao planeta. Como aponta Joanna Macy, vivemos a “dor da separação”: a falsa ideia de que estamos fora da natureza e acima dela. Essa lógica moldou cidades que sufocam rios, criam relações sociais competitivas e modelos de desenvolvimento incapazes de sustentar a vida.

É justamente nesse ponto que a juventude climática se torna revolucionária. Não apenas por

reivindicar políticas públicas ou denunciar injustiças ambientais, mas porque começa a reconstruir imaginários coletivos. Muitos jovens já compreenderam que não basta combater os efeitos da crise; é necessário transformar a visão de mundo que produziu essa realidade. A emergência climática exige uma mudança de consciência.

Nesse contexto, a Ecologia Profunda surge como uma importante inspiração filosófica ao afirmar que todos os seres estão interligados em uma grande teia da vida. A Terra deixa de ser percebida como cenário ou recurso e passa a ser reconhecida como um organismo vivo do qual fazemos parte. Essa percepção fortalece um novo tipo de ação política: uma política baseada no cuidado, na interdependência e na cooperação.

Nego Bispo nos lembra da importância da confluência — “a construção de caminhos comuns sem apagar as diferenças”. Essas visões rompem com a lógica individualista que alimenta tanto a devastação ambiental quanto o esgotamento emocional da sociedade contemporânea.

Por isso, pensar em juventude climática é tam-



Rodrigo D’Almeida

Consultor Independente em Regeneração Socioambiental e Resiliência Comunitária



bém pensar no pertencimento. Jovens que se reconhecem como parte da Terra dificilmente aceitarão passivamente sua destruição. Quando existe vínculo com o território, nasce também a vontade de cuidar, proteger e regenerar. A transformação climática depende não apenas de informação, mas de experiências capazes de despertar conexão, sensibilidade e responsabilidade coletiva.

Nesse processo de reeducação, penso que a cooperação ganha um papel essencial. Em vez de preparar jovens apenas para competir em uma sociedade marcada pela escassez e pelo medo, ela fortalece capacidades de escuta, construção coletiva, liderança circular e inteligência comunitária. Segundo Fábio Brotto, esta conscientização da interdependência como uma característica factual de nossa existência pode nos ajudar a perceber o quanto de cooperação é necessário resgatar, para dar conta das questões que estamos vivendo neste momento, quer seja na sala de aula, no bairro onde moramos, no país em que vivemos, no planeta em que habitamos ou no universo onde existimos. Em um mundo fragmentado, cooperar deixa de ser apenas um valor ético e passa a ser uma condição de sobrevivência planetária.

A juventude possui algo que talvez seja hoje uma das tecnologias mais importantes para o

futuro: a capacidade de imaginar. Imaginar cidades mais verdes, economias regenerativas, relações menos violentas e formas mais equilibradas de coexistir com a natureza. Imaginar novos caminhos é também uma forma de resistência diante de uma cultura que naturaliza o desastre e transforma o medo em paralisia.

Entretanto, nenhuma mudança real acontecerá sem o protagonismo político da juventude. Não basta convidar jovens para eventos simbólicos ou escutá-los superficialmente. É necessário colocá-los no centro dos processos de decisão, criação e transformação territorial. A juventude climática não pode ser apenas um tema de debate; ela precisa ser reconhecida como força estratégica para a construção de futuros regenerativos.

Talvez este seja o maior desafio civilizatório do nosso tempo: sair da lógica da separação para reconstruir uma consciência planetária compartilhada. Compreender que o rio, a floresta, o clima e os corpos humanos fazem parte de uma mesma rede viva. A juventude climática aponta justamente para essa travessia. Não como promessa distante, mas como movimento presente. Uma geração que transforma ansiedade em ação, indignação em criatividade e pertencimento em coragem para reinventar o mundo.

Referências

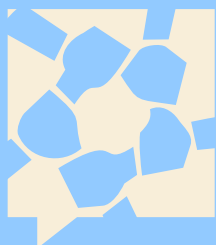
BROTTO, Fábio Otuzi. *Pedagogia da cooperação: jogos cooperativos e educação*. Santos: Projeto Cooperação, 2008.

MACY, J.; BROWN, M. Y. *Nossa vida como Gaia: práticas para reconectar nossas vidas e nosso mundo*. São Paulo: Gaia, 2004.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.



Terra Indígena Mangueirinha,
Paraná,
Ariadne D. Ayres, 2023.



CIÊNCIA CIDADÃ, APRENDIZAGEM SOCIAL E MOBILIZAÇÃO INFANTOJUVENIL FRENTE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA



Leila Maria Vendrametto

Projeto Urbanizar, Instituto Alana

AS experiências recentes de planejamento territorial em áreas vulnerabilizadas da cidade de São Paulo vêm demonstrando que processos de adaptação climática demandam escuta, reconhecimento e construção coletiva. Nesse contexto, o Plano de Bairro do Jardim Pantanal constituiu uma etapa fundamental para consolidar bases sociais, territoriais e políticas capazes de sustentar a formulação posterior de um Plano de Adaptação Climática enraizado na realidade local.

O Plano de Bairro se estruturou como um processo de aproximação entre comunidade e políticas públicas, tendo como base metodológica a participação social. Sua primeira etapa esteve centrada na produção de diagnósticos, na organização dos grupos de trabalho e na mobilização comunitária, permitindo identificar prioridades, conflitos e percepções sobre o cotidiano local. Esse processo revelou um aspecto central: a necessidade de compreender

o território para além das nomenclaturas frequentemente utilizadas por agentes externos, pela mídia ou pelo próprio poder público.

Embora o termo “Jardim Pantanal” seja frequentemente empregado para designar uma ampla porção da várzea leste paulistana, a experiência comunitária demonstra que os pertencimentos territoriais são mais complexos e específicos. Diferentes comunidades se reconhecem a partir de outras denominações, histórias e vínculos locais. Assim, a delimitação territorial realizada no âmbito do Plano de Bairro representou não apenas um recorte cartográfico, mas também um exercício político de reconhecimento das identidades e das formas de pertencimento existentes no território.

Essa construção inicial foi essencial para consolidar a confiança entre os diferentes atores envolvidos e estruturar formas permanentes de participação. Na segunda etapa do Plano de Bairro, esse processo foi aprofundado por meio

da qualificação da incidência comunitária nas políticas públicas. Foram desenvolvidos instrumentos de acompanhamento das ações públicas, incluindo fichas de monitoramento voltadas à participação em audiências e debates institucionais. O objetivo foi ampliar a presença da comunidade nesses espaços e fortalecer sua capacidade de leitura crítica, proposição e acompanhamento das decisões que afetam diretamente o território.

Nesse percurso, a participação de crianças e adolescentes passou a ocupar lugar central. A criação do Comitê Infantojuvenil do Jardim Pantanal, iniciativa do projeto Urbanizar, do Instituto Alana, em parceria com a EMEF Virgílio de Mello Franco, representou um deslocamento importante nas formas de compreender planejamento urbano, adaptação climática e governança participativa. Além de serem um dos grupos mais impactados pela crise climática, crianças e adolescentes passaram a atuar como sujeitos políticos capazes de interpretar o território, formular propostas e participar ativamente da construção de soluções comunitárias.

O Comitê Infantojuvenil consolidou espaços de escuta, mobilização e construção coletiva, permitindo que experiências cotidianas relacionadas às enchentes, à mobilidade, ao brincar, à insegurança territorial e à relação com a natureza fossem incorporadas às estratégias de adaptação climática. A participação infantojuvenil ampliou o alcance do processo participativo ao introduzir perspectivas frequentemente invisibilizadas nas políticas urbanas e ambientais tradicionais.

Ao longo do processo, o Comitê também passou a atuar diretamente em experiências de controle social e formação cidadã, fortalecendo a participação de crianças e adolescentes nos debates sobre políticas públicas e gestão do território. Em parceria com o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), por meio do Programa Jovem no Controle Social, estudantes da EMEF Virgílio de Mello Franco participaram de atividades voltadas à compreensão do funcionamento das instituições públicas, fiscalização cidadã e acompanhamento das políticas urbanas e ambientais que impactam diretamente o Jardim Pantanal.

A aproximação entre o Comitê Infantojuvenil, o

Instituto Alana e o TCM-SP amplia a compreensão de controle social para além dos mecanismos institucionais tradicionais, reconhecendo crianças e adolescentes como atores legítimos na produção de diagnósticos, monitoramento das políticas públicas e incidência sobre os rumos do território. Nesse processo, a participação infanto-juvenil deixa de ocupar lugar simbólico e passa a constituir dimensão estruturante da governança participativa local.

É nesse contexto que emerge o Plano de Adaptação Climática. Diferentemente de abordagens centradas exclusivamente em infraestrutura ou gestão de risco, o plano parte da compreensão de que adaptação precisa dialogar com as condições de vida da população e com as capacidades já existentes no território. O processo de adaptação surge como continuidade de uma construção coletiva iniciada anteriormente, agora aprofundada pela atuação do Comitê Infantojuvenil e pela centralidade das infâncias nas estratégias de resiliência comunitária.

O plano incorpora uma perspectiva territorializada da emergência climática, reconhecendo que os impactos ambientais são vividos de maneira desigual nas cidades e que crianças e adolescentes ocupam posição especialmente sensível diante desses eventos. Ao mesmo tempo, reconhece que esses grupos produzem leituras qualificadas sobre o território e possuem capacidade concreta de incidência na formulação de políticas públicas.

O debate sobre perdas e danos amplia essa compreensão territorial da crise climática. Para além dos impactos materiais provocados pelas inundações, as experiências vividas pela comunidade evidenciam perdas relacionadas ao cotidiano, aos vínculos sociais, ao brincar, à permanência escolar, à saúde mental e à sensação de pertencimento ao território. O diálogo sobre a publicação Perdas e Danos: Como podemos cuidar do nosso território para não perder o que amamos? evidencia como eventos climáticos extremos afetam dimensões frequentemente invisibilizadas pelas políticas tradicionais de adaptação climática.

Ao incorporar narrativas e experiências cotidianas das infâncias, o processo demonstra que crianças e adolescentes vivenciam os impactos climáticos, como também produzem leituras

sobre risco, cuidado, mobilidade, convivência e proteção comunitária. A atuação do Comitê Infantojuvenil contribui, assim, para deslocar a adaptação climática de uma abordagem exclusivamente técnica para uma perspectiva centrada na vida cotidiana, na justiça territorial e na defesa das condições de permanência digna nos territórios periféricos.

Entre os elementos mais relevantes desse percurso está a construção de um Plano de Contingência Comunitário desenvolvido com participação ativa dos moradores, incluindo crianças e adolescentes. O processo tem evidenciado como o conhecimento cotidiano produzido pela população possui elevado grau de precisão territorial e constitui ferramenta indispensável para políticas de adaptação mais eficazes, democráticas e territorialmente enraizadas. O Plano de Contingência almeja incluir o Resgate Inclusivo, que é uma iniciativa brasileira focada em garantir a proteção e o salvamento de pessoas com deficiência (PcD) durante desastres climáticos, como inundações, alagamentos e incêndios.

A elaboração coletiva de mapas comunitários de inundação exemplifica essa dimensão. Os moradores passaram a registrar pontos de alagamento e diferentes níveis da água nas ruas, identificando graus variados de impacto sobre circulação, acesso a serviços, permanência escolar e segurança cotidiana. Crianças e adolescentes contribuíram diretamente para esse processo ao traduzirem, a partir de suas próprias experiências, como os eventos climáticos extremos afetam trajetos escolares, espaços de brincar, relações de cuidado e sociabilidade no território.

Trata-se de uma leitura territorial refinada, construída a partir da vivência direta da população e capaz de produzir informações frequentemente ausentes nos instrumentos técnicos convencionais. O processo demonstra que o conhecimento comunitário não deve ser compreendido apenas como complemento ao conhecimento técnico, mas como tecnologia territorial fundamental para políticas públicas mais precisas e socialmente legitimadas.

A experiência do Jardim Pantanal aponta para a necessidade de modelos de adaptação capa-

zes de integrar justiça territorial, proteção das infâncias, controle social e protagonismo comunitário. Nesse processo, a participação infantojuvenil passa a constituir dimensão estruturante da própria formulação das estratégias de adaptação urbana e climática, especialmente em contextos onde a disputa sobre onde é possível habitar com dignidade se torna cada vez mais evidente diante da emergência climática.

Referências

INSTITUTO ALANA. Relatório do Comitê Infantojuvenil do Jardim Pantanal. São Paulo: Instituto Alana, 2025.

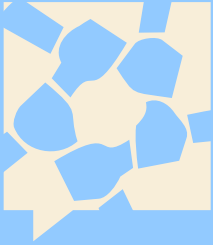
INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL; INSTITUTO ALANA. Plano emergencial e propostas iniciais para o Plano de Bairro do Jardim Pantanal. São Paulo: IABsp; Instituto Alana, 2021.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL; INSTITUTO ALANA. Plano de Bairro do Jardim Pantanal: Fase 1. 1. ed. São Paulo: Instituto Alana, 2022. ISBN 978-65-88653-15-9.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL; INSTITUTO ALANA. Plano de Bairro do Jardim Pantanal: Fase 2. São Paulo: Instituto Alana, 2024. ISBN 978-65-88653-27-2.

PINHEIRO, Sara; TORRES, Ana Cristina; MENEZES, Isabel. Jovens e ação climática: abordagens educativas promotoras da dimensão coletiva da participação juvenil na adaptação climática das suas comunidades. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 19, n. esp. 1, 2024.

VENDRAMETTO, Leila Maria; AVELINO, Laís Cristina Malaquias; TURMENA, Lucas. Perdas e danos: como podemos cuidar do nosso território para não perder o que amamos? São Paulo: Instituto Alana, 2026.



ALQUIMISTAS DO TEMPO ECOLÓGICO: PERTENCIMENTO, MEMÓRIA E AÇÃO CLIMÁTICA JUVENIL



Gabriela Alves

Instituto Perifa Sustentável e
do Gota do Oceano Lab

Segundo o IPCC (2023), a temperatura média já atingiu o ápice irreversível de 1,1 °C acima de todos os níveis que acompanhamos até então. Dos 35 parâmetros-limite do nosso planeta, cerca de 25 deles já ultrapassamos (RIPPLE et al., 2024); e atualmente existe uma média de 3,6 bilhões de pessoas vivendo em contextos de alta vulnerabilidade climática.

Todos esses dados científicos que hoje lemos em muitos materiais apontam para um grande dilema na dinâmica social entre: arcar e compreender as consequências desses problemas socioambientais em um futuro próximo e a paralisia de se viver em uma crise climática no presente.

A psicanalista e antropóloga Mariana Leal de Barros (2024) ousou em renomear o processo da crise climática para uma ‘metamorfose climática’. Ela defende que as repetições dos colapsos, das enchentes, dos deslizamentos podem ativar mecanismos psíquicos de defesa que naturalizam o sofrimento e

paralisam a ação, não necessariamente por indiferença, mas sim porque gera um desconforto insuportável a essas constantes ameaças (Leal de Barros, 2024).

E mesmo diante dessa crise, ela ainda não é sentida da mesma forma em todos os lugares. As favelas não foram uma construção do acaso; na verdade, esses espaços geográficos marginalizados são resultados de um processo onde o racismo institucional foi atrelado à injustiça social. Esse racismo estrutural produziu as favelas, onde não houve apenas ausência de planejamento urbano, mas também uma forma de excluir negros e pobres de ‘viver a cidade’ tão sonhada que a burguesia queria.

A questão é: como os jovens vivem e lidam diante de tanta vulnerabilidade tendo em vista a reprodução de tantas vulnerabilidades socioambientais?

A juventude periférica, e especialmente as mulheres negras das favelas, nunca esperou que as agendas climáticas chegassem até

elas. Elas leem a crise tendo como quase reflexo inicial a gestão de como ativar sua rede de apoio pensando em amparo depois de, por exemplo, um córrego transbordar ou quando a chuva começa a ameaçar a segurança delas e precisam fazer a mobilização para não correr riscos de deslizamentos. Sempre preocupadas nas formas de se manter vivas nessa metamorfose climática¹, resgatando inclusive tecnologias para se manter bem.

Esse movimento segue uma lógica de tempo que o símbolo Adinkra Sankofa traz: o pássaro mítico do povo Akan da África Ocidental que mostra que para voar, sua cabeça precisa estar voltada para trás, levando os aprendizados de seus antepassados, para assim gerar um futuro, que é simbolizado pelo ovo em seu bico (Nascimento; Gá, 2022). É com esse aprendizado no mito que a juventude periférica faz o seu caminho de resistência em meio ao caos.

E foi também a partir desse chão que proponho neste artigo o conceito de alquimistas do tempo ecológico: jovens periféricos que transformam a precariedade em competência política, onde fazem da experiência vivida uma ferramenta de ação e que provam, na prática, que os territórios que mais sofrem a crise são também os que primeiro desenvolvem respostas ou elaboram arte para viver com as boas perguntas.

O Instituto Perifa Sustentável é um desses atos da juventude. Fundado em 2019 por três jovens mulheres negras periféricas — Amanda Costa, Mahryan Sampaio e Gabriela Alves (duas delas da Brasilândia e Jaraguá) —, o instituto nasceu de um inconformismo compartilhado entre elas; de se recusar a viver na paralisia, nas tantas ausências de políticas públicas e na expectativa de encontrar outras jovens meninas que também se perguntavam por que não podiam ter um parquinho no seu bairro como viam na televisão.

O que uniu essas três jovens e faz o coração do Instituto pulsar é a metodologia para

engajamento a partir dos sonhos que desenvolvi. Nela, a fórmula é despertar, por meio da memória individual entrelaçada com a memória do bairro (coletiva), um ponto em comum de sonho coletivo; isso para que se gere o pertencimento necessário para implementar qualquer ideia.

Pertencimento como ponto de partida: por que tudo começa com um sonho?

O filósofo e ativista quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023) entende o território como um corpo vivo, tecido por ancestralidade, práticas comunitárias e vínculos afetivos. Na sua perspectiva, resistir significa recriar vínculos, reconstruir comunidades. E é daqui que entendemos como o pertencimento nasce do vínculo.

Gosto de chamar esse ponto de semente do inconformismo, pois ela pode ser achada por meio de perguntas norteadoras, como: o que te incomodava olhando ao redor quando era criança? O fato de perguntarmos algo nesse sentido é para reconhecer a existência desse jovem.

Segundo Lima et al. (2024), pesquisas com jovens negros e negras de bairros periféricos revelam um horizonte limitado na definição de projetos de vida, marcado justamente pela desigualdade econômica e simbólica. Ou seja, nossos jovens sonham menos nas favelas. Inclusive, movimentos juvenis populares são sistematicamente condenados à invisibilidade, balizados por noções de desvio e desumanidade (Takeiti & Vicentin, 2016); espaços de luta onde esses jovens raramente são perguntados sobre o que sentem, o que sonham, o que os incomoda.

Do sonho à ação: como o Perifa transforma incômodo em movimento

É por isso que nenhum projeto do Perifa começa com uma solução, mas sim com boas perguntas. O Clima de Quebrada (2023) não chegou às salas de aula com um currículo fechado sobre mudanças climáticas; foi primeiro mapeado: o que você vê de errado ao redor? Entre 2021 e 2023, essa pergunta foi feita no CEU Paz na Brasilândia, alcançando cerca de 300 a 500 alunos.

¹ - Termo utilizado por Mariana Leal de Barros (2024) para nomear o processo de transformação da crise climática em algo que altera estruturalmente os modos de vida e percepção da realidade.

O Vozes Climáticas (2024–2026) levou essa lógica para o âmbito político. Criado para jovens negros, indígenas e quilombolas entre 18 e 24 anos moradores de periferias de São Paulo, o projeto combinou formação em comunicação e produção audiovisual com processos coletivos de criação de campanhas públicas, o que resultou, entre outras ações, na elaboração de cartas-compromisso climáticas dirigidas a candidatos à Prefeitura de São Paulo e à COP30. O sonho de ser ouvido ganhou escala e hoje é uma rede ativa de jovens que criam projetos.

O Muçurana foi a expressão mais horizontal dessa arquitetura. Funcionando como rede de articulação entre coletivos juvenis de diferentes territórios, entre 2022 e 2024 articulou cerca de 10 coletivos de diferentes regiões da cidade, envolvendo diretamente mais de 60 moradores em processos formativos e ações territoriais. E o ‘Ayê – Mulheres para a COP 30’ foi o gesto mais simbólico dessa trajetória, pois preparou mulheres negras periféricas para participarem de espaços nacionais e internacionais de governança climática. Em 2025, suas participantes foram convidadas pelo Ministério da Igualdade Racial para atuarem como mentoras no programa Kala-Tukula.

Conclusão

A frase de Chico Science — “que eu me organizando posso desorganizar” — sintetiza bem o sonho que foi criar o Perifa. Jovens nos territórios não precisam esperar que as políticas públicas cheguem até eles para agir; eles já pressionam com múltiplas ferramentas para que isso chegue mais rápido e para todos, pois comprovamos que quando há pertencimento, quando o inconformismo é reconhecido como semente e não como problema, há Sankofa de um futuro sem deixar a ancestralidade para trás.

O conceito de alquimistas do tempo ecológico nomeia esses jovens que não esperaram a crise ser resolvida para criar dentro dela, que não pedem licença para transformar a vivência em competência, que aprendem com Nego Bispo que envolver-se com a terra é mais poderoso do que desenvolver-se sobre ela, e que carregam no gesto cotidiano a sabedoria dos ancestrais.

O Perifa Sustentável nasceu assim. Três mulheres negras, vindas das margens de São Paulo, leram a crise climática e transformaram esse sentimento em método e movimento. E o bom disso é que essa história, por mais que seja incrível, não é única. A cada dia mais outras iniciativas vindas de jovens inconformados continuam a fazer Sankofa.

Referências

IPCC – PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. Mudança do Clima 2023: Relatório Síntese — Sumário para Formuladores de Políticas. Genebra: IPCC, 2023.

LEAL DE BARROS, Mariana. Metamorfose climática: defesas psíquicas e paralisia coletiva diante da crise ambiental. São Paulo: [s.n.], 2024.

LIMA, Flávia et al. Violência e vulnerabilização: o cotidiano de jovens negros e negras em periferias de duas capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, e04402023, 2024.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; GÁ, Luiz Carlos (org.). *Adinkra: sabedoria em símbolos africanos*. São Paulo: Cobogó, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Jovens (en)cena: arte, cultura e território. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 25–37, 2016.

Jova Rural,
Zona Norte de São Paulo
Rafaela Neves, 2025.



A quebrada é
organismo vivo,
que se modifica
e cria suas próprias tecnologias de sobrevivência.

Teima em se adaptar,
corre como seiva
a arte de se virar.

A chamam de barulhenta demais.

Som alto,
voz alta.

Sábado e domingo a zoadá é maior.

É moto,
é forró,
qualquer forma de encontrar alegria,
de extravasar.

Quando descansam? Não sei.

Já percebeu que na semana é diferente?

Quem mora vai trabalhar.
Pega o trem,
Abaixa o olhar,
aprende cedo a se calar.

Polidez.
Silêncio.
Subserviência.

Vejo casas e casas
que não batem sol,
não têm arejamento.

Querem mofar os sonhos da gente.

As de telha,
no verão,
são um tormento.

Rhasna Neves

Brasil Ainda
Carrega Nome
de Árvore

Famílias inteiras num cubículo.
Outros,
é só calçada e relento.

Desigualdade na distribuição do
sofrimento.

Solos desses distribuição nunca existiu,
torto arado Brasil.

Onde as mãos calejadas denunciam
quem é o verdadeiro dono.

Onde as mãos latifundiárias seguram o
papel,
mas nunca o ônus.

Não entendeu?

É que, se você não vibrou com Carolina
Maria de Jesus
indo para a casa de alvenaria,
não viveu nenhum quarto de despejo.

E, se não sente o peso de ela não ter
tido um final digno, é que, para nós,
nenhum acesso parece permanente.

A lógica desse projeto de Brasil é que,
se for para ter algo,
que seja instável.

Casa de tijolo, não. É arriscado.

Vai que favelado começa a ter direitos,
tornando-se emancipado.

A conta é sempre assim:

dá de lá,
tira daqui.

E você ainda me diz que,
se não quisesse ver a casa desabar,
que não construísse ali.



Rhasna Neves Ferreira

Coletivo Flores de Periferia

ENTRE O QUE SE VIVE E O QUE SE EXPRESSA: ARTE E DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS NOS TERRITÓRIOS



O Brasil é reconhecido por sua diversidade cultural e riqueza na produção artística. No entanto, essa valorização se distribui de forma desigual, evidenciando discrepâncias sobre quais grupos sociais produzem arte. A arte, enquanto manifestação ancestral da expressão humana, expressa-se por múltiplas linguagens, como as visuais, musicais e escritas, e carrega a potência de poder refletir o tempo e a sociedade em que se insere, ao mesmo tempo em que pode projetar novos imaginários e realidades. Longe de ser neutra, a arte é atravessada por disputas, narrativas e relações de poder.

Ao pensarmos a construção de diálogos socioambientais em territórios vulnerabilizados, existem algumas coisas que precisam ser balizadoras da relação, como a sensibilidade à realidade daquele território em detrimento da homogeneização de características e soluções, valorizando os saberes locais, conexão com articuladores e ler o território não só pelas dificuldades, mas pela potência e resistência.

As desigualdades não são um fenômeno isolado; elas são, ao mesmo tempo, resultado e vetor de outras desigualdades e operam de forma interligada. O acesso a equipamentos culturais, áreas verdes e infraestrutura urbana é profundamente desigual, afetando principalmente territórios periféricos.

No poema “Fogo”, Nego Bispo traz uma importante reflexão sobre a capacidade de resistência da memória e das culturas de grupos historicamente sub-representados, apontando que mesmo diante das tentativas de apagamento – da escrita, dos símbolos e dos corpos – persistem a oralidade, os significados e a ancestralidade (Santos, 2015). Isso nos provoca a refletir especialmente sobre a força da ancestralidade, que persiste e se reinventa mesmo diante das tenta-

tivas de apagamento.

As múltiplas vivências culturais que são produzidas nos territórios demonstram a capacidade adaptativa e resiliente que esses espaços têm de, mesmo com pouco ou nenhum recurso público, expressar saberes construídos a partir da prática.

Conceição Evaristo, ao cunhar o termo “Escrivivência”, contribui para compreendermos o poder da literatura e da escrita como forma de registro, memória e valorização da experiência produzida em territórios vulnerabilizados. A partir dessa perspectiva, conseguimos analisar o papel da arte não só como importante instrumento de ampliação de repertórios, mas também na construção de identidade dos indivíduos. Essa identidade carrega uma série de marcadores sociais como cor, CEP e renda.

Outra escritora negra que traz luz ao entendimento do poder da arte como forma de transpor vivências é Carolina Maria de Jesus (Figura 1), que em seu diário relatou como a chuva castiga o favelado, descrevendo a água que invade as casas e as condições precárias de moradia nas favelas (Jesus, 1960). A autora relatou, por intermédio de seu diário, que a construção de São Paulo concentra infraestrutura em determinados espaços, o que segue atual.

Artivismo: formas de sensibilizar, criar e resistir nos territórios

Mais importante do que dizer o que precisa ser dito é entender qual a melhor forma de se dizer. Isso será um importante indicador de que se o que foi dito resultará em aproximação e identificação do receptor ou afastamento. A juventude vem desempenhando um papel transformador ao desenvolver projetos sensíveis, não só aos aspectos ambientais e sociais postos, mas também às outras demandas que



Figura 1 – Carolina Maria de Jesus, racismo ambiental e periferias

Fonte: Instagram: CBJC.

o território possui e como estabelecer diálogos. Outro fator relevante é a democratização dos saberes socioambientais: o cuidado em tornar acessível conceitos e discussões globais e valorizar os moradores como produtores de saberes torna possível um diálogo com escuta ativa e transformações reais.

É preciso ter uma leitura de cenário sensível. Estamos falando de populações com jornadas de trabalhos extensas e que se deslocam diariamente para grandes centros urbanos. Em meio a isso, estão vendo seu bairro e ruas sendo alagadas, desabando, sofrendo com calor extremo. Essa sensibilidade, além de impulsionar a organização social e política relacionadas às questões ambientais, também busca propiciar momentos de fortalecimento comunitário, lazer e expressão artística.

A distribuição do sofrimento é desigual, assim como é desigual o acesso às condições de enfrentamento. É nesse contexto que a arte

emerge não apenas como expressão, mas como um dos caminhos possíveis para proporcionar diálogos em que as desigualdades socioambientais são sistêmicas e dificilmente existirá uma solução única. Por isso, é importante existir um arcabouço de soluções estratégicas sensíveis à realidade do território em questão.

Experiência prática do projeto Adapta Keraciaba

Apresento o projeto Adapta Keraciaba (Figura 2), originado a partir de uma iniciativa de extensão universitária de estudantes de graduação em Gestão Ambiental, Gestão de Políticas Públicas e outros cursos interdisciplinares da USP Leste. O projeto tem como objetivo contribuir para a adaptação climática e a redução de riscos de desastres nos bairros Jardim Keralux e Vila Guaraciaba, onde desenvolve suas atividades há seis anos. As atividades, projetos e ações passaram a incorporar programações que articulam práticas de educação socioambiental com iniciativas de lazer e cultura, tais como saraus, sessões de cinema, oficinas e apresentações musicais.

Ressalta-se, contudo, que essa abordagem não esteve presente desde a fase inicial do projeto, tendo sido construída a partir da observação das necessidades do território. Tal estratégia fundamenta-se no mapeamento de coletivos culturais locais, como o Flores de Periferia, na valorização de artistas do território e na análise do perfil sociocultural dos moradores. A partir da experimentação de atividades integradas, observou-se um aumento significativo na presença dos residentes, bem como uma ampliação da participação ativa da comunidade nas ações propostas.

Em síntese, o caso evidencia que

a articulação entre práticas socioambientais e expressões culturais pode fortalecer o engajamento comunitário e potencializar a efetividade das ações de adaptação climática em contextos urbanos periféricos.

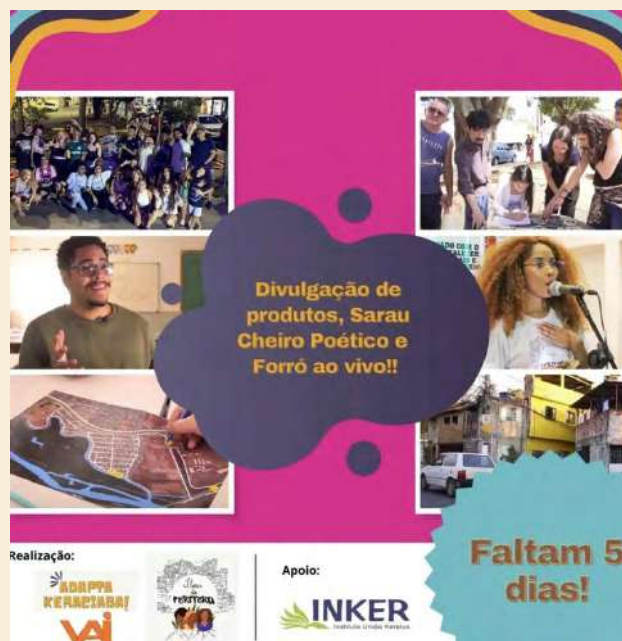
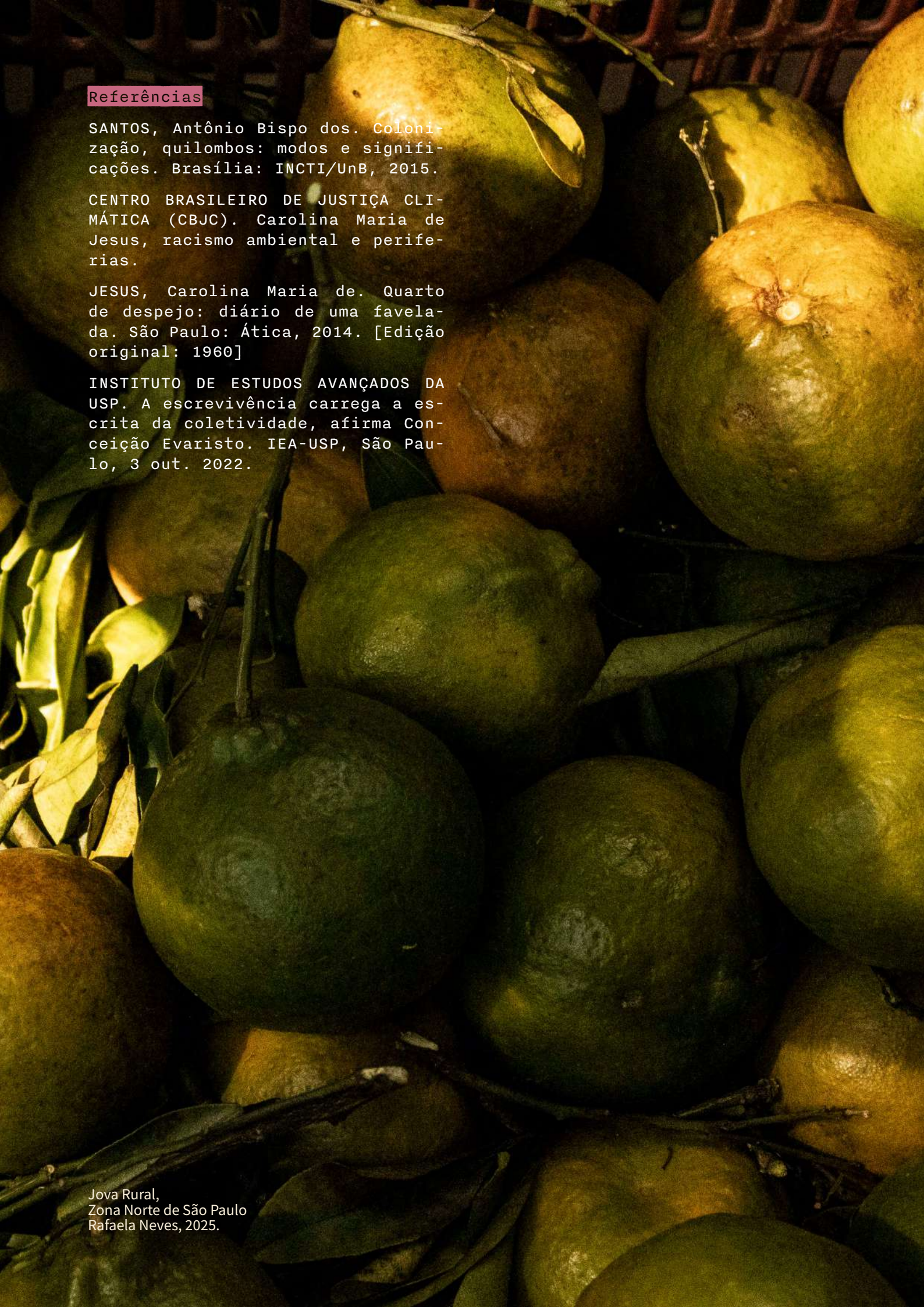


Figura 2 – Primeiro evento do projeto

Fonte: Adapta Keraciaba. Instagram, 2026.

Conclusão

A justiça climática está intrinsecamente ligada à justiça social. Sem o enfrentamento sistêmico das desigualdades, não é possível produzir transformações estruturais duradouras. Diante disso, não há um caminho único, mas a necessidade de um ecossistema de soluções que se articulem, se complementem e se fortaleçam mutuamente. Nesse contexto, a arte se apresenta como um caminho possível. Por seu potencial de sensibilização, ela aproxima comunidades das questões socioambientais, traduzindo experiências, mobilizando afetos e abrindo espaço para a construção de diálogos. Mais do que comunicar, a arte possibilita reconhecer, registrar e agir sobre o território, contribuindo para a construção de respostas coletivas diante das urgências do presente.



Referências

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

CENTRO BRASILEIRO DE JUSTIÇA CLIMÁTICA (CBJC). Carolina Maria de Jesus, racismo ambiental e periferias.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014. [Edição original: 1960]

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP. *A escrevivência carrega a escrita da coletividade*, afirma Conceição Evaristo. IEA-USP, São Paulo, 3 out. 2022.



Capa

Jova Rural,
Zona Norte de São Paulo
Rafaela Neves, 2025.

Editores da Revista

Luciana Travassos - Professora adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC), no Bacharelado em Planejamento Territorial e na Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território. Pesquisadora do LaPlan. É arquiteta urbanista (FAU-USP) e doutora em Ciência Ambiental (PROCAM-USP).

Paulo de Almeida Sinisgalli - Professor Associado da Universidade de São Paulo. Graduado em Engenharia Civil e Sanitária pelo Instituto Mauá de Tecnologia, é mestre em Ciência Ambiental pelo PROCAM-USP, doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP, pós-doutor pela Universidade de Wageningen e livre docente pela USP. Possui pós-graduação pela Universidade Técnica de Dresden - Alemanha. Atua nos programas de pós-graduação em Ciência Ambiental e Modelagem de Sistemas Complexos da USP. Atua nas áreas de Economia Ecológica e Gestão de Recursos Hídricos.

Pedro Roberto Jacobi - Professor Titular Senior do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM/IEE/USP).

Coordenador do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sociedade do Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA) e editor da Revista Ambiente e Sociedade. Presidente do Conselho do ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade – América do Sul. Coordenador de sub-projeto de pesquisa no InCLINE.

Sandra (San) Momm - Professora associada da Universidade Federal do ABC, no Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento e Gestão do Território e no Global SPRING Network. Atua no campo do planejamento territorial com interface com mudanças climáticas, recursos hídricos e áreas protegidas. Atualmente interessada em temas relacionados com teorias, sistemas e práticas de planejamento, gênero e planejamento, transições e soluções baseadas na natureza e análises comparativas. É arquiteta urbanista (UFSC), mestre em Engenharia Ambiental (FURB), doutora pelo PROCAM-USP e pós-doutora pela Technical University of Dortmund (2019).

Silvana Zioni - Professora Associada no Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (UFABC), atua nos

Bacharelados de Ciências e Humanidades e de Planejamento Territorial e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (USP), mestrado em Estruturas Espaciais Urbanas (USP) e doutorado em Planejamento Urbano e Regional (USP). Foi também professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Editores Assistentes

Beatriz Milz - É pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil. Realizou a graduação em Gestão Ambiental na Universidade de São Paulo (SP) (2015), mestrado em Análise Ambiental Integrada na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)/Diadema (2018), e Doutorado em Ciência Ambiental na USP (2024). É natural de Diadema-SP. Atualmente faz parte do projeto de pesquisa “ICOLMA”: Impacto da COVID-19 no modo de vida, mobilidade e acessibilidade dos grupos marginalizados, que inclui pesquisadoras do Brasil, Alemanha e África do Sul.

Hugo da Silva Carlos - Bibliotecário e coordenador do Sistema de Bibliotecas da UFABC. Atua com desenvolvimento de coleções, serviço de referência e formação de usuários. Possui experiência na gestão de iniciativas de comunicação acadêmica, como repositórios acadêmicos e coordena o Portal de Periódicos da UFABC.

Igor Matheus Santana Chaves - É Arquiteto e Urbanista e Licenciado em Artes Visuais, Mestre e Doutor em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC. Atualmente realiza pesquisa de pós-doutoramento no CCD HIS - UNESP, Sorocaba-SP. É membro-pesquisador do Laboratório de Planejamento Territorial (LabPlan), e do CIAUD, Lisboa, Portugal.. Foi pesquisador do temático MacroAmb (FAPESP), Pesquisador Colaborador do Projeto GovernÁgua - SARAS Institute - Inter-American Institute for Global Change Research. Também é o responsável pela editoração, identidade e diagramação da revista.

Lyvia Cirqueira - Mestranda em Planejamento e Gestão do Território (PGT) na UFABC, com financiamento da CAPES, graduada em Engenharia Ambiental e Urbana pela mesma universidade. Compõe o grupo de pesquisa que avalia os impactos da COVID-19 nos modos de vida, mobilidade e acessibilidade dos grupos marginalizados (ICOLMA), no âmbito do PGT/UFABC, em parceria com universidades da África do Sul e Alemanha.

Marcelo Aversa - Desenvolve pesquisas em análise de políticas ambientais e de saneamento básico, dentro da área de planejamento urbano regional e de políticas públicas, com foco nos processos de

macrometropolização da água, pelas perspectivas teóricas do Institucionalismo Histórico, da Ecologia Política e da Análise Crítico Discursiva Foucaultiana. É pós-doutorando do Programa de Ciências Ambientais do Instituto de Energia e Meio Ambiente da USP. É formado em Direito pela PUC-SP, especialista em Direito Constitucional pela PUC-Campinas, mestre e doutor em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC.

Autores da edição 26

Organização

Pedro Roberto Jacobi - Professor Titular Sênior do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM/IEE/USP) da Universidade de São Paulo. Coordenador do Grupo de Acompanhamento e Estudos de Governança Ambiental - GovAmb/IEE. Pesquisador Principal CLIMARES - Centro de Pesquisa em Resiliência a Crises e Desastres Climáticos - coordenação do Eixo Transformações Sociais face às Mudanças Climáticas. Coordenador do grupo de Estudos de Meio Ambiente e Sociedade do Instituto de Estudos Avançados da USP. Editor-chefe da revista Ambiente e Sociedade (ANPPAS) desde 1997. Pesquisador Colaborador do IEA/USP junto ao Programa USP Cidades Globais.

Leandro Luiz Giatti - Professor associado no Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da USP. Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública (USP), é pesquisador CNPq (nível 2) e atuou como pesquisador visitante na Universidade de Victoria (Canadá) e na Fiocruz/Amazônia. Sua atuação envolve Saúde Ambiental e Sustentabilidade, com foco em governança socioambiental, nexos água-energia-alimentos, indicadores de sustentabilidade, saneamento e promoção da saúde. Pesquisador Associado do eixo Transformações Sociais face às Mudanças Climáticas do CLIMARES.

Letícia Stevanato Rodrigues - Doutora e Mestra em Ciências no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (IEE-USP), pesquisadora visitante na Universidade de Birmingham (UK) e pós-doutoranda no eixo Transformações Sociais face às Mudanças Climáticas do CLIMARES. É especialista em Política Climática em contextos urbanos no Instituto ZeroCem.

Ariadne Dall'acqua Ayres - Doutora e Mestra em Ciências no Programa de Pós-Graduação em Biologia Comparada (FFCLRP-USP), pesquisadora colaboradora do Grupo de Conservação e Gestão de Recursos Naturais de Uso Comum (CGCommons-NEPAM-UNICAMP). Trabalha com povos indígenas e comunidades tradicionais há sete anos. Desenvolveu pesquisa etnográfica de campo na Terra Indígena Mangueirinha - PR durante o doutorado, com a

comunidade Kaingang e Guarani M'Bya. É especialista em Política Climática no Instituto ZeroCem.

Autores convidados

Amanda Cseh - Doutoranda em Ciência Ambiental (PROCAM) no Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da USP. Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa em Organizações, Sociedade e Sustentabilidade (NOSS). Pesquisadora no projeto FAPESP CoopClima São Vicente. Membro da rede internacional Climate-U. Áreas de pesquisa: Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Gestão de Resíduos Orgânicos, Coleta Seletiva; Sustentabilidade, Gestão Ambiental, Educação Ambiental, Justiça Climática, Mudanças Climáticas.

Ana Beatriz Nestlehner Cardoso de Almeida - Arquiteta e urbanista e pós-graduanda em estudos da paisagem e sociedade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). É pesquisadora associada do Núcleo de Pesquisa em Paisagem (NEP-USP) e da iniciativa Climate-U. Atuou como assistente pedagógica no programa “Criança e Natureza” do Instituto Alana, em 2017. Dedica-se à compreensão da relação entre as crianças e a paisagem, em todas as suas dimensões - políticas, ambientais, urbanas, físicas, culturais, assim como as consequências dos impactos das mudanças climáticas

Ana Carolina Cordeiro Barbosa - Jovem pesquisadora que compõe a equipe do projeto De Olho Na Quebrada e tem como paixão a escrita.

Ana Caroline Neres - Mulher indígena do povo Kaingang, moradora do Território Indígena Manguinhos, no Paraná. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná, é Agente Territorial de Cultura pelo Programa Nacional dos Comitês de Cultura - Ministério da Cultura. Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UTFPR, campus Pato Branco, pesquisadora de práticas culturais dentro do seu próprio território indígena

Ana Ferreira Pankararu - É arquiteta e urbanista indígena do povo Pankararu, pesquisadora das relações entre corpos, territórios e modos de habitar. Foi conselheira do CAU/SP e possui pós-graduação em Arquitetura Sustentável e Neurociência. É presidente do Instituto Oca Flor & Ser – Lugares de Saberes Ancestrais, onde desenvolve iniciativas voltadas ao território, cuidado e valorização dos conhecimentos indígenas, propondo caminhos mais justos e conectados ao bem viver.

Ana Luiza Vieira Gonçalves - Graduada em arquitetura e urbanismo pelo IAU USP (2021) e mestre em planejamento e gestão do território pela UFABC (2023), atuou como assessora técnica no Coletivo MOLA entre os anos de 2022 e 2024, desenvolvendo

projetos em favelas e ocupações populares em São Paulo e como educadora no Observatório de Olho na Quebrada entre 2024 e 2025. Atualmente é doutoranda em planejamento urbano e regional pela FAUUSP.

Ângela Maria Cavalcanti Ramalho - professora efetiva da Universidade Estadual da Paraíba, lotada no Departamento de Ciências Sociais, com experiência na área de Metodologia Científica, Metodologia da Pesquisa, Introdução à Sociologia e Sociologia Ambiental. Professora permanente do Mestrado em Desenvolvimento Regional (UEPB). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - UEPB. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais (UFCG). Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Trabalho, Políticas e Desenvolvimento Regional (CNPq-UEPB).

Ariadne Dall'acqua Ayres - Bióloga, Mestre e Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora associada ao CGCommons - NEPAM - UNICAMP. Trabalha com povos indígenas e comunidades tradicionais há sete anos. Desenvolveu pesquisa etnográfica de campo na Terra Indígena Manguinhos - PR durante o doutorado, com a comunidade Kaingang e Guarani M'Bya. Pesquisadora Associada ao GT-9 do CEPID-CLIMARES (FAPESP), PI DR. Pedro Roberto Jacobi. Atua no Instituto ZeroCem como parte de equipe científica em projetos participativos de adaptação climática e intervenções de Soluções Baseadas na Natureza.

Beatriz Damasio Penteado - Nascido no interior de São Paulo, utiliza da arte e da fotografia como formas de expressão; Sanitarista pela FSP/USP e mestrando da mesma instituição no PPG de Saúde Pública. Pesquisa sobre mudanças climáticas, juventudes, territórios e saúde mental.

Crizian Naori Carneiro - é Indígena do povo Kaingang, nascida e moradora da Terra Indígena Manguinhos - PR. Atualmente, acadêmica do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Mãe, esposa e professora de Educação Infantil em uma das escolas indígenas da comunidade.

Engel Rodrigues de Lima - é filho da Zita, doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos e pesquisador do Programa Abdias Nascimento na Universidade de Birmingham (Reino Unido).

Gabriela Alves dos Santos - é designer social e estrategista de rua. Formada em Ciências Sociais pela UNIFESP e pós-graduada em Urbanismo Social, ela une conhecimento acadêmico e vivência periférica para realizar seu sonho de justiça socioambiental redesenhando as favelas com soluções regenerativas e colaborativas. Cofundadora do Instituto Perifa Sustentável e do Gota do Oceano Lab, atua há mais

de 6 anos com projetos de impacto, ESG e transição energética justa em comunidades.

Giulia Mariano Machado - Aluna de graduação em Saúde Pública na FSP USP e articuladora da rede Engajamundo. Foi delegada na COP29 e COP30 e trabalha com os temas de justiça ambiental e saúde.

João Victor Cruz - É coordenador do Observatório De Olho na Quebrada (UNAS em Heliópolis), onde atua na sistematização e análise de informações produzidas por jovens pesquisadores sobre violência, políticas públicas, desigualdades territoriais e direitos urbanos. É graduando em Relações Internacionais pelo Ibmec-SP e articula sua atuação entre território, pesquisa aplicada e cooperação internacional, com foco na construção de alternativas baseadas em direitos humanos e justiça socioambiental.

José Irivaldo Alves Oliveira Silva

Professor Associado da UFCG e coordenador do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia. Possui múltiplos pós-doutorados em Direito, Gestão de Águas, Desenvolvimento Regional e Saúde Pública, além de doutorados em Ciências Sociais e Direito. Pesquisador produtividade CNPq (1D), atua em programas de pós-graduação da UFCG, UEPB, UFPB e redes internacionais de pesquisa. Foi professor visitante na Universidad de Alicante, editor adjunto da Ambiente & Sociedade e membro de organizações científicas nacionais e internacionais.

Júlia do Nascimento de Sá

Mestra em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e Bacharela em Gestão Ambiental pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Atuou como assessora técnica no Coletivo Mola, pesquisadora no Projeto Territórios da Água e educadora no Observatório de Olho na Quebrada. Atualmente é pesquisadora do Centro de Estudos da Favela (CEFAVELA/Cepid/ Fapesp) e do grupo de pesquisa Eco.t - Ecologia Política, Planejamento e Território, vinculado ao Laboratório de Justiça Territorial (LabJuta), ambos sediados na UFABC.

Kailane da Silva Souza - é representante comunitária que destaca o modo de vida tradicional nas Reservas Extrativistas, baseado no extrativismo, na agricultura familiar e na coletividade. Sua atuação enfatiza a importância da organização comunitária, dos mutirões e das parcerias institucionais para garantir direitos e fortalecer o território. Defende a manutenção das práticas culturais e produtivas como base da sustentabilidade das comunidades.

Karla Sessin-Dilascio - é co-fundadora e Diretora do Instituto Fronteiras, doutora em Ciências Ambientais pelo PROCAM/IEE/USP, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica.

Apoia o desenvolvimento institucional das RESEX da bacia do Alto Juruá no âmbito do programa Jornadas das RESEX do Juruá.

Laiane Costa dos Santos - é jovem liderança vinculada à Reserva Extrativista Chico Mendes, atuando na organização de base e no fortalecimento da identidade extrativista. Sua atuação destaca os desafios da juventude, especialmente a perda de memória histórica e o afastamento das lutas coletivas. Engajada em iniciativas como o Coletivo Varadouro, trabalha na valorização da cultura do seringal e na reconexão dos jovens com o território.

Leandro Luiz Giatti - Professor associado no Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da USP. Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública (USP), é pesquisador CNPq (nível 2) e atuou como pesquisador visitante na Universidade de Victoria (Canadá) e na Fiocruz/Amazônia. Sua atuação envolve Saúde Ambiental e Sustentabilidade, com foco em governança socioambiental,nexo água-energia-alimentos, indicadores de sustentabilidade, saneamento e promoção da saúde. Pesquisador Associado do eixo Transformações Sociais face às Mudanças Climáticas do CLIMARES.

Leila Maria Vendrametto - é doutora em Ciência Ambiental pelo PROCAM/IEE/USP, graduada em Comunicação Social e Geografia, com especialização em Ecologia, Arte e Sustentabilidade. Atualmente é gerente de Natureza e coordenadora do projeto Urbanizar, do Instituto Alana, atuando com justiça climática, participação social, ciência cidadã e fortalecimento comunitário no Jardim Pantanal, em São Paulo. É conselheira no Conselho Consultivo da APA da várzea do rio Tietê (CCAPAVRT) - biênios 2018 | 2020 | 2022 | 2024. Sua trajetória reúne experiências em educação ambiental, políticas públicas e mobilização territorial, com atuação junto a escolas, universidades, organizações da sociedade civil e poder público na construção de estratégias de adaptação climática territorializadas e participativas.

Leonardo Musumeci - é arquiteto e urbanista (EESC-USP), bacharel e licenciado em Filosofia (FFLCH-USP | FE-USP), especialista em Meio Ambiente e Sociedade (FESPSP) e doutorando em Saúde Pública (FSP-USP). É diretor do Instituto de Arquitetos do Brasil - departamento São Paulo (IABsp) e da Associação Paulista de Saúde Pública (APSP). Trabalha e investiga a gestão territorial de políticas sociais, com ênfase em tecnologias de intersetorialidade, participação e educação popular.

Luciana Maciel Bizzotto

Luciana Maciel Bizzotto é pesquisadora com pós-doutorado pela Faculdade de Saúde Pública da USP, onde integrou o projeto internacional PANEX-YOUTH, sobre adaptações de jovens em comunidades

vulneráveis durante a Covid-19. Doutora em Educação (UFMG, 2022), é pesquisadora colaboradora dos grupos TEIA e NEPEI (FaE/UFMG). Sua atuação articula pesquisa, ensino e extensão em políticas educacionais, estudos da infância e planejamento urbano, com ênfase na garantia de direitos de crianças e jovens em territórios de resistência.

Luiz Guilherme Ferreira Pires - é mestrando em Ciência Ambiental (PROCAM/IEE USP) e pesquisador associado ao projeto Coop Clima - São Vicente e ao Núcleo de Pesquisa em Organizações, Sociedade e Sustentabilidade (NOSS). Graduado em Gestão Ambiental (EACH USP), atua desde 2021 no Programa Adapta Keraciaba, projeto de cultura e extensão voltado para adaptação climática, engajamento comunitário e juventude. Possui interesse e experiência em pesquisa, ensino e extensão nos campos de participação em políticas públicas climáticas, aprendizagem social e adaptação climática.

Maria Eduarda Miranda - É pesquisadora no Observatório De Olho na Quebrada. Atua na produção de pesquisas que conectam território e políticas públicas. No projeto Atalaia, investigou o estresse térmico em Heliópolis, evidenciando como o clima impacta diretamente a vida na periferia.

Maria Renilda Santana da Costa - conhecida como Branca, é liderança extrativista da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, no Acre. Com trajetória marcada pelo trabalho desde a infância na seringa e na roça, atua na organização comunitária e no fortalecimento das mulheres no território. Defende a valorização dos saberes tradicionais, o uso sustentável da floresta e a geração de renda a partir de produtos nativos, com foco na permanência das futuras gerações.

Mariana Pereira Dermindo - é psicóloga formada pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis), especialista em Economia e Gestão em Saúde e doutoranda em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP). Desenvolve pesquisas sobre infâncias, racismo ambiental e saúde mental, com ênfase nas experiências territoriais e no uso de metodologias participativas com crianças. Atua na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

Orleir Moreira da Cunha - é jovem liderança extrativista da Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre, e atual presidente da ASAREAJ. Atua na defesa dos direitos das comunidades tradicionais, com foco em juventude, governança territorial e fortalecimento do extrativismo. Sua trajetória combina engajamento político, organização comunitária e incidência institucional. Orleir destaca os desafios de

acesso à educação, conectividade e oportunidades econômicas, ao mesmo tempo em que valoriza o pertencimento, a cultura local e a permanência da juventude no território.

Pollyanna Kécia Cordeiro Grangeiro -

Administradora registrada no CRA/RJ desde 2006, formada pela UFCG. MESTRANDA em Administração e em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais em curso pela UFCG. Possui especializações em RH, QSMS, Empreendedorismo e Docência. Atua há 11 anos no empreendedorismo na indústria de alimentos. Atuação profissional nas áreas de RH e QSMS em empresas de Engenharia no Rio de Janeiro. Também atua na docência superior e educação profissional no IFPB, com foco em empreendedorismo, sustentabilidade, gestão e educação ambiental.

Regina Kosi Santos de Quadros - mulher indígena do povo Kaingang, moradora da Terra Indígena Faxinal (PR). Graduada em Licenciatura em História e Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena pela UNICENTRO, atualmente cursa o Doutorado do PPG ProfHistória, pela Universidade Estadual de Maringá. É professora da educação básica da escola indígena de seu território e pesquisa a interface da educação no ensino de história indígena.

Rhasna Neves Ferreira - é gestora de Políticas Públicas pela USP e pós-graduanda em Gestão de Projetos (USP/Esalq). Cofundadora do coletivo Flores de Periferia, é poeta e produtora cultural. Integra, como leitora e mediadora, o círculo Literatura e Direitos Humanos: Para ler, ver e contar, e atua como voluntária no projeto Adapta Keraciaba.

Riciane Pombo - Arquiteta urbanista, fundadora da Guajava Arquitetura da Paisagem e Urbanismo e pesquisadora em Soluções Baseadas na Natureza (SBN), infraestrutura verde e resiliência climática. Desenvolve projetos de drenagem sustentável, recuperação de cursos d'água, parques e adaptação climática em cidades brasileiras, integrando urbanismo, ecologia e justiça socioambiental. Mestranda no IEE-USP, com pesquisa sobre infraestruturas híbridas e saberes ancestrais em territórios indígenas urbanos. Possui Especialização em Pós-Graduação lato sensu – Gerenciamento de Recursos Hídricos e Planejamento Ambiental em Bacias Hidrográficas pela Unesp.

Rodrigo Xavier D'Almeida - é consultor estratégico em resiliência comunitária e regeneração socioambiental, com mais de dez anos de experiência em territórios vulneráveis. Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela UFRRJ e facilitador certificado pelo Gaia Education, atua com metodologias colaborativas voltadas à cooperação, participação social e adaptação climática. Já

coordenou projetos em organizações como Save the Children e Instituto C&A, além de integrar a Defesa Civil de Petrópolis. Sua trajetória reúne articulação intersetorial, educação em crises e desenvolvimento de iniciativas regenerativas com impacto social e territorial.

Sâmila Marçal de Souza - é jovem ativista socioambiental do Acre, assistente de projetos no Comitê Chico Mendes. Com trajetória entre o meio rural e urbano em Xapuri, reconectou-se ao território extrativista por meio do ativismo juvenil. Atua na defesa da floresta em pé, no fortalecimento da identidade extrativista e na organização política de mulheres por meio da Rede de Mulheres da Floresta. Sua atuação enfrenta desafios como avanço da pecuária, desigualdade de gênero e acesso precário à educação e serviços nas reservas.

Susanne Börner - é professora assistente de Geografia Humana na Universidade de Birmingham e curandeira. Ela pesquisa como os saberes ancestrais, a pluriversalidade e a agência cotidiana dos jovens atuam como caminhos para a cura. Ela se interessa por métodos de pesquisa participativa para a cocriação de conhecimentos e explora formas de trazer a pluralidade de sabedorias silenciosas para o meio acadêmico.

Sylmara Gonçalves Dias - Professora Associada da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Atua no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM-IEE), no Programa de Pós Graduação em Sustentabilidade (PPGS-EACH) e no curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas. Pesquisadora das áreas de Sustentabilidade, Políticas Públicas Ambientais, Gestão Socioambiental e Estudos Organizacionais. Seus interesses de pesquisa concentram-se em Sustentabilidade e Organizações, Sociologia da Ação Pública, Educação para Justiça Climática, Poluição por plásticos, Movimentos Sociais, Resíduos Sólidos Urbanos, Desperdício de Alimentos.

Vanessa Fè Há Neres - mulher indígena do povo Kaingang, nascida na Terra Indígena Mangueirinha (PR). Graduanda em Jornalismo pela UFSC, atua na comunicação, escrita e política a partir de ensinamentos ancestrais. Coordenadora de Comunicação no Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul, focando na saúde indígena e comunicação comunitária. Representante da Região Sul no Comitê Indígena de Mudanças Climáticas, onde participa da formulação de políticas climáticas. Co-fundadora da Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas (ABRINJOR) e colaboradora do projeto Vozes da Floresta (Quebrando o Tabu).

Victoria Caroline de Souza Alves - é gestora ambiental (USP), especialista em Projetos (USP/

Esalq) e atua na intersecção entre juventude, justiça climática e riscos de desastres. Como jovem pesquisadora e mobilizadora, idealizou o Juventudes On (LAB Jovens/Embaixada da França), plataforma que mapeia e conecta iniciativas socioambientais protagonizadas por juventudes em territórios vulnerabilizados no Brasil. Possui ampla experiência em metodologias participativas e extensão comunitária.

Yasmim Araujo Lopes - é bacharel em Gestão Ambiental pela EACH-USP. Atua no Programa Adapta Keraciaba desde 2021, onde coordena o planejamento, execução e avaliação de projetos voltados ao território. Como pesquisadora e mobilizadora socioambiental, dedica-se aos temas de Redução de Riscos de Desastres, adaptação às mudanças climáticas, justiça socioambiental e co-construção de saberes. Possui sólida experiência no diagnóstico e planejamento de programas socioambientais, priorizando a participação social e o engajamento comunitário na busca por resiliência local.

Yorman Paredes-Marquez - é biólogo e professor na Faculdade de Medicina da Universidade de Los Andes, na Venezuela. Atualmente, é doutorando na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP), onde pesquisa a resiliência e vulnerabilidade dos refugiados venezuelanos frente às mudanças climáticas. Seu trabalho visa promover estratégias colaborativas para fortalecer o desenvolvimento social e construir comunidades preparadas para enfrentar desafios ambientais e sociais.



CONTATO

✉ dialogos.socioambientais@ufabc.edu.br

🌐 periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais

Attribution-NonCommercial 4.0
International (CC BY-NC 4.0)



Realização

ISSN 2596-2183

